



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

**MARIELI ZANOTTO**

**DICIONÁRIOS ONLINE E SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO SOBRE O SUJEITO  
INDÍGENA**

**CHAPECÓ**

**2024**

**MARIELI ZANOTTO**

**DICIONÁRIOS ONLINE E SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO SOBRE O SUJEITO  
INDÍGENA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Angela Derlise Stübe.

CHAPECÓ

2024

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181  
CEP 89802-112

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Zanotto, Marieli

DICIONÁRIOS ONLINE E SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO SOBRE O  
SUJEITO INDÍGENA / Marieli Zanotto. -- 2024.

110 f.

Orientadora: Doutora Angela Derlise Stübe

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Estudos  
Linguísticos, Chapecó, SC, 2024.

1. História das ideias linguísticas. 2. Análise de  
discurso. 3. Dicionários. 4. Indígena. I. Stübe, Angela  
Derlise, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MARIELI ZANOTTO**

**DICIONÁRIOS ONLINE E SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO SOBRE O SUJEITO  
INDÍGENA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da  
Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Chapecó para obtenção do título de Mestre  
em Estudos Linguísticos, defendida em Banca Examinadora em 16/08/2024.

Aprovado em 16/08/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 ANGELA DERLISE STÜBE  
Data: 30/08/2024 11:11:44-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profª. Dra. Angela Derlise Stübe – UFFS  
Presidente da banca e orientadora

Documento assinado digitalmente  
 VERLI FATIMA PETRI DA SILVEIRA  
Data: 28/08/2024 08:35:46-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profª. Dra. Verli Petri - UFSM  
Membro titular externo

Documento assinado digitalmente  
 CAROLINE MALLMANN SCHNEIDERS  
Data: 28/08/2024 15:40:43-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profª. Dra. Caroline Mallmann Schneiders – UFFS  
Membro titular interno

---

Profª. Dra. Marilene Aparecida Lemos – UFFS  
Membro suplente interno

Chapecó/SC, agosto de 2024

Compreendiam exatamente o sentido lógico das palavras que diziam, mas sem ouvir o murmúrio do rio semântico que corria através dessas palavras.

**Milan Kundera**

## AGRADECIMENTOS

Aos movimentos populares, que sonharam e lutaram pela criação desta universidade e às políticas públicas de governos populares que tornaram esse sonho possível.

À UFFS, que me deu muitas coisas, dentre elas, pessoas para levar para a vida toda.

Aos meus amigos amados, que são presentes PPGEL, Andreia Signori, Gabriela Serena Fagundes, Luan Mattos e Roselaine de Lima Cordeiro, por serem afeto e aconchego. Por sermos a versão de Friends pós pandemia.

À minha alma gêmea, Jéssica Pivotto, por tudo. “Não é à toa que amigo rima com abrigo. É pra você que eu corro quando o bagulho fica louco”. Estarei ao teu lado para tudo, para sempre. Amo você.

Aos meus pais, José Luiz e Vera, por sempre me incentivaram e apoiaram. Por me permitirem fazer minhas próprias escolhas.

À minha irmã, Nicolly, por sempre me acompanhar, ouvir e ajudar. Estarei sempre contigo.

Ao Jian Carlos Frare, por acreditar sempre, por me fazer acreditar. Tem muito de você aqui.

À professora Dra. Angela Derlise Stübe, que todos os dias transcende o papel de orientadora. Por me orientar, aconselhar, guiar e inspirar. Se estou aqui é porque você acreditou em mim.

Aos colegas GELINDI, pelas inúmeras interlocuções, pelas leituras, pelas dicas preciosas e, principalmente, pelo afeto.

A todos os professores, da graduação e pós-graduação, com quem tive a honra de aprender e conviver.

Às professoras Dra. Caroline Schneiders, Dra. Verli Petri e Dra. Marilene Lemos, pelo aceite em ler este trabalho, pelas valiosas contribuições desde a qualificação desta pesquisa e, também, por serem grandes inspirações.

À CAPES pelo financiamento durante o mestrado, tornando viável a execução desta pesquisa.

A dois grandes homens (*in memoriam*).

Meu avô, professor Elvo José Zanotto, meu grande amor. Todo dia eu busco ser um pouco mais parecida contigo.

A Clari Frare, porque sei que se alegraria comigo. Desde que deixaste esse plano, “[...] a vida era só isto. é só isto, um novo modo de ter saudades”.

## RESUMO

A presente pesquisa propõe uma articulação entre a Análise de Discurso (AD) e a História das Ideias Linguísticas (HIL) ao analisar como o funcionamento do verbete “indígena” nos dicionários online produz sentidos sobre o indígena e os coloca em circulação. Para isso, inicialmente, trata-se dos dicionários online como instrumento linguístico e de conceitos da AD pecheuxiana, que sustentam este trabalho, como as noções de imaginário (Pêcheux, 1997), de memória discursiva (Pêcheux, 1995), memória metálica (Orlandi, 1996), memória digital (Dias, 2016) e memória tecnodiscursiva (Paveau, 2022), pois compreendemos ter efeitos na produção de sentidos nos dicionários online. O percurso metodológico realizado consistiu-se em um levantamento dos dicionários online de língua portuguesa, incluindo dicionários de sinônimos e antônimos, a busca resultou em 13 dicionários, nos quais, tomando o verbete indígena como verbete de entrada, realizou-se a primeira consulta. Por meio da metodologia “palavra-puxa-palavra” (Petri, 2018), realizou-se um levantamento de palavras que mobilizam/movimentam sentidos sobre indígena, observando possíveis regularidades, a partir das quais selecionou-se recortes e sequências discursivas (SD), que constituíram o *corpus* da pesquisa. Tendo em vista a facilidade de edição da materialidade digital e o funcionamento colaborativo de alguns dos dicionários, importa ressaltar que essa consulta ocorreu nas datas de 27 e 28 de junho de 2023. Para a realização do gesto interpretativo, as SDs foram separadas e agrupadas por regularidades e, então, analisadas, a fim de atender ao objetivo da pesquisa. Nos dicionários de sinônimos e antônimos, procedimento metodológico realizado foi buscar nos dicionários de sinônimos e antônimos o verbete de entrada (indígena) e as palavras, que por meio de “palavra-puxa-palavra”, demonstraram-se regulares, depois buscou-se nos dicionários as definições para tais. Identificou-se como regularidades a inscrição do indígena no passado, sua vinculação com um espaço físico/geográfico, a esquiva por parte dos dicionários em definir e a sustentação da ideia de déficit dos indígenas. O funcionamento do verbete “indígena” nos dicionários online (re)produz imaginários sobre o indígena ao inscrever seus discursos em redes de filiação de sentidos que correspondem ao discurso colonizador, reforçando estereótipos e idealizações, a partir disso, identificou-se a imbricação de dois lugares discursivos nas definições dos dicionários online, o de instrumento linguístico e o de colonizador. Por haver essa imbricação, entende-se que os dicionários online funcionam como “discurso sobre” (Orlandi, 1990) o indígena, produzindo memória e inscrevendo suas enunciações em redes de filiação de sentidos, possuindo, papel crucial na institucionalização desses sentidos.

Palavras-chave: Discurso; Dicionário; Imaginários; Indígena; Verbetes

## ABSTRACT

The present research proposes an articulation between Discourse Analysis (DA) and History of Linguistic Ideas (HIL) by analyzing how the "indigenous" verbete works in the online dictionaries produces meanings about the indigenous and puts them into circulation. For this, initially, it is about the online dictionaries as a linguistic instrument and concepts of AD pechetiana, which support this work, such as the notions of imaginary (Pêcheux, 1997), of discursive memory (Pêcheux, 1995), metallic memory (Orlandi, 1996), digital memory (Dias, 2016) and technodiscursive memory (Paveau, 2022) because we understand they have effects on the production of meanings in online dictionaries. The methodological path consisted of a survey of online dictionaries of Portuguese language, including synonyms and antonyms dictionaries, the search resulted in 13 dictionaries, in which, taking the "indigenous entry entry, the first consultation was held. Through the methodology "word-puxa-word" (Petri, 2018), a survey of words that mobilize/ move senses about indigenous, observing possible regularities, and from which were selected cuttings and discursive sequences (SD), which constituted the corpus of the research. Considering the ease of editing digital materiality and the collaborative operation of some of the dictionaries, It is important to note that this consultation took place on 27 and 28 June 2023. For the interpretation gesture, the SDs were separated and grouped by regularities and then analyzed in order to meet the research objective. In the dictionaries of synonyms and antonyms, methodological procedure was carried out to search in the dictionaries of synonyms and antonyms the entry (indigenous) and words, which through "word-puxa-word" were shown to be regular, then the definitions for such were sought in dictionaries. The registration of indigenous people in the past, their connection with a physical/geographical space, and the evasiveness of dictionaries in defining and the support of the idea of deficit of the indigenous. The functioning of the "indigenous" entry in online dictionaries (re)the indigenous by inscribing their discourses in networks of filiation of senses that correspond to the colonizing discourse, reinforcing stereotypes and idealizations, From this, it was identified the imbrication of two discursive places in the definitions of online dictionaries, the one as a linguistic instrument and the other as a colonizer. Because of this imbrication, it is understood that online dictionaries function as "discourse on" (Orlandi, 1990) The indigenous, producing memory and inscribing their statements in networks of filiation of senses, having a crucial role in the institutionalization of these senses.

Keywords: Discourse; Dictionary; Imaginary; Indigenous; Entry

## RESUMEN

La presente investigación propone una articulación entre el análisis del discurso (AD) y la historia de las ideas lingüísticas (HIL) al analizar cómo funciona la entrada "indígena" en los diccionarios online que produce sentidos sobre el indígena y los pone en circulación. Para ello, inicialmente se trata de los diccionarios en línea como instrumento lingüístico y de conceptos de la AD pecheviana, que sustentan este trabajo, como las nociones de imaginario (Pêcheux, 1997), de memoria discursiva (Pêcheux, 1995), memoria metalingüística (Orlandi, 1996), memoria digital (Dias, 2016) y memoria tecnodiscursiva (Paveau, 2022), pues entendemos que tienen efectos en la producción de significado en los diccionarios online. El recorrido metodológico realizado consistió en una encuesta de los diccionarios en línea de lengua portuguesa, incluyendo diccionarios de sinónimos y antónimos, la búsqueda resultó en 13 diccionarios, en los que, tomando la entrada "indígena" como entrada, se llevó a cabo la primera consulta. Por medio de la metodología "palabra-puxa-palabra" (Petri, 2018), se realizó un levantamiento de palabras que movilizan/mueven sentidos sobre indígena, observando posibles regularidades, a partir de los cuales se seleccionaron recortes y secuencias discursivas (SD), que constituyeron el corpus de la investigación. Teniendo en cuenta la facilidad de edición de la materialidad digital y el funcionamiento colaborativo de algunos de los diccionarios, cabe destacar que esta consulta se llevó a cabo en las fechas de 27 y 28 de junio de 2023. Para la realización del gesto interpretativo, los SDs fueron separados y agrupados por regularidades y luego analizados, con el fin de cumplir con el objetivo de la investigación. Para la realización del gesto interpretativo, los SDs fueron separados y agrupados por regularidades y luego analizados, con el fin de cumplir con el objetivo de la investigación. En los diccionarios de sinónimos y antónimos, el procedimiento metodológico realizado fue buscar en los diccionarios de sinónimos y antónimos la entrada (indígena) y las palabras, "Palabra-de-palabra" se demostró regular, luego se buscaron en los diccionarios las definiciones para tales. Se identificaron como regularidades la inscripción del indígena en el pasado, su vinculación con un espacio físico/geográfico, La elusión por parte de los diccionarios en definir y el sostenimiento de la idea de déficit de los indígenas. El funcionamiento de la entrada "indígena" en los diccionarios online (re)produce imaginarios sobre el indígena al inscribir sus discursos en redes de filiación de sentidos que corresponden al discurso colonizador, reforzando estereotipos e idealizaciones. A partir de esto, se identificó la imbricación de dos lugares discursivos en las definiciones de los diccionarios online, el de instrumento lingüístico y el de colonizador. Por esta imbricación, se entiende que los diccionarios en línea funcionan como "discurso sobre" (Orlandi, 1990) El indígena, produciendo memoria y inscribiendo sus enunciados en redes de filiación de sentidos, posee un papel crucial en la institucionalización de estos sentidos.

Palabras clave: Discurso; Diccionario; Imaginarios; Indígena; Entrada

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Classificação gramatical do verbete “indígena”.....	57
Quadro 2: Definições de “indígena”.....	61
Quadro 3: Sinônimos.....	76
Quadro 4: Antônimos.....	86

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Memória Metálica.....	37
Figura 2: Memória Digital.....	40

## **LISTA DE SIGLAS**

**ABL** - Academia Brasileira de Letras

**AD** - Análise de Discurso

**DLP** - Dicionário de Língua Portuguesa

**FD** - Formações Discursivas

**HIL** - História das Ideias Linguísticas

**SD** - Sequências Discursivas

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	14
2. O DICIONÁRIO COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO .....	17
2.1. GRAMATIZAÇÃO LINGUÍSTICA.....	17
2.2. O DICIONÁRIO COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO E POLÍTICO .....	22
2.3. USOS DO DICIONÁRIO.....	26
2.4. IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR COM/PESQUISAR DICIONÁRIOS.....	28
3. EFEITOS DA MEMÓRIA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM DICIONÁRIOS ONLINE .....	30
3.1. IMAGINÁRIO.....	31
3.2. MEMÓRIA DISCURSIVA .....	32
3.3. MEMÓRIA METÁLICA .....	35
3.4. MEMÓRIA DIGITAL.....	38
3.5. MEMÓRIA TECNODISCURSIVA.....	41
4. ENTRE DEFINIÇÕES E SENTIDOS.....	45
4.1. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	46
4.2. OS DICIONÁRIOS: UMA BREVE DESCRIÇÃO .....	50
4.3. ALÉM DA SUPERFÍCIE: QUESTIONANDO A EVIDÊNCIA.....	54
4.4. O TEMPO DO INDÍGENA.....	63
4.5. INDÍGENA (D)E UM LUGAR.....	65
4.6. INSTRUMENTO NEUTRO: UMA ESQUIVA DA DEFINIÇÃO .....	71
4.7. INDÍGENAS E SEUS SINÔNIMOS .....	74
4.8. INDÍGENA E SEUS ANTÔNIMOS.....	85
5. O(S) LUGAR(ES) DISCURSIVO(S) DO DICIONÁRIO .....	89
6. PARA EFEITOS DE CONCLUSÃO .....	96
REFERÊNCIAS .....	102

## 1. INTRODUÇÃO

“À AD cabe questionar a transparência da linguagem”. É com a citação do professor José Horta Nunes (2005, p. 373) que iniciamos a presente dissertação. O que nos propomos realizar nesta pesquisa é, justamente, contestar essa aparente transparência da linguagem, duvidar do efeito de evidência, que faz com que tenhamos a sensação de controle sobre os sentidos. Isso porque compreendemos, assim como Ferreira (2000, p. 15), que o equívoco “é inerente à língua e à sua constituição é compatível com a natureza instável, heterogênea e contraditória de um sistema não-fechado”.

Para Análise do Discurso (AD), os sentidos não estão nas palavras, nem são somente aqueles que pretendemos quando enunciamos, estão sempre suscetíveis a serem outros, ao deslizamento, ao equívoco e à falha. Conforme ressalta Pêcheux (1995, p. 161), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade” (destaque do autor), ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas em jogo no processo sócio-histórico em que foram produzidas. Além disso, os sentidos se constituem nas relações que as palavras, expressões e proposições mantêm umas com as outras (Pêcheux, 1995).

Por meio da materialidade linguístico-discursiva, a AD (re)investiga e busca compreender as relações entre a linguagem, a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito (Mariani, 1998). Portanto, toma a linguagem “em sua espessura e em sua sujeição ao equívoco” (Nunes, 2005), uma vez que tudo reverbera. Diante disso, propomos, aqui, uma articulação entre a AD e a História das Ideias Linguísticas (HIL), ao analisar o funcionamento do verbete “indígena” em dicionários online. Com isso, pretendemos questionar a ilusão de transparência da linguagem e seu efeito de evidência, a partir das tecnologias que instrumentalizam as línguas, neste caso, os dicionários.

A HIL dedica-se à investigação da constituição do saber sobre a linguagem e sobre as línguas, por meio de procedimentos metodológicos, ocupando-se, especialmente, de objetos simbólicos que instrumentalizam as línguas, como a gramática e o dicionário. Segundo Freitas e Medeiros (2020, p. 353), “fazer História das Ideias Linguísticas é ocupar uma posição teórica que procura produzir conhecimento sobre a linguagem por meio da reflexão sobre o modo como saberes sobre ela são historicamente produzidos”. Em síntese, estudar HIL permite, em seu cerne, investigar saberes linguísticos pautados em dois grandes instrumentos linguísticos

revolucionários: o dicionário e a gramática (Silva, 2018), considerados tecnologias, que possibilitam registros da língua.

Diante disso, este trabalho sustenta-se nos dispositivos teóricos-analíticos da AD de filiação pecheuxtiana em articulação com a HIL. Nunes (2008, p. 109) destaca que essa articulação “não se dá ao modo da interdisciplinaridade ou de uma complementaridade. A AD e a HIL têm seus métodos específicos, mas a partir do contato entre esses dois domínios e das questões que um coloca ao outro, temos ressonâncias tanto em uma quanto em outra direção”. A articulação entre essas áreas de estudo pode ser muito produtiva, uma vez que a AD interessa-se pela historicidade e interferência na produção de sentidos, contribuindo assim para o estudo da HIL (Nunes, 2008).

Além disso, a AD possibilita que os documentos sejam tomados como não transparentes (Nunes, 2008). Por considerar as condições de produção, ou seja, o contexto sócio-histórico ideológico e os sujeitos no processo de produção de sentidos, a AD possibilita um outro olhar sobre os instrumentos linguísticos, sem que sejam tomados como objetos “neutros”, imparciais e transparentes, da ordem do evidente. Nunes (2008, p. 111) afirma que “há então uma produtividade específica quando a AD se posiciona no entremeio com a HIL. Podemos dizer que esse modo de fazer história da ciência tem consequências para a leitura e mesmo para a produção de arquivos relativos às ciências da linguagem”.

O dicionário que é, geralmente, envolto por esse imaginário de neutralidade e imparcialidade, é considerado um lugar de certeza, de reparação de dúvidas, onde os sentidos são corretos, completos e verdadeiros, é tomado aqui como “objeto discursivo” (Nunes, 2008), ou seja, considerando-se o equívoco como parte constitutiva da linguagem. De acordo com Nunes (2006, p. 31), “O equívoco na língua é estruturante para o discurso, é ele que permite que haja entrecruzamento de posições discursivas, condicionando deste modo o funcionamento ideológico”. Sendo assim, esse instrumento pode nos dizer muito sobre a história e a sociedade, visto que se configura um material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas (Nunes, 2006), trata-se de objeto histórico relacionado à linguagem e que reflete a realidade de seus falantes, ou seja, pode representar o funcionamento de uma língua em determinado período, de maneira contextualizada histórica e ideologicamente.

Entendemos, então, que o dicionário “pode não só nos contar algo da palavra, mas também nos permite flagrar modos de dizer a sociedade na qual ela funciona” (Oliveira, 2006, p. 20). Por ser uma obra de referência, legitimada pelo saber de especialistas e de autores reconhecidos, abonando suas definições (Nunes, 2006), é natural que discursos em circulação

sustentem-se nele. Desse modo, tornando-os um espaço propício para a estabilização de determinados sentidos em detrimento de outros (Auroux, 2009).

Com isso, a presente pesquisa analisa dicionários online, por compreender que eles são uma ferramenta de consulta amplamente utilizada, devido à difusão da internet nas últimas décadas, podendo ser eficientes na observação de sentidos em circulação. Quanto ao verbete escolhido – indígena, é em decorrência de nossa trajetória de pesquisa, que tem analisado os “discursos sobre” (Orlandi, 2008) o indígena em distintas materialidades. Buscando dar continuidade às pesquisas e fazer avançar algumas conclusões, é que analisamos os dicionários online a fim de problematizá-los enquanto instrumento linguístico.

Diante do exposto, a questão de pesquisa que moveu a presente dissertação é: *Como o funcionamento do verbete indígena nos dicionários online produz sentidos sobre o indígena e os coloca em circulação?* Tomamos como hipótese que o verbete indígena nos dicionários online produz memória e inscreve o indígena em redes de filiação de sentidos, institucionalizando sentidos sobre ele, assim, constituindo imaginário e o colocando em circulação. Objetivando responder à questão de pesquisa, traçamos como objetivo geral: analisar como o funcionamento do verbete “indígena” nos dicionários online produz sentidos sobre o indígena e os coloca em circulação. Para atendê-lo, elaboramos os seguintes objetivos específicos:

- Problematizar o dicionário online como instrumento linguístico;
- Discutir efeitos da memória discursiva, da memória metálica, memória digital e da memória tecnodiscursiva na produção de sentidos em dicionários online;
- Apresentar e interpretar as regularidades presentes nos dicionários online sobre o indígena;
- Problematizar o lugar discursivo do indígena nos dicionários online.

Tendo isso em vista, o texto está organizado, além desta introdução, em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata dos dicionários enquanto instrumento linguístico, abordando o processo de gramatização, do qual fazem parte; discutimos sobre políticas linguísticas e o processo de gramatização; na sequência discorremos sobre os usos do dicionário para, então, destacarmos a importância de trabalhar/pesquisar (com) dicionários. O segundo capítulo discorre sobre a noção de imaginário e as diferentes noções de memória e seus efeitos na produção de sentidos nos dicionários online. O terceiro capítulo, por sua vez, refere-se à constituição do *corpus*, descrição dos dicionários que fazem parte da pesquisa, esclarecimentos

metodológicos e análises. Já o capítulo quatro, problematiza o lugar discursivos dos dicionários online. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

A partir das análises e de nosso gesto interpretativo, identificamos regularidades que podem produzir sentidos sobre o sujeito indígena e produzir efeitos sobre como a sociedade os concebe, tanto no presente como sua história. O funcionamento do verbete “indígena” nos dicionários online, por meio do “discurso sobre” (Orlandi, 1990) (re)produz imaginários sobre o indígena e, com isso, produz memória, possuindo papel crucial na institucionalização desses sentidos.

## 2. O DICIONÁRIO COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO

Antes de passarmos à análise do *corpus*, faz-se importante apresentar as noções teóricas que sustentam o fazer teórico-metodológico desta pesquisa e que são fundamentais à compreensão de nosso gesto interpretativo. Desse modo, neste capítulo trataremos de algumas noções caras às teorias as quais filiamo-nos e à compreensão do gesto interpretativo que propomos. Para isso, no primeiro tópico tratamos do processo de gramatização, do qual os dicionários são parte; no tópico seguinte discutimos sobre políticas linguísticas, que acabam por impulsionar os processos de gramatização; na sequência discorremos sobre os usos/pesquisas do dicionário e, por fim, dedicamo-nos à importância de trabalhar com/em dicionários.

### 2.1. GRAMATIZAÇÃO LINGUÍSTICA

Para trabalhar com a AD em articulação com a HIL, e, especialmente, com dicionários em uma abordagem discursiva, antes, faz-se necessário compreender o que esse objeto representa, como significa dentro dessas áreas, para tal, o conceito de gramatização é basilar. Os dicionários, para a HIL, são “instrumentos linguísticos”, que por sua vez estão vinculados ao conceito de “gramatização” (Auroux, 2009). Auroux (2009, p. 65) define gramatização como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (destaques do autor).

O processo de gramatização refere-se à transferência de tecnologia de uma língua para outras, transferência essa que não é independente de transferências culturais mais amplas (Auroux, 2009). Ela pode efetuar-se de dois modos, sendo eles a endogramatização e a exogramatização. A endogramatização corresponde a gramatização espontânea, como ocorrida na origem da gramática latina, na qual houve transferência de tecnologias das tradições linguísticas gregas, mas efetuadas pelos próprios latinos, já a exogramatização corresponde ao processo de, quando há ausência de tradição linguística para descrição de determinada língua, efetua-se a transferência de tecnologia de uma língua gramatizada para sistematizar a língua-alvo, a exemplo das línguas indígenas que foram gramatizadas pelos portugueses (e não pelos indígenas) a partir do português (Auroux, 2009; Silva, 2018).

Apontada por Auroux (2009) como a segunda revolução técnico-linguística depois do advento da escrita, a gramatização provocou consequências práticas consideráveis na organização das sociedades. Segundo o autor, teve, inclusive, papel fundamental no desenvolvimento das ciências modernas da natureza e suas consequências sociais. Além disso, essas transferências possibilitaram um processo de “gramatização massiva” (Auroux, 2009) das línguas, que, por meio dos instrumentos linguísticos, atendendo a interesses práticos e políticos, foram instrumentalizadas, constituindo assim técnicas de ensino e aprendizagem, o que viabilizou seu domínio.

A gramatização massiva, conveniente a diversos anseios das nações europeias, como religioso, administrativo, exploratório, organizativo-regulatório, expansionista etc., permitiu ao Ocidente a dominação sobre outras culturas. Conforme Auroux (2009, p. 66) destaca, “Os conhecimentos ocidentais [...] são um instrumento de dominação e de acesso aos saberes de outras civilizações, de que eles têm perfeita consciência”. Frente a tudo isso é que Auroux (2009) considera o fato da gramatização tão importante para a história da humanidade quanto as revoluções agrária e industrial, uma vez que “modificou profundamente a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade” em virtude de que “entre outras coisas, que as línguas, pouco ou menos ‘não instrumentalizadas’, foram por isso mesmo mais expostas ao que se convém chamar de *lingüicídio*, seja ele voluntário ou não” (Auroux, 2009, p. 71, destaque do autor).

Portanto, para uma língua ser gramatizada, Auroux (2009) afirma que deve ser possível falá-la (ou lê-la), ou seja, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com auxílio apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis. De acordo com Silva (2018, p. 32), “a gramática e o dicionário são instrumentos linguísticos oriundos do conceito de gramatização e

carregam, em si, acepção de ferramentas ou artefatos tecnológicos”, assim tanto a gramática quanto os dicionários desempenham papéis de extrema relevância nas e para as línguas, uma vez que viabilizam sua descrição e ensino e aprendizagem, também são considerados instrumentos de prescrição, atuando como uma espécie de referência. Segundo Aroux (2009, p.70),

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural; é preciso concebê-la também como *instrumento lingüístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntas na competência de um mesmo locutor. Isso ainda é mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência lingüística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngües que serão produzidos a partir do Renascimento (o contrário tornaria esses dicionários inúteis a qualquer outro fim que não fosse a aprendizagem de línguas estrangeiras). Isso significa que o aparecimento dos instrumentos lingüísticos não deixa intactas as práticas lingüísticas humanas (destaque do autor).

Dessa forma, pode-se compreender que os dicionários, além de apresentarem os verbetes de uma língua, bem como suas acepções e definições, com finalidade de descrição, também produzem efeitos sobre as línguas e seus falantes, pois enquanto instrumentos que possibilitam seu ensino, são considerados como uma “autoridade” da/para língua. Silva (2018) pondera, que os instrumentos lingüísticos são tecnologias de materialização e instrumentalização das línguas, que contribuem para a competência lingüística daqueles interessados nas técnicas pedagógicas de aprendizagem das línguas e/ou em sua descrição.

O dicionário, segundo Aroux (2009), descreve e instrumentaliza a língua e é considerado um dos pilares de nosso saber metalingüístico, em virtude de, habitualmente, serem utilizados como instrumentos de consulta, sendo tomados como referência para o processo de significação. Ao considerar os dicionários como instrumentos lingüísticos, Aroux compara esses instrumentos com ferramentas mecânicas que, sendo assim, têm a capacidade de modificar os gestos produzidos por quem os utiliza, uma vez que, segundo o exemplo de Aroux, assim como o martelo funciona como um prolongamento da mão, possibilitando a modificação de seu uso, os instrumentos lingüísticos também possibilitariam a alteração da própria estrutura da linguagem (Freitas, 2020).

De acordo com Freitas (2020), Aroux postula que a gramática não é o “conhecimento” de manifestações lingüísticas, mas um instrumento, que ao sistematizar o uso, confere a língua, outras propriedades, afeta seu sistema, ou seja, a gramática acaba funcionando como uma forma de regulamentar as manifestações da língua, o que possibilita a ampliação das competências

individuais do falante, mas também impacta no uso dessa língua. Para ele, isso é válido também para dicionários, que, conforme Auroux (1998, p. 264), “reproduzem uma língua unificada e rica, que ultrapassa o léxico memorizado por um sujeito”.

Assim, conforme Freitas (2020), ao descrever o funcionamento da língua, os instrumentos linguísticos atuam de forma a gerir o comportamento linguístico por meio da internalização de regras em circulação social, isto é, as gramáticas e dicionários atuam como modos de institucionalização de uma metalinguagem constitutiva do “processo de regramento linguístico”. Esse regramento internalizado constitui uma memória que, muitas vezes, inconscientemente, gerencia o uso das formas linguísticas. Por isso, é que as definições presentes nos dicionários são consideradas como corretas, verdadeiras, suficientes e, portanto, sustentam os discursos da sociedade.

Abrimos aqui parênteses, para justificar o uso do termo “definição” ao longo do texto. Cientes de que o conteúdo dos dicionários não diz respeito apenas a definições, uma vez que podem conter marcações gramaticais, exemplos, etimologias, contextos de uso, dentre outros, justificamos o uso de “definição” para tratar dos resultados para os verbetes pesquisados, pois entendemos, assim como Petri, Venturini e Rasia (2024, p. 65) que “Definir é desenvolver um trabalho de pesquisa, observação/contemplação (sobretudo para verbetes dicionarísticos), acúmulo, elaboração (na produção do conhecimento, teórica e rigorosa), transformação”. Compreende-se, então, que definir é uma prática que envolve complexidade e profundidade, não é apenas mera atribuição de significados, exige pesquisa extensa e observação minuciosa, acúmulo de informações e conhecimentos, para então transformar esse conhecimento de forma organizada e compreensível em definição. O gesto de definir inscreve o objeto definido em domínios do conhecimento, direciona os sentidos por meio das palavras, que instauram redes de memórias constituídas pelo sentido, pelo histórico-ideológico, pela pragmática ou pelo discursivo (Petri, Venturini e Rasia, 2024). É com base nisso que tomamos “definição” para referirmo-nos aos resultados apresentados pelos dicionários para o verbete que analisamos.

Fechando os parênteses e retomando, Ballejos e Brossi (2020) destacam que os dicionários são carregados de significação histórica e ideológica, que, apesar de sua pretensa neutralidade, reflete nas definições dos verbetes, desse modo, se relacionadas com as condições de produção, as definições permitem compreender mais sobre a época em que foram formuladas. Por meio dos dicionários, inscrevem-se valores que fazem parte da cultura da sociedade que registra aquela língua, assim os verbetes funcionam ideologicamente produzindo juízos de valor em relação às práticas sociais efetivas (Pazinato; Silva, 2020). Ao registrarem a língua, os dicionários registram junto com ela a história de seus falantes, visto que não há

discurso neutro, mesmo pretendendo neutralidade, todo discurso produz sentidos reflete posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos. Com isso, entendemos, assim como Ballejos (2020, p. 136), que é necessário “compreender o lugar do dicionário, não apenas como instrumento linguístico, mas como um componente que nos ajuda a entender a história”.

Diante disso, os dicionários, enquanto instrumentos que registram a língua de um determinado período, possuem um importante papel na sociedade moderna, uma vez que dão visibilidade a elementos dos contextos sócio-históricos-culturais e linguísticos envolvidos em sua construção (Lucena; Ferreira; Leite, 2015). A historicidade, bem como o contexto sócio-histórico-cultural, se marca na materialidade do discurso, sendo assim, apesar de pleitearem neutralidade e objetividade, “sobredeterminada pela historicidade, a produção de sentidos na elaboração de dicionários se inscreve no ideológico, e deixa marcas da estrutura social em sua materialidade” (Freitas; Silva, 2020, p. 65).

O discurso, por ser uma prática social, é determinado por formações ideológicas, com isso não pode ser neutro e imparcial, ao enunciar o sujeito o faz a partir de um lugar social, inscrito em determinada ideologia, refletindo, mesmo que sem pretensão, seus valores, crenças e visões de mundo, ou seja, enuncia a partir de suas experiências, não sendo possível, portanto, eximir-se da historicidade e ideologia, já que somos seres sociais, políticos e culturais. Com base nisso, é que buscamos observar o funcionamento do verbete indígena nos dicionários online, na tentativa de compreender, tendo em vista a determinação das formações ideológicas e a historicidade de todo discurso, como esse verbete pode constituir imaginários sobre o indígena e os colocar em circulação.

Pazinato e Silva (2020, p. 270) destacam que, no dicionário, ainda que os verbetes estejam definidos a partir da posição do lexicógrafo, no social não cessam de (re)produzir discursos e ideologia, uma vez que o sujeito lexicógrafo, mesmo que inconscientemente, marca sua subjetividade nas definições/formulações dos verbetes. Desse modo, os dicionários podem ser considerados como representações de modos de dizer, pois registram e organizam o vocabulário de uma língua, refletindo como as palavras são usadas no cotidiano, ainda mais em se tratando dos dicionários online, visto que nem todos são elaborados por lexicógrafos e que, em alguns deles, os consulentes podem sugerir definições, refletindo, por consequência, modos de dizer da sociedade, assim compreendemos que analisar os dicionários pode nos possibilitar compreender alguns discursos em circulação.

Desse modo, observamos os dicionários da mesma forma como Silva (2020, p. 195),

significando para além da relação entre um verbete e sua definição, pois as relações que se estabelecem entre as condições de produção sócio-históricas, o sujeito que toma posição no discurso dicionarístico e os atravessamentos da exterioridade produzem sentidos. Penso, então, o dicionário como um espaço tradicional de referência (assim como a gramática e a enciclopédia) e ele, enquanto instrumento linguístico, pode auxiliar a compreender um pouco mais sobre o como a palavra [...] pode significar e produzir sentidos.

Devido ao seu caráter normativo, os dicionários acabam por sustentar discursos e saberes logicamente estabilizados. No entanto, como em todos os discursos, neste instrumento linguístico “há sentidos que surgem e se consolidam, mas, simultaneamente, podem sempre ser outros” (Marchesan, 2020, p. 24). Frente a isso, Petri (2011) ressalta que não se pode acreditar que todos os sentidos possíveis estão contidos nos dicionários, visto que os sentidos estão sempre sujeitos a serem outros, a equívocos, deslizamentos de sentido.

Em virtude disso é que propomos analisar como, nos dicionários, os sentidos sobre indígena se constroem e como, por meio deles, são colocados em circulação. Com vistas a questionar o efeito de evidência, sob o qual, os sentidos são apresentados nos dicionários e, com isso, problematizar essa “posição de autoridade”, de que, enquanto instrumento linguístico, os dicionários gozam. Ao serem tomados, muitas vezes, como referência para a elaboração de discursos e para o processo de significação, já que os instrumentos de gramatização representam a materialização daquilo que instituem as políticas linguísticas, não deixam intactas as práticas linguísticas, nem as práticas sociais.

## 2.2. O DICIONÁRIO COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO E POLÍTICO

O processo de gramatização das línguas se relaciona com a ideia de línguas nacionais, uma vez que, conforme apontam Zoppi-Fontana e Diniz (2008) para além da produção de conhecimento científico sobre as línguas, também produziu efeitos na constituição de imaginários de língua nacional e teve influência nos processos de construção dos Estados e identidades nacionais. Para colocar em prática a ideia de Estado-nação faz-se necessário a adoção de uma língua nacional, que garanta uma identidade à nação, por isso deve ser uma língua una e homogênea, a fim de minimizar as diferenças internas e maximizar as diferenças externas, ou seja, o Estado deve possuir uma língua única, padrão que o distinga das demais nações e que produza uma padronização e unificação linguística entre seus falantes. Diante disso, as gramáticas e dicionários possuem papel crucial, pois, de acordo com Aouroux (2009),

dão acesso a regras e formas que nem sempre costumam figurar nas competências dos falantes, dessa forma esses instrumentos transitam entre a descrição e a prescrição.

Ao pretender uma unificação e padronização linguística, almeja-se também uma uniformização dos sentidos. Por se situar no entre-meio da descrição e prescrição linguística, uma vez que enquanto instrumento de gramatização de uma língua, o dicionário é considerado por muitos como uma obra de referência (Nunes, 2006), podem funcionar como uma forma de controlar e estabilizar certos sentidos que correspondem a determinados interesses de uma sociedade. Os sentidos produzidos pelos dicionários, bem como os que são interditados por ele, podem revelar a ideia de língua e nação que se pretende construir, compreendemos que, veiculando regras e formas da língua, eles podem atuar como parâmetro para os discursos e, com isso, para os sentidos que são produzidos.

Na mesma direção, Nunes (2008, p. 120) afirma que os instrumentos linguísticos constroem uma unidade - ainda que ilusória - para a língua, seja qual for a intenção por trás dessa pretensa uniformidade, ela não é jamais neutra, mas sim condicionada pelo funcionamento da representação linguística, que é também uma representação política. Essa pretensa unidade linguística corresponde à ideia de língua oficial ou língua nacional, a língua que deve ser formalmente ensinada aos cidadãos de um país, que, obrigatoriamente, devem usá-la nas ações oficiais, ou seja, nas suas relações com as instituições do Estado. A obrigatoriedade caracteriza-se como elemento que demonstra a forte relação estabelecida historicamente entre o conceito de Estado e o de Nação.

O conceito de Estado está relacionado ao conjunto de instituições que controlam e administram um país, portanto é uma definição de ordem jurídica, enquanto a noção de Nação está ligada à identidade, à cultura e aspectos históricos, assim, por nação compreende-se uma sociedade que partilha do mesmo idioma, cultura e que possui uma determinada tradição histórica. Anderson (2008), ao tratar de nacionalismos e da formação do sentimento de nação, afirma que os sistemas culturais são fundamentais para a construção de uma ideia de nação, sendo assim, para que um Estado seja uma Nação faz-se necessário a criação de uma identidade para si, ou seja, que se criem aspectos que produzam uma nacionalidade. Diante disso, a língua é um elemento importante, constituindo um dos elementos dessa identidade, uma vez que caracteriza um povo, diferenciando-o dos demais, produzindo unidade nacional, Anderson (2008) destaca que a condição nacional está historicamente relacionada à língua. De acordo com Orlandi e Guimarães (2001, p. 24), “o que está em questão, não é somente a predominância de uma língua sobre as outras, nem mesmo a questão da língua do Estado, mas a língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação”.

Dessa forma, a uniformidade e unicidade da língua trata-se de uma representação política, já que não são as necessidades reais de comunicação que refletem na definição de uma política linguística, e sim considerações políticas, sociais, econômicas e/ou religiosas, ou seja, o estabelecimento de uma política linguística não se dá a partir de um problema de ordem linguística, mas de ordem política, econômica ou cultural (Fiorin, 2000). Portanto, sendo o dicionário um instrumento linguístico, é também um instrumento político, pois, ao construir uma (ilusória) unidade para a língua, impacta nas práticas sociais. Segundo Auroux (2009), a gramatização das línguas e a produção dos instrumentos que a possibilitam, não deixam intactas as práticas linguísticas, uma vez que acabam por intervir em seu registro e, com isso, a constituição da memória dessas línguas também é afetada.

Compreendemos que gramática e dicionário não esgotam a prática da linguagem, contudo, configuram-se fontes de consulta da/para a língua, com isso produzem imaginários de língua, de um ideal de língua. Os dicionários, enquanto ferramentas de descrição, portanto de registro da língua, acabam por produzir uma memória dessa língua, e, justamente, por serem instrumento, são capazes de prolongar a competência linguística dos falantes, visto que dão acesso a um corpo de formas, palavras e definições que não são dominadas por todos os falantes, isto é, os falantes consultam os dicionário para ter acesso a esse corpo de formas, a fim de reproduzi-las, o que por sua vez altera as práticas linguísticas. Assim, o dicionário produz e afeta a memória da língua, que também é atualizada quando enunciamos a partir das palavras e definições dos dicionários.

Os instrumentos linguísticos determinam um padrão a ser descrito e ensinado para as línguas, desse modo possibilitam ensinar e aprender a língua nacional. Nunes (2007, p. 175), sobre o processo de gramatização no Brasil, afirma que “Se os primeiros dicionários brasileiros foram elaborados, no final do século XIX, tendo em vista a formação e legitimação de uma língua nacional, em meados do século XX sua finalidade passou a ser a circulação dessa língua nas escolas”. Diante disso, pode-se considerar que os instrumentos de gramatização, além de instrumentos linguísticos, são instrumentos políticos, pois, conforme destaca Nunes (2007), visam construir uma unidade para a língua e a produção dessa unidade não é jamais neutra, mas condicionada pelo funcionamento da representação linguística, que é também uma representação política.

Por político entendemos a capacidade de influenciar e moldar normas, representações e relações sociais dentro de uma sociedade, como observado na maneira como os dicionários refletem e reforçam padrões linguísticos, valores culturais e percepções de mundo, contribuindo assim para a construção e manutenção das dinâmicas de poder presentes em uma comunidade.

De acordo com Zoppi-Fontana e Diniz (2008, p. 91) “a produção de um saber metalingüístico está materialmente ligada à produção de efeitos imaginários que atuam através das políticas de línguas do Estado, configurando lugares de enunciação para os brasileiros em relação à sua própria língua”.

Os dicionários e gramáticas funcionam então como política linguística, tanto no que diz respeito à institucionalização das línguas nacionais, quanto no que se refere ao ensino de línguas. As políticas linguísticas referem-se a conjuntos de medidas e diretrizes que orientam o uso, a preservação e a promoção de determinada língua em uma sociedade. Nesse contexto, os dicionários desempenham um papel essencial, uma vez que refletem e influenciam diretamente as políticas linguísticas ao estabelecerem normas, definições e representações culturais que moldam a percepção e o uso da língua em uma comunidade. Isso porque “Eles funcionam como um instrumento de identificação da língua e do sujeito, como espaço-tempo de produção e reprodução de um imaginário, mas também como parte do processo de disciplinarização dos saberes lingüísticos dentro e fora da escola” (Silva, 2003, p. 117). Para Oliveira (2018, p. 304), “a compreensão de que o saber produzido sobre as línguas nos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas dá visibilidade à força política desses instrumentos no movimento das línguas e das sociedades”.

Em se tratando especificamente dos dicionários, eles também desempenham função de política linguística, uma vez que, além de atestarem e legitimarem a existência de uma língua nacional, possibilitam o seu ensino e regem o processo de significação. Conforme aponta Silva (2003, p. 112), “O dicionário é um dos símbolos de nacionalidade, na medida que legitima uma língua nacional, ao registrar as formas, os usos e os sentidos que irão configurar o léxico de uma língua, de um povo”. Sendo assim, ao funcionar como a representação dos parâmetros de usos e sentidos dos itens lexicais de um idioma, os dicionários de língua ganham força de instrumento social normativo (Krieger, 2012), conferindo à língua uma aparente homogeneidade e estabilidade. Além disso, desempenham papel significativo na construção da diferenciação e singularização da língua nacional (Bressanin; Leal, 2017).

Segundo Orlandi (2007), pensando em termos nacionais, mesmo que haja um reconhecimento das diferentes línguas de um país, pratica-se, com o apoio do conhecimento institucional, uma língua, a língua nacional, legitimada pelo Estado como a língua oficial. Os dicionários, portanto, funcionam como política linguística, atuando na consolidação dessa língua nacional, estabelecendo não apenas o léxico dessa língua, mas também os sentidos para ele. Além disso, compreendemos que ao ser política linguística, os dicionários também são/exercem política de língua, visto que “não há possibilidade de se ter língua que não esteja

já afetada desde sempre pelo político” (Orlandi, 2007, p. 8). Barbosa Filho (2024, p. 188) afirma que “Falar em política de língua é, portanto, partir de uma compreensão da política como um complexo de relação de forças (com dominante) numa sociedade de classes e do político como uma instância necessária a toda e qualquer formação social”. Sendo assim, as línguas são consideradas objetos simbólicos, sócio históricos e políticos, que representam relações de poder e constituem o imaginário de uma formação social, tornando-se objeto de disputas e conflitos.

### 2.3. USOS DO DICIONÁRIO

A lexicografia é a área de estudos que se dedica à organização do repertório lexical existente em uma ou mais línguas, é responsável pela /produção de obras de referência, como dicionários, em formato impresso ou eletrônico, vocabulários e glossários. O dicionário, objeto de estudo da lexicografia e de suas subáreas, é uma ferramenta muito útil, que tem importante função na produção de conhecimentos sobre as línguas. Para Biderman (2001, p. 131), o dicionário é “uma organização sistemática do léxico, uma espécie tentativa de descrição do léxico de uma língua”. Uma tentativa, pois, segundo a autora, a língua viva como é, está constantemente em transformação, o que faz com que os dicionários sejam uma tentativa de abranger esse léxico que não cessa de se atualizar.

Instrumento que é acessado para diversas finalidades, a consulta ao dicionário nunca é inocente, possui sempre uma motivação (Andrade, 2000). Quando consultamos os dicionários buscamos esclarecer alguma dúvida sobre algum aspecto da língua, seja de significação, ortográfico ou gramatical, produzindo para os dicionários uma imagem de “lugar de interdito da dúvida” (Petri, 2010). No entanto, essa forma de utilização relega os dicionários a um estatuto de subutilização, uma vez que ele tem enorme potencial para reflexão não só sobre a língua, mas sobre a história e sobre a sociedade.

Apesar de sua grande relevância, o dicionário é um instrumento ainda pouco estudado. De acordo com Petri (2010), se tomado enquanto materialidade discursiva, é possível observar diferentes formas de nomear e definir as coisas do mundo, dando ao dicionário múltiplas possibilidades de funcionamento, que não apenas um lugar de esclarecimento de dúvidas. Diante disso é que a autora afirma que é preciso desmitificar o dicionário, dando a ele a visibilidade que merece enquanto resultado da revolução tecnológica da linguagem (Auroux, 2009).

Os dicionários, ao sistematizarem e normatizarem parâmetros de usos e sentidos das línguas, desempenham uma importante função no ensino, seja de línguas estrangeiras ou de línguas maternas. Para Krieger (2012) o dicionário revela-se como potencial instrumento didático para o aprendizado de línguas, pois oferece informações sistematizadas sobre o léxico do idioma, bem como sobre os componentes - gramatical, linguístico e discursivo - das unidades lexicais. Com a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), os dicionários passaram a ter nas escolas um espaço privilegiado,

A adoção de um dicionário como um dos instrumentos didáticos básicos do ensino de língua justifica-se porque esse tipo de obra oferece, de forma sistematizada, informações sobre o léxico, seus usos e sentidos, bem como pode trazer informações de natureza histórica e gramatical dos itens lexicais entre outros elementos. Em virtude do conjunto das informações que encerra, o dicionário constitui-se em lugar privilegiado de lições sobre a língua (Krieger, 2012, p. 169).

No entanto, apesar de sua reconhecida importância, o uso do dicionário é, muitas vezes, dispensado, quer seja pelo professor, quer seja pelo aluno. Desse modo, seu uso se reduz a consultas esporádicas e pontuais sobre o significado de palavras ou para esclarecimento ortográfico, sem que haja qualquer tipo de reflexão ou olhar crítico sobre seu funcionamento. Essa subutilização desperdiça o enorme potencial informativo e cognitivo que os dicionários apresentam e condiciona-os a funcionar apenas como uma lista inerte de palavras, silenciando outras possíveis práxis (Melo, 2021), legitimando o discurso reducionista de que o dicionário não passa de um instrumento de normatização da língua, de autoridade inquestionável, reforçando a concepção que lhes deu o título de “amansa burro” e/ou “pai dos burros”.

A adoção de metodologias que não exploram as possibilidades no que tange às abordagens do gênero verbete e que consentem e aprovam seus significados sem nenhuma criticidade, impossibilita o trabalho com dicionários de forma vinculada com práticas linguísticas e sociais. Além disso, Melo (2021) destaca que em consequência do uso esporádico, intuitivo e não sistematizado, tem-se como resultado um ensino linguístico de baixa qualidade, visto que não costuma haver orientação mínima para que os alunos sejam capazes de utilizá-lo adequadamente e de modo proveitoso. O imaginário sob o qual está envolto o dicionário, de lugar certeza, de reparação de dúvidas, de acúmulo dos sentidos completos, verdadeiros e corretos, conforme já mencionado, pode ser decorrente desse uso pouco produtivo, subserviente e pouco questionador.

## 2.4. IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR COM/PESQUISAR DICIONÁRIOS

Os dicionários, enquanto instrumentos que registram e sistematizam saberes da língua, podem desempenhar importantes papéis na sociedade. Bevilacqua e Finatto (2006) nos lembram que os dicionários apresentam propósitos que vão além de esclarecer dúvidas relacionadas à ortografia, à separação silábica ou à definição, servindo também como forma de registrar o patrimônio sociocultural de uma língua, além disso, se associado a trabalhos de Linguística Aplicada, possuem vínculo com concepções de gramática ou de língua, com determinadas concepções de descrição de significado e com corpora de referência. Além disso, conforme destacam Ballejos e Brossi (2020, p. 254)

o dicionário é carregado de significação histórica e ideológica, isso faz com que o discurso da neutralidade atribuído ao dicionário falhe, uma vez que a partir das definições dos verbetes, por exemplo, podemos extrair muito mais que um conceito, ao relacioná-lo com a história e o social, podemos compreender o que este conceito nos diz sobre a época em que foi escrito.

O dicionário, geralmente, é inscrito em um imaginário de completude e totalidade, constituído com base nos pressupostos de que nele caberia o todo da língua, isso ocorre devido ao funcionamento ideológico, é por conta dele que temos a ilusão de que o dicionário é a representação da totalidade da língua, os processos ideológicos produzem uma espécie de apagamento de que há ainda “coisas a saber” (Petri; Teixeira; Lachovski; Venturini, 2021). Pelo fato de serem considerados obras que abarcam todos os saberes da língua, legitimados por especialistas e autores reconhecidos, os dicionários são, muitas vezes, tomados como referência na produção de discursos e sentidos (Nunes, 2006). Desse modo, além de configurarem um conjunto de informações linguísticas, também podem nos fornecer uma gama de informações históricas e sociais e enciclopédicas.

Diante disso, os dicionários, por serem obras de referência, possibilitam observar discursos, sejam eles de uma determinada época, em que foram produzidos, ou os que estão em circulação na sociedade. Nunes (2006, p. 11) ressalta que “por consistir nesse espaço imaginário de certitude, sustentado pela acumulação e pela repetição, o dicionário é um material interessante para observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas”. Desse modo, eles podem não só nos contar algo sobre as palavras, mas também nos permite flagrar modos de dizer a sociedade na qual elas funcionam (Oliveira, 2006).

De acordo com Branco (2020), eles funcionam como uma forma de “depósito” da memória social e coletiva de uma comunidade linguística, pois registram o conhecimento social das palavras, e também são normas de inteligibilidade social de todo o discurso da comunidade, uma vez que correspondem a produtos intelectuais e culturais que guardam o conhecimento da sociedade e, por isso, revelam a “verdade” social das palavras, além de refletirem o funcionamento político da/na língua. Não podemos, portanto, compreender o dicionário como objeto neutro e objetivo, visto que se trata de discurso, um discurso sobre a língua, e, como toda materialidade discursiva, pode nos revelar sobre a história e ideologia. Diante disso, o trabalho com dicionários, em articulação com a AD, revela-se de significativa relevância, pois, como destacado por Nunes (2010), além de representar um conhecimento específico das línguas, oportuniza entrar em contato com sociedades e/ou culturas desconhecidas, produzir uma identidade nacional, regional ou de grupo social.

Para Ballejos (2020, p. 135), “Pensar o dicionário apenas como aquele lugar de busca por palavras e seus significados é esquecer que, antes disso, ele é um instrumento histórico e ideológico que proporciona diversas reflexões e análises em torno daquilo que ele nos oferece, os verbetes”. A articulação entre HIL e AD, portanto, possibilita que os dicionários sejam pensados para além de compilações de palavras e seus significados, possibilita observarmos o funcionamento da historicidade e da ideologia, bem como o político da/na língua em seu interior. Ballejos (2020, p. 138-139) destaca que

é preciso refletir sobre a importância do dicionário, porque existem e porque são, também, instrumentos históricos e ideológicos, que não são apenas ‘livros de pesquisa’, lugar onde se encontra os significados reais das palavras, onde a escrita é correta.

O dicionário, também, é lugar para pensar a língua, pensar em como as coisas são e estão significadas a partir dela, como essa língua se constitui na formulação de conceitos dentro de um dicionário.

Trabalhar com dicionários, especialmente sob uma perspectiva discursiva, possibilita compreender como se dá o processo de construção de sentidos e (re)produção de imaginários. Por ser um instrumento histórico e ideológico, as definições dos dicionários constroem e atualizam memórias, reproduzem e deslocam sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos (Branco, 2020), visto que, conforme destacam Correa, Fernandes e Harb (2020, p. 224), “há uma rede de sentidos que traz repetições históricas que estão inculcadas na sociedade e compõem nos dicionários”. Os dicionários devem, portanto, ser tomados como objeto de pesquisa, levando-se em consideração sua relação com as condições de produção sócio-históricas e que subjacente ao discurso dicionarístico, há sujeitos que são

constituídos sócio, histórico e ideologicamente, o que, inconscientemente e por mais que se tente evitar, deixa marcas na materialidade dos dicionários.

De acordo com Ballejos e Brossi (2020, p. 253)

É a partir desses instrumentos linguísticos que podemos compreender como a língua de um povo se constitui; com a gramática vemos a língua sistematizada, as regras, as exceções dessa língua, com o dicionário vemos como essa língua é significada, que sentidos carrega. A partir dessa língua descrita, conceituada, é que podemos compreender a visão de mundo de um determinado povo.

O ponto fundamental para o trabalho com dicionários e que pode tornar esse trabalho ainda mais produtivo e significativo é considerá-lo a partir de seu funcionamento e não de sua função. Para a articulação que propomos, faz-se necessário que tomemos o dicionário como algo útil para além do esclarecimento de dúvidas ortográficas, sobre significados e definições, classificações gramaticais, etc., mas como um instrumento que ao fazer isso não está isento da ideologia e história e, portanto, afetado por elas, deixa rastros em seu funcionamento. Assim, é possível observar de que maneira a língua e a sociedade são concebidas por esse instrumento, sem que seja considerado um modelo, um padrão para a língua, mas algo que tenta descrever a língua viva, fazendo sentido para e por sujeitos.

Tomar o dicionário como “objeto discursivo” (Nunes, 2008) implica considerar a sua não transparência em relação à constituição dos discursos e dos sentidos, para isso faz-se necessário e importante atentarmos para os elementos que fazem parte do processo discursivo, como a noção de memória discursiva e formações imaginárias, bem como a demais noções de memória que compreendem o funcionamento dos dicionários online.

### **3. EFEITOS DA MEMÓRIA NA PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM DICIONÁRIOS ONLINE**

Pêcheux (1995) afirma que as palavras, expressões ou proposições não têm um sentido que lhes sejam próprios, vinculado a sua literalidade, estando, conforme resalta Orlandi (2010), aquém e além das palavras. Entendendo que os sentidos não são dados a priori (Stübe, 2016) e não estão fixados à essência das palavras (Marchesan, 2020), interessa-nos compreender como eles se constituem, para isso é imprescindível voltar atenção à noção de imaginário e as

diferentes noções de memória que se cruzam quando tratando-se do funcionamento dos dicionários online.

Diante disso, o presente capítulo tem por objetivo discutir noções importantes no que diz respeito ao processo de produção dos discursos e de sentidos e seus efeitos no funcionamento dos dicionários online. Para isso, neste capítulo, inicialmente, tratamos do conceito de formações imaginárias para a AD e, na sequência, apresentamos as noções de memória discursiva, memória metálica, memória digital e memória tecnodiscursiva, com o propósito de compreender como produzem efeitos nos discursos dos dicionários.

### 3.1. IMAGINÁRIO

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa e a hipótese de que ao produzir sentidos sobre o verbete “indígena”, os dicionários online constituem um imaginário sobre esses sujeitos, que também é posto em circulação, faz-se necessário assinalar o que compreendemos por imaginário. Para isso, nos ancoramos na noção de formações imaginárias da AD, ou seja, considerada pelo viés discursivo. Pêcheux (1997, p. 82) afirma que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (destaques do autor). Por outras palavras, as formações imaginárias são as percepções que os interlocutores têm de si mesmos, do outro e do objeto do discurso, além de incluir as percepções que o locutor acredita que seu interlocutor tem dele e sobre objeto do discurso. Ao enunciarmos, essas percepções, ou seja, essas formações imaginárias, são postas em relação e materializadas, de forma inconsciente, nos discursos. Segundo Pêcheux (1997), são as projeções imaginárias que determinam os discursos, isso porque os sujeitos, para significar, produzem imagens, sobre si, sobre o outro, sobre as posições ocupadas e sobre o objeto do discurso. Orlandi (2010) destaca que é esse jogo imaginário que preside a troca de palavras, no processo discursivo são as imagens que constituem as diferentes posições, assim o que funciona no discurso não é o sujeito empírico, mas sua posição discursiva, que é produzida pelas formações imaginárias.

No processo discursivo, estamos constantemente produzindo imaginário, pois como destaca Orlandi (1994, p. 57), “não existe relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta mas funciona como se fosse, por causa do imaginário”. A produção de imaginário é parte do funcionamento da linguagem, ocorre por meio da ideologia, da relação não consciente

existente entre os sujeitos, a língua e a história, sendo assim configura-se como prática inerente, constitutiva do sujeito, tendo em vista a impossibilidade de significar sem imaginar (Veroneze Jr e Pádua, 2020). Ao projetar essas imagens de si, dos outros e daquilo sobre o que fala (Veroneze Jr e Pádua, 2020), o sujeito produz uma espécie de “reservatório” de sentidos (Mariani, 1998), que condicionam o sujeito em seus discursos e produzem efeitos de evidência. Orlandi (2010) destaca que o imaginário se assenta no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. Assim, em síntese, imaginários são imagens que o sujeito constrói das coisas e de si, a partir da ideologia, a fim de significar, dar sentido a suas relações de alteridade com o mundo (Zanotto e Stübe, 2022). Portanto, tomamos imaginário como conjunto de efeitos de sentidos.

A noção de imaginário nos é importante, pois, como aponta Mariani (2016, p. 38), “as imagens que se produzem na materialidade discursiva [...] vão colocar no todo complexo das formações discursivas, permitindo a cristalização de identificações com significantes enlaçados a sentidos”. Assim, por meio da materialidade discursiva é possível identificar imaginários que (re)produzem sentidos cristalizados, estabilizados. Portanto, o intradiscorso nos permite (re)conhecer sentidos e, com isso, o imaginário presente na sociedade. A produção de imaginário está intrinsecamente ligada à noção de memória discursiva, pois ela é quem fornece nosso repertório de experiências discursivas, que moldam as representações sociais, as identidades e as interpretações dos discursos presentes.

### 3.2. MEMÓRIA DISCURSIVA

Apesar da ilusão de sermos a origem de nossos dizeres e de que eles só podem ser ditos daquele modo e, portanto, significar conforme pretendemos, os sentidos são, na verdade, determinados pela relação entre sujeitos, língua e história. Orlandi (2010) destaca que, nós é que entramos no processo dos discursos, eles não se originam em nós, o que não quer dizer que não haja singularidades na relação de cada sujeito com a língua e história, no entanto não somos fonte dos discursos e sentidos. Isso ocorre devido ao que Pêcheux (1995) chamou de esquecimentos no discurso, que podem ser de ordem da enunciação e de ordem ideológica. No esquecimento da ordem da enunciação, ao enunciarmos, esquecemos que o dizer poderia ser sempre outro, produzindo em nós a impressão de que o que dizemos só poderia ser dito daquela maneira, produzindo a ilusão de que o sujeito domina o seu dizer. Já o esquecimento ideológico, produz a ilusão de que somos a origem do que dizemos, esquecendo que, na verdade,

retomamos sentidos preexistentes, assim o sujeito tem a ilusão de estar na fonte do sentido (Pêcheux, 1995). Esses esquecimentos produzem a impressão de que nossos discursos correspondem à realidade de nosso pensamento, por isso não poderiam ser ditos diferentemente, e a ilusão de que significam pela nossa vontade, produzindo um efeito de transparência (Orlandi, 2010).

Os dois esquecimentos são, segundo afirma Orlandi (2006), constitutivos da memória discursiva, uma vez que a natureza da memória discursiva corresponde ao fato de que quando enunciamos há uma estratificação de formulações já feitas que formam o eixo de constituição de nosso dizer, são formulações já feitas, mas esquecidas. Memória e esquecimento são, portanto, complementares, para que haja discurso é necessária essa base do dizível, que torna possível os discursos e os sentidos, uma vez que para que um discurso faça sentido é preciso que já tenha feito sentido antes. No entanto, é imperativo que ocorra, também, esquecimento, para que os discursos não sejam mera repetição literal e para que exista movimentação de sentidos e que tenhamos a ilusão de sermos origem dos discursos e sentidos. Assim, conforme destaca Rasia (2021, p. 208), “Memória e esquecimento constituem, mutuamente, o avesso do mesmo”.

No entanto, ainda que haja essa ilusão, “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós, carregadas de sentidos, que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (Orlandi, 2010, p. 20). Isso, se deve à memória discursiva, que, segundo Pêcheux (1995, p. 52), é “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.)”. Trata-se, portanto, de formulações já feitas, mas esquecidas e que são atualizadas no momento da enunciação, visto que todo discurso é constituído por memória e esquecimento de outros discursos, os sentidos são produzidos em relação com outros sentidos, esse processo de retomada de dizeres e sentidos ocorre de maneira inconsciente e natural no processo discursivo. Sendo assim, para que um discurso produza sentidos, é necessário que já tenha feito sentido antes, nas palavras de Pêcheux (1995, p. 52), “a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Diante disso, segundo Courtine (1999, p. 18), pode-se compreender que “A existência do enunciado está, assim, ligada à noção de uma repetição”. Segundo o autor, a memória discursiva, também chamada de interdiscurso, é um espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos, no qual séries de formulações distintas e dispersas articulam-se, citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se. Assim, as formulações-origem constituem a memória discursiva, na qual, conforme Courtine (1999), truncam-se,

escondem-se para reaparecer mais a frente, “uma formulação anterior, já dita, vem se encaixar como preconstruído, sob forma nominalizada [...] numa formulação posterior, produzindo um efeito de cadeia na série” (p. 20). Sendo assim, pode-se compreender que sem memória não há discurso e, por conseguinte, não há sentidos, é a partir da memória discursiva que se tornam possíveis os dizeres, pois todas as formulações dependem do funcionamento da memória.

A paráfrase refere-se então a um movimento de memória, a partir do qual há reiteração do já dito. De acordo com Orlandi (2010, p. 36), os processos parafrásticos correspondem àqueles pelos quais os dizeres se repetem, pois, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. Desse modo constitui-se como matriz do sentido, visto que não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo. No entanto, não se trata de simples e mera repetição, o que se produz é variedade do mesmo, isso representa que há o retorno aos mesmos espaços do dizer, produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (Orlandi, 2010). A paráfrase encontra-se do lado da estabilização (Orlandi, 2010). O funcionamento da paráfrase discursiva ocorre por meio da repetição, com vistas à cristalização de sentidos e, com isso, se constroem certos imaginários de sentido (Serrani, 1997). Diante disso, compreende-se que a paráfrase discursiva é parte constitutiva da produção de efeitos de sentidos (Pierezan, 2019) e nos permitir identificar a relação que se estabelece entre os sujeitos com a exterioridade, já que, conforme Schneiders (2013, p. 1001), “toda paráfrase discursiva é, pois, determinada ideologicamente e historicamente”.

Podemos dizer que o intradiscurso é efeito do interdiscurso, é o interdiscurso quem torna possível todo dizer, é nele que estão “armazenados” os já-ditos, que estão na base do dizível, e que são retomados, recuperados, quando não é possível recuperar a memória para sustentar sentidos para um discurso, temos o *nonsense* (Pêcheux, 1995). Para significar, recorreremos, inconscientemente, a memória discursiva, os sentidos, então, são retomados, podendo ser repetidos ou atualizados, a cada enunciação, nossas palavras podem significar diferente, todas essas enunciações e os sentidos que elas carregam constituem a memória discursiva, então, quando enunciamos uma palavra, ela não significa somente aquilo que pretendemos que signifique, mas também carrega toda essa memória, também a cada enunciação a memória é atualizada. De acordo com Bortolin e Fernandes (2017, p. 85) “a memória discursiva é uma memória relacionada ao social, à memória coletiva, à memória histórica”, e é “por meio desse tipo de memória, os dizeres são atualizados no fio discursivo e, ao formular um discurso, o sujeito retoma ou ‘esquece’ e silencia outros discursos já proferidos”.

Importa ainda destacar, que a memória discursiva não deve ser confundida com as noções de memória psicológica ou cronológica, memória individual, que conduz a recordação

de fatos ocorridos no passado (Fernandes, 2001), “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (Pêcheux, 1999, p. 51).

As definições apresentadas pelos dicionários carregam, portanto, sentidos que são construídos por meio da memória discursiva, visto que, conforme destaca Petri (2019, p. 229), “as palavras fazem sentido porque carregam em si mesmas referenciais e sentidos já postos em outro tempo e outro lugar, sob a égide do interdiscurso”. Com isso, ao utilizarmos das definições propostas pelos dicionários, mesmo que não percebamos, devido a ilusão da transparência da linguagem, podemos estar construindo sentidos diferentes do que imaginamos (Damião; Stübe, 2020). Ao enunciar, filiamo-nos a redes de sentidos, que nem sempre produzem os efeitos de sentidos que intencionamos, mesmo quando recorremos ao que está nos dicionários, pois os dicionários não escapam dos efeitos do interdiscurso, uma vez que são produzidos por sujeitos, que o fazem a partir das posições sujeitos que ocupam, a partir de determinadas condições de produção. No entanto, com a mudança de práticas sociais, faz-se necessário repensar o funcionamento de alguns conceitos.

### 3.3. MEMÓRIA METÁLICA

Os constantes e rápidos avanços tecnológicos produziram (produzem) grandes mudanças nas práticas sociais, demandando que os processos discursivos sejam pensados levando-se em consideração suas especificidades. Dias (2016) afirma que o digital produziu uma mudança na discursividade do mundo, nas relações históricas, sociais e ideológicas, e, com isso, na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Diante disso, compreendendo o surgimento de novas tecnologias de linguagem produzidas pelo digital, é que se fez necessário pensar o funcionamento específico da memória, cuja natureza é digital (Dias, 2016).

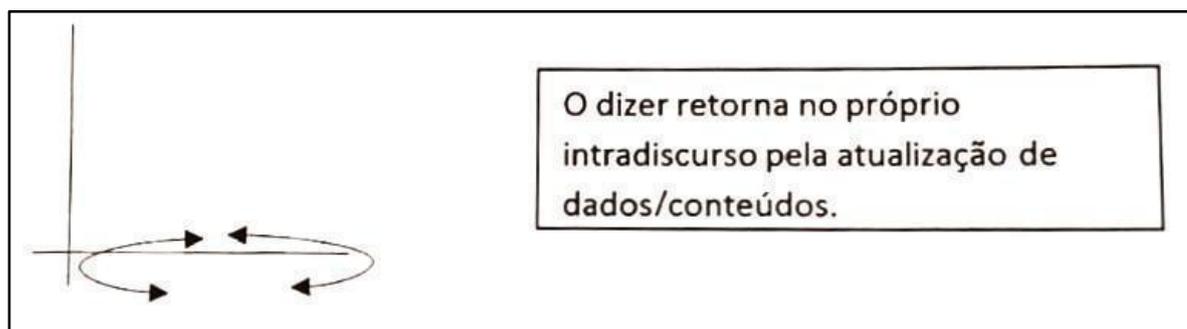
Em vista disso, Orlandi (1996) propõe um deslocamento do conceito de memória discursiva, uma vez que o contexto das novas tecnologias estabelecia uma nova relação entre os sujeitos e a memória. A memória de natureza digital foi denominada por Orlandi (1996) como memória metálica e se constitui no que tange às novas condições de produção de discursos, que são formulados em uma outra materialidade e, também, sua circulação. Esse deslocamento foi necessário e importante para pensar a produção dos discursos no meio digital, uma vez que, de acordo com Schmitt (2006, p. 48), “a formulação da língua, nesse meio, não se assujeita somente à memória discursiva, mas também à memória metálica”.

A memória metálica, então, refere-se à memória das máquinas, das tecnologias digitais, “sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), [...] o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma Quantidade e não historicidade” (Orlandi, 2006, p. 5). Para a autora, a memória metálica é produzida por um construto técnico (televisão, computador, etc.), por ser horizontal, não há estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo, desse modo, os ditos aqui e ali e mais além juntam-se, formando uma rede de filiação e não apenas uma soma. Trata-se, portanto, da memória que é acumulada, que tudo cabe, numérica, e, diferentemente da memória discursiva, não é baseada no esquecimento, e sim na soma quantitativa de seus elementos (Dias, 2012).

Sobre o funcionamento da memória discursiva, Orlandi (2008) destaca que todo dizer se produz na relação entre dois eixos, o vertical corresponde a constituição dos sentidos, o interdiscurso, enquanto o horizontal corresponde à formulação, o intradiscurso. O eixo horizontal, da formulação, é determinado pelo vertical, do interdiscurso, mesmo que nem sempre isso se deixe ver, isso quer dizer que nossos discursos estão sempre em relação com outros produzidos em outros contextos. Ainda segundo Orlandi (2008), existe uma filiação histórica dos sentidos, ou seja, os sentidos se filiam a uma rede de constituição, todo dizer pode ser deslocado dentro dessa rede, produzindo mudança de sentido. No entanto, o funcionamento da memória metálica distingue-se.

Inicialmente, pensando a memória que se produzia com a televisão, Orlandi (2008) afirma que a memória produzida nesse espaço é horizontal e não vertical, sendo assim, uma formulação se estende sobre outras, no nível intradiscurso, não atingindo o nível da constituição dos sentidos, isso impossibilita possíveis deslocamentos de sentido, dessa forma o sentido sempre será o mesmo, produzindo apenas variedades e não mudanças. O funcionamento da memória metálica, que se dá por meio de algoritmos, faz com que os dizeres presentificados continuamente funcionem como se fossem uma memória, quando, no entanto, não o são, tratam-se dos mesmos dizeres repetidamente (re)atualizados (Orlandi, 2006), conforme demonstra-se pela Figura 1. Para ilustrar sua afirmação, Orlandi (2008) toma como exemplo as novelas, em que há a reiteração do mesmo sob uma ilusão do diferente, variedade do mesmo em série, não saindo do mesmo espaço do dizível, uma vez que o que se tem são apenas variedades, assistimos a mesma novela, modificam-se os cenários, os personagens, os atores, mas a base é sempre a mesma.

Figura 1: Memória Metálica



Fonte: Dias, 2018, p. 77

Com isso, “Uma formulação se transforma em várias outras sem que se toque no domínio da constituição, onde um sentido poderia vir a ser outro, na sua historicidade. Produz-se assim uma memória achatada, horizontal” (Orlandi, 2008, p. 182). Na memória metálica, os sentidos são homogêneos, não há espaço para interpretação, pois um fato é interpretado por outro já disponível na rede, não se produz profundidade semântica, permanecendo-se apenas na superfície do discurso, assim os sentidos não se filiam, apenas se estratificam (Orlandi, 2008). Dessa forma, pelo funcionamento da memória metálica, não há possibilidade de o discurso filiar-se a redes de sentido, pois não há historicidade, há apenas o sentido que reconhecemos, não há deslocamento, falha, deslizamento, metáfora, transferência, nem o sem-sentido.

De acordo com Coelho (2015), a memória metálica tem por objetivo o acúmulo e a repetição, o que produz a inscrição de efeitos de sentido do passado no presente, visto que, quando os sentidos são produzidos por determinação da memória metálica, eles tornam-se quantidade, e desse modo, os discursos do passado e do presente se naturalizam, se cristalizam. Além disso, conforme Schmitt (2003, p. 18), “a memória metálica pode ser apreendida, facilmente acessada, pois ela funciona a partir da presentificação constante de um mesmo dizer. Essa atualização recorrente produz um efeito de completude de sentido, como se não houvesse mais o que dizer, tudo já estaria dito/posto, interpretado”. A ideia de completude produzida pela memória metálica, acaba por limitar efeitos de sentidos, já que acumula e armazena uma grande quantidade de dados e faz circular discursos que compactuam com sua inscrição numa determinada formação discursiva (Bortolin; Fernandes, 2017).

Por se tratar de uma memória que acumula e “não esquece”, também produz a ilusão de uma memória infalível, que, segundo Orlandi (1996), reduz “o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente transparentes”. Essa ilusão de infalibilidade se deve ao fato de que na memória metálica tudo estaria contido, acumulado, portanto, suas possibilidades físicas são inesgotáveis, não abrindo espaço para falhas, nem para a necessidade de ressignificação

(Dias, 2016). No entanto, quando falamos na memória metálica, isso não quer dizer que, ao enunciar, não estamos determinados pela memória discursiva, mas que, ao circular na materialidade digital, esse dizer se filia à memória metálica para significar e, ela, por sua vez, produz efeito de evidência do sentido e do sujeito uma vez que seu funcionamento não diz respeito à existência histórica dos enunciados, mas à sua existência técnica, replicável. (Dias, 2014).

Importa destacar que o conceito de memória metálica foi desenvolvido por Orlandi em meados da década de 1990, objetivando problematizar a memória que se produzia em um constructo técnico, que incluía a televisão, computador, etc., ou seja, a memória das máquinas, das tecnologias digitais. Conforme salienta Paveau (2022), por ter em vista o funcionamento da máquina, do aparelho, a memória metálica não diz respeito à conectividade, à internet, no entanto pode ser uma noção fecunda para pensar a memória que se produz nos ambientes conectados. Diante disso, Dias (2016) propõe a noção de memória digital, fazendo avançar a formulação de Orlandi, considerando a especificidade dos discursos conectados, a diferenciando da memória metálica, porém sem se descolar dela.

A partir do momento em que a conectividade passa a fazer parte do funcionamento das máquinas, o efeito de repetição na memória metálica é afetado, uma vez que a conectividade amplia a circulação e o acesso das informações, potencializando sua ressonância. Desse modo, a transição da era analógica para a era digital, onde a capacidade de armazenamento e recuperação de informações se tornou virtual, transformou radicalmente nossas práticas de recordação e preservação de dados, fazendo-se necessário, mais uma vez, repensar o funcionamento da memória.

### 3.4. MEMÓRIA DIGITAL

De acordo com Dias (2016), a digitalização do mundo é um processo que desloca os modos de significação, pois produz uma forma material outra, uma vez que inscreve os dizeres, os fazeres e as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção. Diante disso, surge a necessidade de produzir noções (ou deslocamentos) que deem conta das especificidades dos objetos de análise digitais, pois como destaca Orlandi (1996, p.12), “os sentidos não são indiferentes à matéria significante”. Isso quer dizer que os discursos produzidos em ambientes digitais “modificam a forma material do texto e produzem uma relação do sujeito com a linguagem, cujo processo de constituição, formulação e circulação é afetada por um complexo

tecnolinguístico-histórico” (Paveau; Dias, 2015, p. 155). Para a AD, considerar a materialidade linguística em sua especificidade é mais do que importante, mas imperioso, visto que as condições de produção impactam significativamente no processo de produção de sentidos e, sendo assim, não há como se pensar nos sentidos, sem que se leve em consideração como e onde são produzidos e por meio que meio passam a circular.

Por meio da materialidade específica, que é constitutiva dos ambientes digitais e online, se produzem mudanças no modo como os sentidos se inscrevem na história, produzindo, assim, uma outra discursividade, outros processos de significação (Paveau; Dias, 2015). Os ambientes digitais e conectados inscrevem os discursos em funcionamento específico, que se caracteriza pela fluidez e multiplicidade de vozes, no qual os sentidos são constantemente (re)negociados e (re)construídos, refletindo a fragmentação e o imediatismo que são característicos desses ambientes. Conforme ressalta Orlandi (2008, p. 11-12), “os ‘meios’ não são nunca neutros”, daí a importância de considerarmos o digital em sua opacidade, pois a materialidade digital e seu funcionamento são determinantes na forma como os sentidos e os sujeitos significam. Tendo em vista o processo discursivo, que compreende a constituição, formulação e circulação dos discursos, conforme formulado por Orlandi (2008), e que são determinantes para a produção de sentidos, Dias (2016) propõem a noção de memória digital, que segundo ela, é o que rege o processo de formulação dos dizeres em circulação pelo digital.

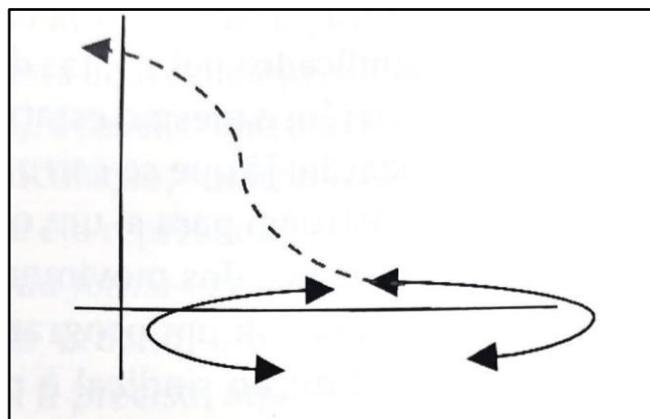
A memória digital é aquela que trabalha a formulação circunscrita pelos dispositivos digitais. Se a memória discursiva é aquela que trabalha a constituição do discurso pela filiação dos sentidos em sua materialidade discursiva, e a memória metálica a que trabalha a circulação pela multiplicação dos dizeres em sua materialidade formal, a memória digital é aquela que trabalha a formulação dos dizeres em circulação, pela variação, em sua materialidade digital (Dias, 2023, p. 21).

A ilusão de uma memória infalível, produzida pela memória metálica, é potencializada pela conectividade, ou seja, com a chegada da internet, as tecnologias possibilitadas por ela contribuem para a evidência de uma memória inesgotável, de um dizer que se repete e se (re)atualiza. Em vista disso, Dias (2016) sugere avançar a formulação da memória metálica, que funciona pela quantidade, pela possibilidade de armazenamento e processamento dos dados, para a memória digital, que seria esse resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento digital, através do funcionamento do interdiscurso. Desse modo, “a memória digital não é uma re-atualização técnica da memória, ou seja, uma expansão horizontal dos enunciados, mas uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital” (Dias, 2016, p.12).

Enquanto a memória metálica se configura pela repetição, o que produz estabilização e homogeneização de dizeres e sentidos, a memória digital é, segundo destaca Orlandi (2018, p. 16), “des-organizador e joga o sujeito para fora do espaço estabilizado”, é uma memória que escapa do algoritmo, assim, escapa à essa (re)atualização e instala-se na memória discursiva. A memória digital, portanto, é o lugar da deriva, que inscreve o dizer em uma determinada formação algorítmica ou rompe com ela, é o lugar da contradição, funciona como um resíduo incômodo que produz uma “clivagem subterrânea”, produz um desencaixe na formulação, com isso, pode produzir-se variação, remissões, retomadas e paráfrase (Dias 2023). De acordo com Dias (2023, p. 23), o “trabalho da formulação pela memória digital produz efeitos de paráfrase, remissões, que vão fazendo derivar o sentido”.

Para Dias (2018), a partir da relação com a memória discursiva, o estabilizado no eixo do repetível, do dado, se desloca, rompe com um funcionamento algoritmizado, inscrevendo-se na história, conforme demonstrado na figura que segue (Figura 2).

Figura 2: Memória Digital



Fonte: Dias, 2018, p. 105

A Figura 2 representa o funcionamento da memória digital, na qual a memória escapa do eixo do repetível, sai do espaço de repetição e se inscreve no interdiscurso, ao fazer isso se desloca, rompe com a estabilização.

Poderíamos pensar, então, na memória digital como o funcionamento da memória discursiva, atravessada pela memória metálica, sobre a materialidade digital. As tecnologias digitais, somadas à conectividade, produzem um imaginário de onipotência da tecnologia, de completude, veracidade e infalibilidade, dessa forma, um imaginário de transparência dos

discursos que circulam nos ambientes digitais. Em consequência disso, conforme aponta Dias (2018), constrói-se uma normalidade semântica, ou seja, a naturalização de determinados discursos e sentidos, produzindo-se efeitos de homogeneidade, consenso, categorização, sistematicidade e fixação de sentidos, ainda mais se considerarmos a regularidade que o uso desses sistemas tem em nosso cotidiano.

Pensando no funcionamento dos dicionários, pode-se considerar que o imaginário de certitude e completude que já existe em torno desse instrumento, é fortemente potencializado pelos ambientes online, pois esse imaginário sustenta-se pela acumulação e pela repetição, características basilares da memória metálica e da memória digital, que fazem parte do funcionamento dos dicionários online. As tecnologias produzem “uma objetividade material contraditória” (Pêcheux, 1995, p. 162) dissimulada em seu funcionamento, o que, conforme ressalta Dias (2018), contribui para o efeito de transparência dos sentidos que se produzem nessa materialidade, uma vez que há o apagamento do sujeito no processo de produção da tecnologia, como se ela fosse produzida por si só, uma entidade autônoma que “supera” os próprios sujeitos. Assim, os sentidos que se produzem no digital carregam essa suposta neutralidade, pois não seriam afetados pela subjetividade dos sujeitos, produzindo ilusão de transparência.

Além disso, há também um apagamento da história, das condições de produção. De acordo com Dias (2018), pensar a tecnologia em suas condições de produção significa considerá-la em sua historicidade e seus efeitos, no entanto, quando apagam-se as condições de produção, concebe-se a história como um produto da tecnologia ao invés da tecnologia como um produto histórico. Com isso, mais uma vez tem-se a ilusão de transparência e objetividade nos discursos digitais, contribuindo com sua vocação totalizante. Posto isto, pode-se compreender como se constitui o imaginário sobre os dicionários online, pois se os dicionários físicos/impresos já eram legitimados pelo saber de especialistas e de autores reconhecidos (Nunes, 2006), sobre os dicionários online, além disso, agrega-se a neutralidade e objetividade de um instrumento que não é afetado nem pelo sujeito, nem pela história.

### 3.5. MEMÓRIA TECNODISCURSIVA

Igualmente, pensando os ambientes discursivos digitais conectados, Paveau (2022) propõe uma outra evolução para a noção de memória metálica, levando em consideração elementos constitutivos do funcionamento da internet e que, conseqüentemente, implicam no

processo discursivo. A memória tecnodiscursiva é, segundo Paveau (2022, p. 275), uma memória que se desenvolve nos universos conectados, “amplia as capacidades da memória discursiva não equipada digitalmente, produz arquivos nativos inéditos em formas digitais nativas, ordena parcialmente a massa de dados discursivos on-line e constitui linhagens discursivas e formulações prévias para a elaboração dos discursos”. Segundo Paveau (2022), para refletir sobre a memória tecnodiscursiva, deve-se ter em conta noções importantes para seu funcionamento, visto que são constitutivos dos ambientes conectados, como a hipertextualidade, o rastro (ou impressão digital) e a redocumentarização.

Em contextos digitais, a hipertextualidade corresponde ao fato de, para um texto, propor informações suplementares a ele mesmo, fragmentando e deslinearizando a leitura (Paveau, 2022). Paveau (2022) destaca que a hipertextualidade produz uma fragmentação do texto, tanto no plano semântico quanto em sua materialidade, tal aspecto é um dos elementos que constitui uma memória tecnodiscursiva.

Com relação aos rastros ou impressões digitais, o ambiente conectado pressupõe que ao utilizá-lo deixa-se indícios, vestígios que podem ser explícitos ou implícitos. Há rastros deixados que o internauta possui a ciência de que serão consultáveis por outros e, que, correspondem a exteriorizações deliberadas, em que se tem o interesse, pelo menos em certa medida, de que sejam transmitidos. Como exemplo desses rastros explícitos, podemos mencionar o tagueamento, que corresponde a etiquetar, rotular por palavras chaves, trata-se, portanto, de uma marcação que adicionamos ao conteúdo produzido; o uso de hashtags e, até mesmo, postagens em redes sociais, que ficam disponíveis para consulta. Esses são rastros que o usuário “escolhe” deixar (Paveau, 2022). Quanto aos rastros implícitos, são aqueles coletados durante as interações online, sem a ciência dos usuários. Paveau (2022) destaca aqui uma mudança importante, na passagem do signo ao rastro, a memória não se constrói sobre o esquecimento, mas sobre o registro da totalidade, dessa forma, os rastros que são contíguos a um uso, não resultam da articulação de um sentido, mas decorrem de uma causalidade operatória que remete a uma presença (Merzeau, 2009). Isso produz consequências importantes para noções de memória discursiva e interdiscurso, uma vez que “os rastros-impressões discursivos não estão mais diretamente ligados ao sentido, mas à presença” (Paveau, 2022, p. 278).

A ideia de presença é fulcral para a análise discursiva de dicionários, visto que a presença de determinados termos, palavras, exemplos e não outros, seja enquanto verbete ou enquanto definição, é fundamental para compreender o processo de produção de sentidos. Os dicionários não apenas registram palavras, mas mobilizam formações ideológicas e memórias

discursivas, desse modo, a presença é e carrega implicações culturais, históricas e ideológicas. A presença de determinados termos, palavras, atua, então, como rastro-impressão discursivo.

A redocumentarização é uma noção elaborada pelas ciências da informação e da comunicação, que dá conta do funcionamento da memória no contexto digital. Salaün (2007) destaca que para definir a “re-documentarização” é preciso, antes, compreender o termo “documentarização”, que, segundo o autor, significa tratar um documento como fazem (ou faziam), tradicionalmente, os profissionais da documentação: catalogá-lo, indexá-lo, resumi-lo, recortá-lo, etc. Assim, “documentarizar os rastros digitais significa tratá-los de modo a constituí-los em documentos arquiváveis, logo, passíveis de serem inscritos na memória” (Paveau, 2022, p. 280). De acordo com Salaün (2007), redocumentarizar trata-se, então, de acionar todos os metadados que são indispensáveis para a reconstrução, com celeridade e eficiência, dos documentos e de toda a rastreabilidade de seu ciclo. Por outras palavras, consiste na retomada do conteúdo dos rastros, por meio de ferramentas que possibilitam reunir enunciados-fragmentos ou rastros digitais semioticamente heterogêneos, após a interação do usuário com o sistema informático (Yahiaoui; Prie; Boufaïda, 2008 e Paveau, 2022). “Esta redocumentarização é uma forma de rememoração, isto é, de elaboração de uma memória a partir de uma dispersão de rastros digitais” (Paveau, 2022, p. 280).

A redocumentarização implica no funcionamento dos dicionários online ao possibilitar a reconstrução de rastros digitais dispersos. Este processo envolve a utilização de metadados e ferramentas semânticas que permitem capturar, interpretar e reunir enunciados fragmentados e semioticamente heterogêneos. Em dicionários online, a redocumentarização funciona de forma a reunir esses rastros heterogêneos e dispersos para a produção da memória.

Paveau (2022) destaca que as noções de hipertextualidade, rastros e redocumentarização, constitutivas da conectividade, são ainda pouco exploradas na linguística e, por consequência na AD, que ainda não levou em consideração a relação existente entre discurso e técnica. Para ela, tais noções merecem especial atenção em tratando-se de análise de discursos digitais, pois os discursos produzidos online se constituem por um material compósito, que não é somente linguageiro. É por este fato que alguns deslocamentos teóricos se fazem necessários, como é o caso das noções de memória, “Nos universos digitais, a memória é reconfigurada essencialmente para que a circulação dos discursos tome formas particulares implicadas pela dimensão técnica” (Paveau, 2022, p. 284). Os discursos, quando materializados em meios digitais, sofrem implicações de condições de produção que não compreendem apenas o enunciador, o contexto sócio-histórico e ideológico, mas também o funcionamento web, visto que ele implica significativamente a produção dos discursos e assim para analisarmos a

produção e circulação de sentido. A noção de memória tecnodiscursiva, conforme Paveau (2022), ativa três grandes processos: a deslinearização, a memorialização e a contextualização reflexiva.

A deslinearização questiona a verticalidade da construção de sentidos e da validação dos discursos nos universos discursivos digitais, o que provoca a dissolução da “hierarquia” das sequências, que em contexto não digital, é realizada por um gesto de interpretação (Paveau, 2022). Já em contexto digital, a produção de sentidos pode se dar por meio de um gesto tecnodiscursivo: “um clique sobre um link hipertextual ou uma pesquisa a partir da palavra” (Paveau, 2022, p. 285). Desse modo, a “hierarquia” vertical pode ser interrompida pelo acesso a hiperlinks ou por uma nova busca, que redireciona o usuário, com isso, “a superfície discursiva, isto é, o fio do discurso proposto para a recepção-leitura é deslinearizado pelas possibilidades hipertextuais” conforme destacado por Paveau (2022, p. 286). No funcionamento dos dicionários online, a deslinearização constitui-se um elemento fundante, pois, enquanto nos dicionários impressos há uma certa linearidade da superfície discursiva, o que poderia, por consequência, produzir, em alguma medida, o controle de sentidos, nos dicionários online, por meio dos hiperlinks, ela pode perder sua “homogeneidade”, favorecendo uma possível dispersão dos sentidos.

Além disso, nos dicionários tradicionais a linearidade é um elemento fundamental, pois para sua utilização eficiente, os usuários devem compreender a linearidade, ou seja, precisam compreender a ordem alfabética em que os verbetes são apresentados. Nos dicionários online, essa linearidade não precisa ser conhecida, os consulentes não têm a necessidade de saber o que vem antes e o que vem depois, necessitam apenas buscar pelo verbeito desejado. Outro fator que implica na deslinearização são as múltiplas possibilidades de difusão dos discursos, facilitadas pelos inúmeros recursos disponíveis nos ambientes digitais, tais como publicação, compartilhamento, repostagem, etc., que produzem a fragmentação da memória discursiva (Paveau, 2022).

A deslinearização da memória discursiva online, segundo Paveau (2022), não é algo totalmente novo, uma vez que nos trabalhos pré-digitais da AD francesa, Pêcheux e seu grupo já insistiam na heterogeneidade, nas rupturas e no não-um dessa ferramenta imperfeita que é o discurso, da mesma forma, os estudos desenvolvidos sob a perspectiva da teoria bakhtiniana e da noção dialógica também afirmavam que todo discurso é atravessado pela memória de outros discursos com os quais mantém uma conversação sem fim. Paveau (2022) afirma que essa disseminação da memória corresponde a ferramentas e procedimentos de memorialização, ou seja, processo no qual “a memória discursiva torna-se, de fato, construível on-line e não mais

depositada previamente nos discursos, detectável pelas competências culturais dos receptores e pela competência interpretativa do pesquisador” (2022, p. 289) ou seja, torna-se calculável. A autora afirma que a web forjou uma forma tecnológica de memória discursiva, o que implica pensar a memória nos ambientes conectados de forma dinâmica.

Podemos pensar a memorialização no funcionamento dos dicionários online a partir da deslinearização da superfície discursiva e na fragmentação da memória, que ocorre por meio do acesso aos hiperlinks e pela possibilidade de colaboração. Com a possibilidade de edição e acesso a hiperlinks, a materialidade discursiva, o fio do discurso é alterado, interferindo na construção da memória. A memorialização se manifesta, então, por meio de um processo contínuo e interativo de construção e atualização das definições, esse processo adapta e expande a memória discursiva, fazendo com que ela seja dinâmica.

Com relação à contextualização reflexiva, de acordo Paveau (2022) a dimensão tecnológica do discurso inclui o fato de que os discursos nativos da web contêm seus próprios metadados, ainda que não sejam aparentes na superfície tecnodiscursiva, residem na camada algorítmica, impactando sobre o funcionamento dos tecnodiscursos. Segundo ela, “O tecnodiscurso comporta, pois, em si, os dados de sua contextualização, o que é um traço original comparado ao dos discursos pré-digitais. A contextualização dos discursos é uma das tarefas da análise de discurso, justamente porque as próprias formas linguageiras geralmente não os marcam” (Paveau, 2022, p. 292).

Nos dicionários online, a contextualização reflexiva, ou seja, os metadados são importantes para pensarmos a produção de sentidos, visto que a camada algorítmica impacta nos resultados das pesquisas feitas nos dicionários. Os algoritmos não só impactam em quais dicionários serão mais utilizados para consulta, como também nas definições apresentadas, sendo assim, além da determinação histórico-ideológica nos discursos dos dicionários, temos também a determinação algorítmica.

Compreender a especificidade que compõe a materialidade dos dicionários online além de importante é necessário, pois a singularidade da dimensão tecnológica dos discursos deve ser levada em conta tanto na constituição do *corpus* de análise, quanto nas análises.

#### **4. ENTRE DEFINIÇÕES E SENTIDOS**

Antes de entrarmos nas análises, convém realizarmos alguns esclarecimentos metodológicos que guiaram a constituição de nosso *corpus* de pesquisa, bem como fazemos

uma breve descrição dos dicionários que compõem o arquivo desta pesquisa, para, então, passarmos às análises. Nas análises, as definições estão reunidas por regularidades, que são representadas por meio de sequências discursivas.

#### 4.1. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Inicialmente, faz-se necessário que explicitemos o que é compreendido aqui por *corpus*. Para isso, retomamos Courtine (2009), que define *corpus* como um conjunto de sequências discursivas orais ou escritas de dimensão superior à frase, extraído de um campo discursivo, nesse sentido, “podemos dizer que se trata de um conjunto de formulações produzido pelo próprio processo de interpretação do discurso, no confronto com o arquivo” (Dias, 2015, p. 972).

Assim, para a constituição do *corpus*, antes dedicamo-nos ao estado da arte, realizando um levantamento teórico de produções acerca da dicionarização, da produção de sentidos em dicionários e dos instrumentos linguísticos, a fim de garantir aporte teórico à pesquisa, além de levantamento dos dicionários de língua portuguesa online, inclui-se também dicionários de sinônimos e antônimos. A opção pela inclusão dos dicionários de sinônimos e antônimos se dá por entendermos que as palavras sinônimas estão dentro de uma mesma rede de filiação de sentidos, assim será possível identificar palavras a que se atribui o estatuto de sinônimo em relação à indígena, e, com isso, compreender a construção de sentidos e saberes sobre esse sujeito. Da mesma forma, consideramos que a inclusão do dicionário de antônimos pode revelar-se produtiva para a reflexão sobre sentidos apresentados como incompatíveis ou opostos a indígena.

A escolha por pesquisarmos sobre o verbete “indígena” em dicionários online justifica-se por nossa trajetória de pesquisa, que, em outras pesquisas, teve como foco o “discurso sobre” o sujeito indígena em distintas materialidades. Em pesquisa de trabalho de conclusão de curso que realizamos, intitulada “Sentidos sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa”<sup>1</sup>, tínhamos como objetivo principal compreender memórias discursivas que sustentam verbetes relacionados a “indígena” em dicionários online de língua portuguesa. Assim, buscando dar continuidade a essa pesquisa e fazer avançar suas conclusões, é que

---

<sup>1</sup> O trabalho de conclusão de curso resultou no artigo “IMAGINÁRIO SOBRE O INDÍGENA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA”, publicado na Revista Eletrônica Interfaces, disponível em: <[https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/view/7215/5253](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7215/5253)>.

analisamos os dicionários online, na tentativa de compreender como eles produzem imaginários sobre indígena e os colocam em circulação, e problematizá-los enquanto instrumento linguístico.

Para o levantamento dos dicionários online, pesquisamos na internet por dicionários online, que resultou em 13 (treze) dicionários, sendo eles: Dicionário Google; Dicio: Dicionário Online de Português<sup>2</sup>; Dicionário Priberam Online de Português Contemporâneo<sup>3</sup>; Dicionário Michaelis On-line<sup>4</sup>; Dicionário inFormal: Dicionário Online<sup>5</sup>; Aulete Digital: Dicionário<sup>6</sup>; Infopédia: Dicionários Porto Editora<sup>7</sup>; Léxico: Dicionário de Português Online<sup>8</sup>; Dicionário da língua portuguesa (DLP)- Academia Brasileira de Letras<sup>9</sup>; Meu dicionário.org<sup>10</sup>, Wikcionário<sup>11</sup>, Dicionário de Sinônimos<sup>12</sup> e Dicionário de Antônimos<sup>13</sup>. Cabe destacar que a ordem em que os dicionários aparecem neste trabalho não cumpre nenhum critério metodológico, mas correspondem a ordem em que compareceram ao buscar por dicionários online, e que seis deles – Dicio, Dicionário inFormal, Aulete Digital, Wikcionário, dicionário de Sinônimos e Antônimos, são sites colaborativos, ou seja, seus conteúdos são constituídos por colaborações de usuários internautas. O funcionamento dos dicionários colaborativos implica metodologicamente na construção do *corpus* e nas análises, pois eles compreendem uma perspectiva ampla e dinâmica que requer a consideração das múltiplas vozes e contextos presentes nas contribuições dos usuários.

Posteriormente, definiu-se o verbete de entrada, a partir do qual realizou-se a “busca de entrada” nos dicionários, optou-se, então, pelo verbete “indígena”. A justificativa para a escolha deste verbete é devido a busca histórica dos povos originários pela ressignificação de representações conferidas por nomenclaturas generalizantes. O termo “índio”, amplamente naturalizado nos discursos ao longo de muitos anos, como representação dos povos originários brasileiros, é decorrente de um equívoco geográfico, no qual Colombo, ao chegar às Américas, acreditava ter chegado às Índias. Esse termo foi, inadequadamente, atribuído às mais de mil

---

<sup>2</sup> <https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=google>

<sup>3</sup> <https://dicionario.priberam.org/>

<sup>4</sup> <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>

<sup>5</sup> <https://www.dicionarioinformal.com.br/>

<sup>6</sup> <https://aulete.com.br/>

<sup>7</sup> <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>

<sup>8</sup> <https://www.lexico.pt/>

<sup>9</sup> <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/dicionario-da-lingua-portuguesa>

<sup>10</sup> <https://www.meudicionario.org/>

<sup>11</sup> [https://pt.wiktionary.org/wiki/Wikcion%C3%A1rio:P%C3%A1gina\\_principal](https://pt.wiktionary.org/wiki/Wikcion%C3%A1rio:P%C3%A1gina_principal)

<sup>12</sup> <https://www.sinonimos.com.br/>

<sup>13</sup> <https://www.antonimos.com.br/>

etnias existentes no território brasileiro, quando da chegada dos portugueses (Rosa, 2015), com isso, várias nações ou/e grupos nativos foram reduzidos a uma representação – índio.

O processo de nomeação do que havia no “novo mundo” se deu por meio das experiências dos colonizadores e sua língua (Zanotto; Stübe, 2022), sendo assim, atrelado a um imaginário de superioridade europeia (Rosa, 2015). É por uma perspectiva externa, estranha, que a denominação “índio” surge como categoria de tipificação baseada em pressupostos raciais, ou seja, “o conceito de índio foi forjado por um conjunto de enunciados discursivos alheios à própria esfera da autodenominação nativa” (Rosa, 2015, p. 263). Levando em consideração que a língua é prática social, nomear significa para além de designar um nome, assim, ao nomear os povos que aqui viviam, os colonizadores classificam-os, definem-os segundo sua perspectiva e retórica.

Conforme aponta Thiél (2012, p.18), “nomear é prática política que estabelece uma relação de poder. O colonizador inventa o índio, rotulado por um discurso homogeneizador, que ainda persiste no século XXI. Pelo seu discurso, submete a existência e caracterização do índio a quadros de referência europeus”. Ao designar os povos nativos sob uma única representação, apagam-se, silenciam-se as muitas diversidades étnicas existentes entre eles, além disso, impossibilita que esses povos signifiquem fora de certos sentidos que se pretende, visto que, segundo Orlandi (1997, p.55), “dizer e silenciar andam juntos”. Diante disso, o termo “índio” funciona nos discursos como um artifício sógnico de domesticação, por meio do qual todas as diferenças e particularidades se desfazem (Rosa, 2015).

A nomenclatura “índio” era considerada pelos povos originários como desprovida de sentido, não produzindo auto identificação, além de ser considerada pejorativa. Os colonizadores viam o chamado “novo mundo” e seus habitantes sob uma perspectiva de falta, de inferioridade, portanto o termo “índio” representava esse povo inferior, sem cultura, sem conhecimento, bárbaro, selvagem. Sendo assim, conforme afirma Rosa (2015, p. 262, destaque da autora),

a ideia de “índio” atendia muito mais a uma nomeação generalizada dos colonizadores para as nações e grupos étnicos que viviam no chamado “novo mundo” do que propriamente a uma autonegação por partes dos povos nativos. Dizia muito mais a respeito da forma como os europeus que aqui se instalaram viam uma dada outridade e da maneira como esse *outro* foi posto em contato com o projeto colonial, a saber, negando sua especificidade humana, língua, cultura e cosmovisão.

Cabe destacar, então, que até meados da década de 1950, o termo foi rejeitado pelas comunidades nativas, uma vez que tinha por objetivo rotular e dissipar suas diferenças. No entanto, na década de 1980, os povos nativos apropriaram-se do nome imposto pelos

colonizadores, numa tentativa de assegurar representatividade na luta por direitos. Desse modo, a apropriação do termo “índio” visou estabelecer um sentimento de coletividade, revelando-se uma estratégia política, que buscava produzir novas formas de relação entre o Estado-nação e os povos originários. A validade do termo para a designação de uma enorme diversidade cultural e pertencas étnicas, volta a ser questionada por lideranças indígenas no final do século XX (Rosa, 2015).

Com a constituição de 1988, que determinava a demarcação de terras indígenas em até 50 anos, surge a necessidade de atentar-se às questões e anseios regionais e particulares de cada comunidade. Diante disso, fez-se ainda mais necessário reclamar por uma designação não generalizante, que compreendesse toda a diversidade e complexidade cultural e étnica dos povos nativos. Segundo Rosa (2015, p. 270), “é por meio do reconhecimento do nome indígena e de seu povo que uma outra representação no imaginário nacional sobre o indígena vai sendo alicerçada”.

Importa ainda mencionar que, no dia 19 de abril de 2023, comemorou-se o primeiro Dia dos Povos Indígenas, visto que no dia 5 de julho de 2022, em sessão conjunta do Congresso Nacional, os parlamentares derrubaram o Veto 28/2022, do então presidente da República, Jair Bolsonaro, ao projeto de mudança do nome da celebração. Com isso, o tradicional Dia do Índio passou a ser chamado oficialmente de Dia dos Povos Indígenas<sup>14</sup> <sup>15</sup>. É com base nisso que tomamos o verbete “indígena” como entrada, por compreendermos ser mais adequado, uma vez que compreende a diversidade dos povos originários brasileiros, e por considerado como provido de sentido para esses povos, produzindo auto identificação.

Tomando o verbete “indígena”, realizamos a pesquisa nos 13 (treze) dicionários. Tendo em vista que alguns dos dicionários são sites colaborativos, o que possibilita a intervenção dos usuários nas definições, e que dicionários online têm possibilidade de serem (re)editados em frequência maior do que dicionários tradicionais, importa ressaltar que as buscas ocorreram nas datas de 27 e 28 de junho de 2023. Conforme destaca Dias (2015, p. 975), “o tempo do digital é o do acesso. Um arquivo digital é sempre atual ou, melhor dizendo, passível de atualização pelo acesso”, isso, porque, a cada vez que um arquivo digital é acessado, as condições de produção desse acesso são outras, consequentemente, os sentidos podem ser outros.

Por meio do efeito “palavra-puxa-palavra” (Petri, 2018), realizou-se um levantamento de palavras que mobilizam/movimentam sentidos sobre o sujeito indígena, observando

---

<sup>14</sup> Lei 14.402, de 2022.

<sup>15</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/11/dia-dos-povos-indigenas-em-19-de-abril-substituiu-dia-do-indio-apos-derrubada-de-veto>

possíveis regularidades, a partir das quais serão selecionados recortes, que chamaremos sequências discursivas (SD) e que constituirão o *corpus* da pesquisa. De acordo com Petri (2018), “palavra-puxa-palavra” trata-se de “um gesto analítico bem específico”, que busca analisar o “estabelecimento das relações entre palavras no interior do mesmo dicionário”. Ao oferecer uma palavra como definição de outra palavra (verbetes), os dicionários estabelecem relações entre elas, podendo, inclusive, estabelecer relações de sinonímia. Por meio do funcionamento desse efeito, “sentidos puxam sentidos” (Petri, 2009, p 28), ou seja, colocam-se diferentes palavras dentro de uma mesma rede de filiação de sentidos, isso faz com que as palavras signifiquem “para além do que é sabido, [posto que] ainda há as ‘coisas a saber’” (Petri, 2017, p.212)

O *corpus*, constituído pelas definições mais recorrentes apresentadas pelos dicionários, foi, então, analisado, mobilizando conceitos e noções conforme demanda do próprio *corpus* e do gesto interpretativo, além disso, importa ressaltar que sustentamos a análise teórico-metodologicamente, na relação entre intradiscorso e interdiscorso e no dispositivo teórico-analítico do funcionamento da paráfrase.

#### 4.2. OS DICIONÁRIOS: UMA BREVE DESCRIÇÃO

Assim como Petri (2008), além de e antes de analisarmos o verbete “indígena” e os sentidos relacionados a ele por meio de “palavra-puxa-palavra” (Petri, 2018), interessamo-nos pelos dicionários como “objetos discursivos” (Nunes, 2008) a serem lidos. Para isso, se faz importante a apresentação e descrição dos dicionários que constituem nosso arquivo de pesquisa, uma vez que, atendendo a articulação entre AD e HIL que propomos, a materialidade pelo qual os discursos são postos em circulação produz efeitos no/de sentido. Sendo assim, neste tópico são apresentadas informações sobre os dicionários online, obtidas por meio dos próprios sites, o que se revela também importante, pois diz respeito ao modo como os próprios dicionários se apresentam, podendo funcionar como um elemento a partir do qual pode-se flagrar algumas evidências, rastros das condições de produção. Além disso, apresenta-se aqui, também, uma descrição do funcionamento dos dicionários pesquisados.

O **Google Dicionário** é um serviço de dicionário online do Google gratuito que pode ser acessado com o operador "define" e outras frases semelhantes na Pesquisa Google ou simplesmente pesquisando uma palavra. Está disponível em diversos idiomas, como inglês,

espanhol e francês e conta com o serviço de áudio de pronúncia, Google Translate, gráfico de origem de palavras, dentre outras funcionalidades. O dicionário mostra definições de fontes especializadas de terceiros e podem incluir imagens, pronúncias, traduções e outras informações relacionadas, ou seja, o Google não cria, escreve ou modifica definições, mas licencia definições, que incluem exemplos, sinônimos, antônimos e origens, de especialistas terceirizados que compilam dicionários, segundo o site os resultados do dicionário não refletem as opiniões do Google.

O **Dicio** é um dicionário de português contemporâneo de acesso gratuito, sua equipe é composta por lexicógrafos e linguistas, que, segundo o próprio dicionário, buscam garantir a acurácia, a exatidão e a precisão das informações disponibilizadas. Para acessá-lo, basta entrar no site do dicionário e pesquisar a palavra desejada. Suas acepções estão classificadas gramaticalmente e ordenadas conforme o uso, ou seja, os sentidos mais usados para aquela palavra aparecem primeiro. O dicionário possui funcionamento colaborativo, no qual os consulentes podem enviar sugestões.

O **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa** (DPLP) é um dicionário de português contemporâneo, também de acesso gratuito, que, segundo o próprio dicionário, conta com cerca de 165.000 (cento e sessenta e cinco mil) entradas lexicais, incluindo locuções e fraseologias, cuja nomenclatura compreende o vocabulário geral e os termos mais comuns das principais áreas científicas e técnicas. Além disso, permite a consulta de acordo com a norma do português europeu ou de acordo com a do português do Brasil, com ou sem as alterações gráficas previstas pelo Acordo Ortográfico de 1990. Para acessar, basta entrar no site do dicionário e pesquisar a palavra desejada. Seu funcionamento não é colaborativo, no entanto o site disponibiliza um e-mail, no qual os consulentes podem enviar comentários e sugestões, que, segundo consta no site, será tida em conta por sua equipe de linguistas.

O **Michaelis**, versão digital dos dicionários tradicionais da Editora Melhoramentos, que de acordo com seu site são líderes absolutos no mercado e referência tanto no Brasil como em Portugal. A Editora Melhoramentos também conta com dicionários em vários idiomas, o que conforme seu site, torna a marca Michaelis a mais completa linha de dicionários do Brasil. Para a consulta, é necessário entrar no site do dicionário e pesquisar a palavra desejada. Seu funcionamento não é colaborativo e, segundo o site, conta com mais de 60 profissionais envolvidos para manter a tradição da Melhoramentos na edição de dicionários de qualidade.

O **Dicionário inFormal** é um dicionário de português gratuito para internet, que tem funcionamento de forma colaborativa, ou seja, as palavras são definidas pelos usuários, como uma iniciativa de documentar online a evolução do português. As definições enviadas pelos

usuários ficam registradas com data e hora de envio, além disso em rodapé o site informa que o dicionário possui definições de gírias e palavras de baixo-calão, portanto seu conteúdo não é adequado para todas as audiências. A página inicial do site apresenta a frase: “O Dicionário inFormal é do caralho! Ali não existem definições certas ou erradas, mas definições da vida real para o português”.

O **Aulete Digital** está disponível na internet e em aplicativos para dispositivos móveis. Segundo o site, o dicionário está em construção, atualização e correção permanente, no qual os usuários podem contribuir, ou seja, é um dicionário colaborativo. Conta com 85.000 (oitenta e cinco mil) verbetes e continua em constante ampliação e atualização, à medida que se incorporam novos verbetes e/ou novos significados e informações. Sobre o processo de colaboração aberto ao público, após as devidas e necessárias filtrações e edições lexicográficas, as colaborações são incluídas no dicionário, o que tem como objetivo contemplar palavras que se aproximem cada vez mais do universo da língua tal como verdadeiramente usada, segundo a página do dicionário.

O **Infopédia** é um dicionário da Editora Porto, segundo a página, a editora conta com 37 dicionários, 12 idiomas, sendo a maior base lexicográfica em língua portuguesa, com muitos milhões de definições, exemplos e expressões em Português, Língua Gestual Portuguesa, Inglês, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano, Neerlandês, Chinês, Tétum, Grego e Sueco. Para acessar sua versão online, que é gratuita, basta entrar na página do dicionário e pesquisar pelo verbete. Seu funcionamento não é colaborativo, sendo produzido por uma equipe de lexicógrafos, sendo considerado a maior base lexicográfica em língua portuguesa.

O **Léxico** é um dicionário de português online com mais de 320.000 (trinta e duas mil) palavras registradas. De acordo com sua página, o dicionário, criado e mantido pela 7Graus, foi desenvolvido para que qualquer pessoa tenha a possibilidade de acessar um dicionário de qualidade, de maneira gratuita. Sua equipa é composta por lexicógrafos e linguistas que buscam garantir a acurácia, a exatidão e a precisão de toda a informação disponibilizada pelo site. O dicionário afirma que sua equipe de editores fundamenta seu trabalho, para a criação das definições e de outros conteúdos, na consulta dos mais variados materiais, especialmente concernentes à lexicografia e à gramática (normativa e de usos), aplicadas numa perspectiva sociolinguística.

O **Dicionário da língua portuguesa da Academia Brasileira de Letras (ABL)** está disponível exclusivamente no site da ABL, e, conforme sua página, materializa um dos principais intentos da Instituição, oferecer aos falantes de língua portuguesa conteúdo lexicográfico com acesso amplo e gratuito, em constante aprimoramento e atualização. A

instituição afirma que, inicialmente, são apresentados os primeiros verbetes redigidos, a fim de que o público conheça a obra e acompanhe passo a passo a sua construção, de forma transparente, interativa e contínua, que todo dia ganhará uma nova seleção de verbetes, ampliando sua abrangência lexical. O dicionário estima atingir o registro de 200 mil entradas e subentradas. Além disso, o site menciona que contará mais adiante com a participação dos usuários, abrindo espaço para que o público possa sugerir palavras e significados, que serão avaliados pela equipe de lexicógrafos, no intuito de que a obra acolha criteriosamente diferentes matizes linguísticos e atualizações nas diversas áreas do conhecimento, sobretudo para cobrir as variantes semânticas conforme o melhor emprego do idioma em cada região do país, em breve as entradas também estarão disponíveis na Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O **Meu dicionário**, conforme seu site, é um dicionário online especialmente pensado para quem procura obter as mais recentes e rigorosas definições em Língua Portuguesa. Sua página não conta com maiores informações ou descrição, mas o dicionário também possui funcionamento colaborativo, no qual os consulentes podem enviar sugestões.

O **Wikcionário** trata-se de um projeto colaborativo para produzir um dicionário poliglota livre em português, com significados, etimologias e pronúncia. De acordo com sua página, o projeto iniciou em maio de 2004 e conta 488.790 (quatrocentas e oitenta e oito mil e setecentos e noventa) entradas na versão em português. Qualquer pessoa pode editar e salvar qualquer definição, não havendo necessidade de identificar-se.

O **Dicionário Online de Sinônimos** possui mais de 30.000 (trinta mil) sinônimos de palavras e de expressões para consulta. De acordo com o próprio site é o maior e mais completo dicionário online de sinônimos de português do Brasil e é revisto e atualizado constantemente para disponibilizar a todos uma informação correta, precisa e atual. O dicionário é criado e mantido pela 7Graus e faz parte do site Dicio, sua equipe editorial busca, quando possível, adaptar suas definições ao contexto social, acrescentando novas acepções e sentidos, assinalando seus usos e, sobretudo, mantendo uma coerência com o que é compartilhado pelos demais dicionários. O dicionário destaca que algumas palavras trazem, nas suas acepções, comportamentos de épocas remotas que, pela evolução do tempo e da sociedade, se tornaram inadequados, pejorativos ou injuriosos, mas que não é o responsável pelo modo como o usuário faz uso dessas informações, cabendo ao dicionário apenas fazer o registro e catalogar os vários significados de suas palavras, ele não recomenda nem incentiva o uso de qualquer termo. Seu funcionamento também é colaborativo, possibilitando que o consulente envie sugestões de sinônimos.

O **Dicionário Online de Antônimos** conta com mais de 25.000 (vinte e cinco mil) antônimos de palavras e de expressões para consulta, sua equipe é composta por lexicógrafos e especialistas em língua portuguesa. O dicionário de antônimos também é criado e mantido pela 7Graus e faz parte do site Dicio, e tem como objetivo simplificar e facilitar a pesquisa de antônimos online. Seu funcionamento também é colaborativo, pois possibilita que o consulente envie sugestões de antônimos.

Dentre os dicionários que fazem parte do nosso arquivo de pesquisa, oito possuem funcionamento colaborativo. Nesse funcionamento, as definições apresentadas não são elaboradas por linguistas ou lexicógrafos, mas por seus usuários. Entretanto apenas um, o Aulete Digital, destaca que conta com uma equipe responsável por realizar a filtragem e edição das definições sugeridas. Os demais dicionários colaborativos não apresentam esse destaque, além disso, dois deles, acrescentam ainda a informação de que não têm responsabilidade pelas definições apresentadas, destacando que não refletem sua opinião e que podem não ser adequadas, como é o caso do dicionário inFormal e do dicionário de sinônimos. O dicionário Google, apesar de seu funcionamento não colaborativo, também apresenta a ressalva de que as definições não representam a opinião da empresa, visto que ele as capta de terceiros.

Essas ressalvas são relevantes, uma vez que os dicionários ao fazê-las deixam registrados que as definições que apresentam podem ser inadequadas, e até mesmo consideradas pejorativas e ofensivas, mas que, ainda assim, são mantidas. Com isso, podem estar contribuindo com a (re)produção de sentidos inapropriados, que impactam na produção do imaginário. Ademais, esse funcionamento também demonstra-se interessante e importante, já que por serem colaborativos revelam os modos de dizer da sociedade, os sentidos e imaginários que estão em circulação, o que pode nos dizer muito sobre o funcionamento da sociedade.

Nas análises optamos por não tratar os dicionários colaborativos e não colaborativos de forma separada, com exceção dos dicionários de sinônimos e antônimos, em todos eles aplicamos o método “palavra-puxa-palavra”.

#### 4.3. ALÉM DA SUPERFÍCIE: QUESTIONANDO A EVIDÊNCIA

Partindo do verbete “indígena”, o qual tomamos como verbete de entrada, buscamos sua definição nos 13 (treze) dicionários já mencionados, de acordo Oliveira (2006), a palavra-entrada ou verbete de entrada é aquele sobre o qual incide a definição do dicionário. No primeiro momento, voltamos atenção à classificação gramatical atribuída ao verbete indígena,

pois entendemos que a função gramatical que determinada palavra tem em um enunciado, interfere na produção de sentidos. Sendo assim, apenas dois dicionários classificam o verbete indígena apenas como um adjetivo, três classificam-na apenas como substantivo e sete classificam-na como substantivo e adjetivo, conforme quadro 1. Cabe destacar que o Dicionário da ABL não apresenta o verbete indígena, tendo sido excluído das próximas análises devido à impossibilidade de aplicação do método “palavra-puxa-palavra”. A análise dos dicionários de sinônimos e antônimos será feita à parte.

No entanto, antes de prosseguirmos, convém questionar e problematizar o fato do Dicionário da ABL não apresentar dentre os verbetes que o compõem a palavra “indígena”. Apesar do próprio site da ABL destacar que o dicionário encontra-se em construção, entendemos que é significativo que o dicionário esteja em construção desde 2021 e que entre 27 e 28 de junho de 2023 o verbete ainda não tenha sido incluído. Realizamos nova consulta em 25 de maio de 2024 e, quase um ano depois, “indígena” ainda não figurava entre os verbetes do dicionário.

Chama-nos atenção que, apesar de todos os dias o DLP ganhar uma nova seleção de verbetes, ampliando sua abrangência lexical, conforme afirma seu próprio site, após aproximadamente três anos de sua criação, um verbete que muito concerne com a história e sociedade do nosso país, ainda não faça parte do dicionário. A ABL é uma das instituições brasileiras mais reconhecidas e renomadas no que diz respeito à língua portuguesa, cujo objetivo é cultivar a língua e a literatura nacional, tendo adquirido prerrogativa de autoridade normativa, descritiva e estilística no universo da língua pátria (Lucchesi, 2021). Diante disso, a ausência de uma palavra que muito está relacionada com a nossa história e língua nacional, em um dicionário que é empreendimento de uma instituição que possui caráter normativo e descritivo sobre a língua portuguesa no Brasil, pode ser compreendido como silenciamento. Ademais, demonstra-se significativo que mesmo após a criação do Ministério dos Povos Indígenas, em janeiro de 2023, e de estarmos na Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), proclamada pela Organização das Nações Unidas em 2019, com o objetivo de chamar a atenção mundial sobre a situação crítica de muitas línguas indígenas e mobilizar recursos para a sua preservação, revitalização e divulgação, ainda assim, o dicionário de uma das instituições mais importantes da língua portuguesa não inclua o verbete “indígena”.

Orlandi (1997) afirma que o silêncio, o que não é dito, não corresponde a nada, não é o vazio sem história, mas é significante, é constitutivo de sentidos, assim ao não enunciar sobre o indígena, o dicionário está, ainda assim, produzindo sentidos sobre ele, além de refletir o silenciamento a que os indígenas são submetidos em nosso país (Zanotto; Stübe, 2022). Dessa

forma, ao não incluir o verbete, o DPL (re)produz o silenciamento desses sujeitos, uma vez que silencia possibilidades de significação, o que pode ser entendido como uma tentativa de controlar, domesticar os sentidos, pois ao não enunciar sobre o indígena silencia-se junto com ele sentidos que se quer evitar.

No entanto, em uma nova consulta, realizada em 16 de agosto de 2024, o verbete “indígena” já havia sido incluído como entrada no dicionário, não como definição, pois junto dele é apresentada a informação de que o verbete encontra-se em elaboração. O verbete não é definido, não enunciam-se sentidos colados à palavra “indígena”, mas está presente como entrada, o que, ainda assim, significa e produz efeitos. Com isso, o DPL ainda não enuncia sobre o indígena, mas o “anuncia”, já que coloca a palavra como possibilidade de definição, dessa forma, podemos considerá-la como uma presença ausente, pois ainda que não apresente definição, a presença do verbete produz sentidos sobre ela e, conseqüentemente, sobre os sujeitos indígenas.

Além disso, o dicionário da ABL apresenta, junto a mensagem de que o verbete está sendo elaborado, um link que direciona os usuários ao campo “ABL Responde”<sup>16</sup>, no qual podem ser enviadas perguntas, dúvidas e sugestões e para o qual escrevemos, perguntando se o dicionário tem previsão de publicação da definição do verbete. Até a conclusão desta dissertação, o verbete ainda não contava com definição.

Retomando, o quadro 1 trata da classificação gramatical em adjetivo e substantivo atribuída pelos dicionários ao verbete “indígena”.

---

<sup>16</sup> <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/abl-responde>

Quadro 1: Classificação gramatical do verbete “indígena”

Dicionários		Adjetivo	Substantivo
1	Google	X	X
2	Dicio		X
3	Priberam	X	X
4	Michaelis	X	X
5	InFormal	X	X
6	Aulete	X	X
7	Léxico		X
8	Dicionário web	X	
9	Infopédia	X	
10	Meu dicionário	X	X
11	Wikcionário	X	X

Fonte: As autoras (2024)

O substantivo para a gramática normativa tradicional tem o papel de nomear. De acordo com Bechara (2009, p. 130), os substantivos são uma “classe de lexema que se caracteriza por significar o que convencionalmente chamamos objetos substantivos, isto é, em primeiro lugar, substâncias (homem, casa, livro) e, em segundo lugar, quaisquer outros objetos mentalmente apreendidos como substâncias”, os substantivos, portanto, dão nome às coisas, sejam elas concretas ou mentalmente apreendidas. Ainda segundo o autor, a classificação de substantivos comuns, como é o caso de “indígena”, “se aplica a um ou mais objetos particulares que reúnem características inerentes a dada classe: homem, mesa, livro, cachorro, lua, sol, fevereiro, segunda-feira, papa” (2009, p.131). Sendo assim, os substantivos têm função de exprimir a realidade objetiva e/ou subjetiva, designando os seres, entidades e objetos que compõem o mundo que nos rodeia, ou seja, é responsável por nomear, designar, referir a realidade.

Guimarães (2003 e 2005) afirma que nomear algo é dar-lhe existência histórica e, para fazê-lo, o sujeito deve estar inscrito em um espaço de enunciação, permeado por uma formação discursiva, possibilitando-o enunciar de uma determinada posição sujeito. Dessa forma, a nomeação é ideológica, e, sendo assim, pode variar de acordo com as condições de produção. Ao nomear o indígena, o faz-se atravessado pelo simbólico, afetado pela ideologia, que marca a posição-sujeito, atribuindo-lhe um lugar social (Luz, 2012).

Nomear o índio como tal, no período do descobrimento, e o negro, no período da escravidão, é um processo social de identificação desses sujeitos que se dá de acordo com a posição de sujeito ocupada por aqueles que os nomeiam. É certo que, naqueles períodos - o do descobrimento e da escravidão -, tais nomeações davam-se a partir do lugar de dizer dos sujeitos que os nomeiam, ou seja, o colonizador português (Luz, 2012, p. 26-27).

Apesar de ser considerado pela tradição gramatical um elemento lexical neutro, imparcial e limitado ao seu papel nomeador, o substantivo em sua relação com outros termos pode gerar significações que estão além do que está visualmente escrito (Ribeiro, 2014). Assim, ao classificar o verbete “indígena” como substantivo, os dicionários não estão apenas nomeando algo, mas produzindo determinados sentidos sobre aquilo/aqueles que se considera reunir características inerentes a tal classe. Segundo Luz (2012), considerando que a linguagem é afetada pelo simbólico, pelo ideológico, dar nome a algo é significá-lo com relação a uma memória de dizeres acerca deste nome, com seu interdiscurso, delimitado pela formação discursiva na qual o sujeito da enunciação inscreve-se, ou seja, a partir da qual ele nomeia. Desse modo, cabe questionarmos a partir de qual formação discursiva os dicionários nomeiam o indígena.

Já com relação aos adjetivos, na gramática normativa tradicional, o tratamento dado a ele é de que “são de natureza classificatória, ou seja, precisa-se do conceito expresso pelo substantivo, restringindo-lhe, pois, a extensão do significado” (Cunha; Cintra, 2001, p. 246), ou seja, sua razão de ser é a especificação do substantivo. Sendo assim, o adjetivo necessita da pressuposição de um substantivo, uma vez que não pode ser definido por si só. Segundo Bechara (2009), os adjetivos caracterizam as possibilidades designativas do substantivo, eles são, portanto, uma classe gramatical que qualifica e classifica os substantivos, são palavras que atribuem qualidade a um outro termo. Com isso, o verbete “indígena”, ao ser classificado como adjetivo, corresponde a uma característica ou qualidade de um ser ou objeto.

Apesar de depender do substantivo, o adjetivo possui papel crucial na construção dos sentidos, pois, ao ligar-se ao substantivo, pode modificar seu significado, funcionando na delimitação um campo de significações para o substantivo. Classificar o verbete “indígena” como adjetivo, significa que ele tem propriedade de caracterizar, classificar e qualificar um substantivo, ou seja, por meio deste adjetivo algo ou alguém pode ter seu sentido delimitado. Desse modo, tomando o substantivo “pessoa” como exemplo e agregando-lhe o adjetivo “indígena”, delimita-se o sentido, ao falarmos “pessoa indígena” não nos referimos a qualquer pessoa, mas uma pessoa específica. A palavra “indígena” enquanto adjetivo especifica e

determina o nome, pois refere-se a algo ou alguém que possui/apresenta atributo específico, assim deixa de ser “a coisa em si”, para ser uma característica, uma qualidade dela.

Importa ressaltar que existem gradações de adjetivos, isto quer dizer que a significação do adjetivo pode receber intensidade maior ou menor, conforme a intenção do falante. Quando desempenhando a função adjetiva, “indígena” pode receber grau comparativo, que é usado para comparar dois ou mais elementos em relação a uma característica descrita pelo adjetivo. Assim, pode-se ter enunciados que comparam o quão indígena algo ou alguém é em relação a algo ou alguém, por exemplo: “ele é tão indígena quanto ela”, podendo produzir efeitos de sentido de níveis, graus, categorias, etc. de indígenas, ou seja, que há possibilidade de ser mais ou menos indígena. Funcionando de modo parecido, o adjetivo “indígena” pode ser utilizado em situação de comparação de superioridade ou inferioridade, quando é usado a fim de indicar que uma coisa tem mais ou menos de determinada característica do que outra, produzindo, mais uma vez, efeitos de sentido de possibilidade de ser mais ou menos indígena. Neste caso, teríamos enunciados como: “ele é mais indígena do que ela” ou “ela é menos indígena do que ele”.

Além disso, há também o grau superlativo dos adjetivos, que são usados para indicar o mais alto grau de uma característica em relação a um grupo de elementos, que podem ser absolutos ou relativos. O superlativo absoluto serve para descrever algo como sendo, possuindo o mais alto grau da característica, sem fazer comparações diretas, por exemplo: “ele é o mais indígena que conheci”. Já o superlativo relativo faz comparação de um elemento com os outros em um grupo específico, podendo ser comparação de superioridade ou inferioridade, por exemplo: “ele é o mais indígena da aldeia”; “ela é a menos indígena da aldeia”.

Diante disso, quando utilizado com função substantiva nomeia-se algo ou alguém como indígena, não havendo possibilidade de ser mais ou menos indígena, apenas ser ou não indígena. Já quando utiliza-se com função adjetiva, atribui-se uma qualidade, que pode ser em maior ou menor grau, com isso, ao caracterizar algo ou alguém como indígena, há possibilidade de atribuir-lhe um grau, podendo classificar em muito ou pouco indígena. Dessa forma, utilizar uma ou outra forma impacta na produção de sentidos. Importa destacarmos que o dicionário *inFormal* não apresenta classificações gramaticais de seus verbetes.

O segundo movimento realizado foi observar as palavras apresentadas como acepções para o verbete indígena e, por meio de “palavra-puxa-palavra”, buscamos pelos verbetes oferecidos como definições para “indígena”. Buscando por “indígena”, as palavras oferecidas pelos dicionários com maior recorrência foram: autóctone; aborígene; originário; índio; nativo; natural, conforme observa-se no quadro 2, no qual constam as palavras apresentadas, bem como em quais dicionários e a recorrência em que apareceram.

Buscando nos dicionários as palavras contidas no quadro 2, por meio de “palavra-puxa-palavra”, observamos algumas regularidades, das quais trataremos na sequência.

Quadro 2: Definições de “indígena”<sup>17</sup>

SDR Indígena										
Dicionários		Autóctone	Aborígene	Originário	Índio	Nativo	Natural	Colonizado	Original	Crioulo
1	Google	X		X		X				
2	Dicio	X	X			X		X		
3	Priberam	X	X			X	X			
4	Michaelis	X		X	X		X			
5	Dicionário Informal		X		X	X		X	X	
6	Aulete		X	X	X	X	X			
7	Léxico	X	X			X	X			X
8	Infopédia	X	X			X	X			
9	Meu dicionário	X	X		X	X	X			
10	Wikcionário			X		X				
Recorrência		08	07	04	04	09	06	02	01	01

Fonte: As autoras (2024)

<sup>17</sup> Para melhor identificação, neste quadro, as células correspondentes aos dicionários de funcionamento colaborativo estão em cor azul e os não colaborativos em verde.

O quadro 2 demonstra que não há distinções significativas nas palavras que configuram-se regulares nas definições para o verbete “indígena” entre os dicionários colaborativos e não-colaborativos, ou seja, ambos os tipos de dicionários, em sua maioria, mencionam as mesmas palavras, sem que haja alguma palavra que seja mencionada apenas por este ou aquele tipo de dicionário, com exceção da palavra “colonizado”, que é apresentada como definição apenas por dois dicionários colaborativos, as palavras “original” e “crioulo” aparecem apenas uma vez, sendo por um dicionário colaborativo e um não-colaborativo, respectivamente. Diante disso, nas análises que seguem, os dicionários colaborativos e não colaborativos também não serão tomados de forma separada.

No entanto, merece atenção o fato de que a palavra “colonizado” seja apresentada como definição para indígena apenas por dois dos dicionários analisados, demonstrando que sobre a colonização ainda há uma espécie de silenciamento por parte dos dicionários. O processo de colonização dos indígenas, ao longo da história, é marcado por um silenciamento, que acaba por obscurecer as narrativas, culturas e resistências dos povos originários. Durante séculos, a história oficial frequentemente marginalizou ou omitiu as vozes indígenas, perpetuando uma visão eurocêntrica que ignora as profundas injustiças e violências sofridas por essas comunidades. Esse silenciamento não só distorce a compreensão histórica, mas também perpetua a invisibilidade e a exclusão dos povos indígenas na sociedade contemporânea. Romper com esse silenciamento é essencial para que haja uma reavaliação justa da história e para que haja valorização das contribuições e das perspectivas dos povos indígenas. Diante disso, o fato de dois dicionários colaborativos apresentarem “colonizado” como definição, pode ser compreendido como uma forma de resistência, uma vez que, conforme afirma Pêcheux (1997, p. 281) “não há dominação sem resistência: primado prático da luta de classes, que significa que é preciso ‘ousar se revoltar’”.

Além disso, esse silenciamento dos dicionários sobre a colonização sofrida pelos povos indígenas pode funcionar como uma política de língua, que contribui para a invisibilização das experiências históricas de opressão e resistência dos povos indígenas. Isso porquê ao deixar de enunciar sobre ele, silenciam-se sentidos que se desejam evitar, funcionando como uma forma de domesticar os sentidos.

A partir das definições apresentadas nas buscas do “palavra-puxa-palavra” identificamos algumas regularidades, as quais consideramos que podem produzir sentidos sobre os indígenas e, com isso, (re)produzir imaginário sobre eles colocando-os em circulação, como a inscrição do indígena no passado, a vinculação do indígena a um espaço físico específico, a

pretensão de neutralidade ou esquivada em definir o indígena. Cada uma das regularidades é tratada separadamente na sequência, os sinônimos e antônimos de indígena são analisados à parte a seguir.

#### 4.4. O TEMPO DO INDÍGENA

As definições observadas por meio de “palavra-puxa-palavra” revelaram uma regularidade já observada por nós em pesquisa anterior, que remete ao indígena como algo/alguém que pertence a um tempo remoto (Zanotto; Stübe, 2022). Tanto nas definições para “indígena” quanto nas dos demais verbetes como autóctone, aborígine, originário, índio, nativo e natural (conforme quadro 2), identificou-se a inscrição do indígena no passado, como já observado em nossa pesquisa de trabalho de conclusão de curso, publicada com o título *Imaginário sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa*<sup>18</sup>. Para melhor demonstrar essa regularidade, selecionamos alguns recortes das definições, as quais chamaremos de sequências discursivas (SDs), em que é possível observar essa inscrição do indígena no passado por meio de conjugação verbal. As SDs estão enumeradas para melhor organização e identificação durante as análises, além de indicarem o verbebo pesquisado e o dicionário de onde as retiramos.

**SD1: INDÍGENA (GOOGLE)** – “relativo a ou indivíduo pertencente a um dos povos que já habitavam as Américas em período anterior à sua colonização por europeus”

**SD2: INDÍGENA (PRIBERAM)** - “Que ou quem pertence a um povo que habitava originalmente um local ou uma região antes da chegada dos europeus = ABORÍGINE”

**SD3: INDÍGENA (INFORMAL)** – “aquele que habitava a América, antes da colonização europeia, ou o descendente de um desses povos”

**SD4: INDÍGENA (INFORMAL)** - “povo que vivia numa determinada área antes de ser colonizado”

**SD5: INDÍGENA (AULETE)** – ‘Aquele que habitava as Américas antes da colonização europeia, que fazia ou faz parte de um dos povos nativos do continente americano, ou o descendente de um desses povos; ÍNDIO”

**SD6: ABORÍGINE (GOOGLE)** – “diz-se de ou cada um dos autóctones que ocupavam regiões mais tarde dominadas por europeus”

---

<sup>18</sup> [https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/view/7215](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/7215)

**SD7: ABORÍGINE (AULETE)** – “os habitantes primitivos de um país, os que o ocupavam, quando ele entrou na História, e dos quais a origem é desconhecida”

**SD8: ÍNDIO (INFORMAL)** – “Referente aquele que habitava a América antes da chegada dos portugueses”

Nas SDs acima, podemos verificar os verbos habitar, viver, nascer, fazer, ocupar, ter e originar conjugados, com maior predominância no pretérito imperfeito. De acordo Zanutto e Stübe (2022), define-se pretérito como passado, como ação/estado/fato ocorrido antes do momento da enunciação. A conjugação no pretérito imperfeito remete a ações do passado durativas, ou seja, que não se limitam no tempo, enquanto a conjugação no pretérito perfeito indica ações ou fatos que ocorreram em um determinado momento do passado. O indígena é definido pelos dicionários como um sujeito do passado, como aquele que viveu/habitou um determinado lugar em um determinado momento do passado, indicando uma ação não habitual e momentânea, que teve início e fim em tempo passado, mas também como aqueles que habitaram/ocuparam determinado território durante algum tempo e/ou fizeram parte de um grupo nativo, dando também a ideia de continuidade e duração, indicando uma ação duradoura, que não foi terminada no passado (Zanutto; Stübe, 2022).

As nove SDs referem-se à indígena, aborígene e índio como aquele(s) habitava(m), vivia(m), nasceu (nasceram), ocupou (ocupavam) um determinado local antes do processo de colonização. Desse modo, as SDs podem ser interpretadas, por meio de paráfrase discursiva, que indígena, aborígene e índio são apenas aqueles quando do período da colonização e, que após a chegada e colonização pelos europeus, deixaram de ser ou passaram a ser outra coisa, o que pode ser observado por meio da marca linguística ‘antes’. Com isso, somos impelidos ao questionamento: Após a colonização os indígenas deixam de existir? Ou, o que passaram a ser aqueles que eram indígenas, após o processo colonizador?

Orlandi (1997, p. 24) afirma que “para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras’ palavras)”. Portanto, quando enuncia-se de um certo modo, deixa-se de fazê-lo de outro forma, com isso há sentidos que são produzidos enquanto outros são silenciados. Dessa forma, conforme apontam Zanutto e Stübe (2022), ao enunciar o indígena como sujeito do passado, silencia-se a possibilidade de que ele signifique no presente. Orlandi (1997, p. 55) aponta que “há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como uma forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma coisa’, para não dizer ‘outras’”. Para Zanutto e Stübe (2022) tal discurso pode estar sustentado por um imaginário de

indígena marcado por estereótipos que ainda não superaram o senso comum e remete à época do descobrimento, fazendo prevalecer a ideia de que existe um indígena verdadeiro ou ideal e que essa seria a única forma de existência enquanto indígena. Não incluir o modo como o indígena participa da sociedade hoje, faz com que o imaginário idealizado se consolide (Damião; Stübe, 2020).

Outra regularidade percebida também já é conhecida nossa, uma vez que foi, igualmente, identificada na pesquisa já mencionada. Nas definições dos dicionários identificamos a constante vinculação do indígena com seu local de nascimento. Zanotto e Stübe (2022) apontam que há uma representação de indígena como um sujeito que (deve) habita(r) um local específico, o local de nascimento, portanto é alguém que pertence a **um** lugar.

#### 4.5. INDÍGENA (D)E UM LUGAR

Consultando nos dicionários online o verbete “indígena”, bem como os verbetes surgiram como definições para ele, identificamos a recorrente vinculação com um espaço físico/geográfico específico. As definições fazem referência à indígena como algo ou alguém que é originário e/ou natural do local onde se encontra e/ou habita, conforme verifica-se nas SDs que seguem.

**SD09: INDÍGENA (GOOGLE)** – “que ou o que é originário do país, região ou localidade em que se encontra; nativo”

**SD10: INDÍGENA (DICIO)** – “nascido no país em que vive; especialmente falando dos povos que já habitavam um território que foi posteriormente colonizado; aborígine, autóctone”

**SD11: INDÍGENA (PRIBERAM)** – “que ou aquele que é natural da região em que habita. = ABORÍGINE, AUTÓCTONE, NATIVO”

**SD12: INDÍGENA (DICIONÁRIO WEB)** – “Aquele que nasceu no lugar ou país em que habita”

**SD13: AUTÓCTONE (GOOGLE)** – “que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígine, indígena”

**SD14: AUTÓCTONE (INFORMAL)** – “é aquilo que é natural do lugar em que se encontra”

**SD15: AUTÓCTONE (LÉXICO)** – “que é natural da terra em que habita: uma população autóctone”

**SD16: ABORÍGINE (PRIBERAM)** – “que ou quem é originário do país em que vive = AUTÓCTONE, INDÍGENA, NATIVO ≠ ALIENÍGENA, ESTRANGEIRO”

*SD17: ABORÍGINE (WIKICIONÁRIO) – “que é originário do país ou região em que vive ou se encontra”*

Apesar de estarem ditas de forma diferentes, em todas as SDs é possível verificar que estabelecem uma relação entre o indígena e um lugar, que com recorrência é o de nascimento. Novamente, por meio de paráfrase discursiva, podemos compreender então, que aquele que se encontra em um espaço que não corresponde ao seu local de origem/nascimento não é (mais) indígena. Com isso, para ser (ou permanecer sendo) indígena, faz-se necessário manter-se em um local determinado, caso contrário deixa-se de sê-lo.

Conforme apontado por Zanotto e Stübe (2022), produzem-se sentidos que levam à representação do indígena como um sujeito que (deve) habita(r) um local específico, o local de nascimento, pois trata-se de um sujeito que pertence a um lugar. Ainda segundo as autoras, essa representação, pode ter sustentação em imaginários que surgiram em decorrência da histórica da disputa por território entre indígenas e não indígenas, uma vez que o processo de colonização no Brasil caracterizou-se pela expropriação das terras dos povos originários, o que acabou delimitando não só o espaço físico ocupado pelo indígena, mas também seu o lugar social (Zanotto; Stübe, 2022).

As disputas pela terra marcam parcela significativa da história dos povos indígenas no Brasil. Quando do processo colonizador, a presença indígena não era compatível com o projeto político de colonização europeia, uma vez que eram associados ao atraso e, por isso, considerados um empecilho para o progresso e a civilização (Savoldi e Renk, 2012), resultando na expulsão de seus territórios e, em alguns casos em aldeamentos forçados, uma vez que as empresas colonizadoras pressionavam as autoridades pela retirada dos indígenas (Rocha, 2016). Visando atender as demandas das colonizadoras, especialmente no sul do país, uma das alternativas adotadas pelas autoridades foi aldear os indígenas em espaços comuns, independente de seus grupos étnicos, a fim de liberar amplas porções de terra para agentes da colonização. Com a resistência de alguns grupos indígenas a esse aldeamento forçado e também por parte dos colonos que se opunham aos aldeamentos próximos à suas propriedades, os conflitos se intensificaram, gerando tensões e disputas políticas e jurídicas, que resultaram em intensas subtrações de áreas indígenas (Tedesco e Neumann, 2020).

Rocha (2016) destaca que a terra significa de modo distinto para esses dois grupos. Para os indígenas, além de representar um lugar de sobrevivência, é também uma forma de manutenção de suas culturas e formas de vida; já para os colonos, representa campo produtivo. Diante disso, o longo processo de disputas, que se estende até os dias atuais em muitas regiões

do Brasil, colocou indígenas e agricultores em constante embate, não apenas juridicamente, mas também no cotidiano, embate no qual, além das terras, há também uma disputa simbólica, de visões distintas sobre a terra, de memórias, etc. A principal demanda da vida indígena segue nos dias atuais sendo a terra, uma vez que é fundamental para sua continuidade, no entanto a disputa por elas é um dos principais impasses enfrentados por essa população (Silva, 2018a).

Frente a isso, pode-se compreender que as representações sobre o indígena estão construídas historicamente sob uma forte relação com a territorialidade, com o espaço geográfico, isso quer dizer que os sentidos que circulam sobre esses sujeitos podem estar sustentados em imaginários decorrentes desses históricos, e ainda atuais, processos de disputa pela terra. Segundo Nacke et al. (2007), os conflitos entre agricultores, proprietários de terras e os indígenas que reivindicam a demarcação de suas terras, gerou marcas profundas no povo indígena, que passou a sofrer forte preconceito e discriminação, visto que foram, e seguem, rotulados sob esse imaginário que tem como origem os prejulgamentos, preconceitos e discriminação decorrentes das disputas de terras.

Além disso, as definições, representadas pelas SDs, que vinculam o indígena à permanência em seu local de origem/nascimento podem estar associadas à tese do marco temporal. De acordo com Pegorari (2017, p. 245), “A Constituição de 1934 foi a primeira a dar tratamento constitucional ao direito dos povos indígenas a terra (nomeados, a época, silvícolas), adotando, expressamente a teoria do indigenato”, a qual entende que o direito dos povos indígenas sobre as terras tradicionalmente ocupadas é anterior à criação do Estado brasileiro, sendo assim cabe a este apenas demarcá-las e declarar seus limites territoriais. O texto constitucional de 1937 definiu como direito fundamental o direito à terra, as constituições de 1946 e 1967, conforme afirma Pegorari (2017), não apresentaram mudanças significativas, repetindo a regra da Constituição de 1934.

Já a Constituição de 1988 reafirma com maior clareza os valores da Constituição de 1934, mais especificamente por meio do artigo 231 (Pegorari, 2017), que dispõe

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (Brasil, 1988, Art. 231).

Além disso, determina que estas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis, com isso, conforme aponta Pegorari (2017), as terras indígenas foram mantidas como bens da União, cabendo a indígenas e não indígenas respeitarem as limitações previstas. De acordo com Pegorari (2017, p. 246), sobre as terras indígenas, o texto constitucional “é taxativo ao afirmar que sobre elas os indígenas detêm direitos originários, ou seja, anteriores à própria Constituição. Por isso, o texto constitucional atribui à União, por meio de seu braço executivo, a competência de delimitar essas terras”.

No entanto, o surgimento de uma interpretação restritiva do artigo 231, a tese do marco temporal, passou a ameaçar o direito indígena à terra, visto que afetava a compreensão de quais eram as terras a serem demarcadas. Esta tese entende como terras tradicionalmente ocupadas, as quais se refere o artigo 231, aquelas efetivamente ocupadas pelas populações indígenas na data da promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988. Tal compreensão restringia muito as terras a serem demarcadas, já que na data da promulgação da Constituição muito tempo havia se passado desde as primeiras expulsões dos indígenas de suas terras. Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a tese do marco temporal das terras indígenas.

Diante disso, compreendemos que as definições que associam o ser indígena com estar/permanecer em seu local de origem, podem estar relacionadas com a ideia do marco temporal, uma vez que os verbos estão conjugados no presente do indicativo, ou seja, a concepção do marco temporal pode ter sua constituição nesse imaginário de indígena, para, assim, restringir seu espaço de existência. Segundo Bechara (2009) o tempo verbal do presente é utilizado para fazer referência a fatos que se passam ou se estendem ao momento da enunciação, já o modo verbal indicativo faz referência a fatos verossímeis ou tidos como tal. Assim, o modo como os verbos encontrar (SD09, SD14 e SD17), habitar (SD10, SD11, SD12, SD13 e SD15) e viver (SD19, SD13, SD16 e SD17) são conjugados remetem a ações ou fatos que não são incertos ou hipotéticos e que ocorrem frequentemente, habituais ou que ocorrem no momento da fala, sendo assim dão a ideia de que indígena é aquele que se encontra no local de seu nascimento até o presente momento.

Sendo assim, os sentidos que se produzem nas SDs parecem estar em consonância com a interpretação que os defensores da tese do marco temporal faziam (ou fazem) sobre o direito às terras indígenas na Constituição ou, então, não consideram/reconhecem a espoliação de

terras indígenas que ocorreram no processo de colonização, impossibilitando que muitos povos indígenas se encontrem hoje em seu território de origem. Apesar de algumas definições mencionarem o fato da colonização, como a SD10 *“nascido no país em que vive; especialmente falando dos povos que já habitavam um território que foi posteriormente colonizado; aborígine, autóctone”*<sup>19</sup>, produz-se sentidos que nos levam a interpretar que, mesmo tendo sido colonizado, houve a possibilidade de que povos que ali viviam antes desse processo, permanecem, o que, como já visto, não ocorreu na maioria dos casos. Além disso, tais definições não levam em consideração alguns povos indígenas que têm como característica cultural o deslocamento para outras regiões em determinadas épocas do ano.

Percebemos com isso, que os dicionários online ao definirem o indígena, não consideram sua história, nem mesmo sua realidade atual. Tendo isso em mente, fazemos uso das palavras de Orlandi (1997, p. 76), que afirma, “se diz “x” para não (deixar) dizer “y” e, dessa forma, “se apagam os sentidos que se quer evitar”. Esta regularidade produz silenciamento quanto à possibilidade de o indígena significar-se em qualquer espaço, uma vez que, ao determinar **um** lugar para ele, “se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proíbem-se certas ‘posições’ do sujeito” (Orlandi, 1997, p. 78), contribuindo com a (re)produção de imaginários colonialistas.

Além disso, na SD13 emprega-se o termo “raça” para designar os antepassados indígenas (autóctones). De acordo com o Glossário Antidiscriminatório, elaborado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, “Por muito tempo, raça foi compreendida como um fator biológico, em que haveria diferenças genéticas entre grupos raciais diferentes, e essas diferenças justificariam que um grupo racial subjugassem e explorassem o outro” (MPMG, 2022, p. 65), ou seja, calcado em um determinismo biológico, no qual diferenças genéticas eram consideradas como determinantes para as diferenças culturais (Laraia, 2001). Atualmente o termo raça não é mais utilizado pela biologia (Guimarães, 2003), visto que esse conceito, cientificamente, não se sustenta, pois não há diferenças biológicas que apontem a superioridade ou inferioridade entre grupos raciais (MPMG, 2022).

Hoje, segundo aponta Guimarães (2003, p. 96), o termo raça é utilizado em “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc., pelo sangue”, isto é, esse termo vem sendo utilizado para descrever traços fenotípicos, ou seja, para referir-se a

---

<sup>19</sup> Quando forem retomadas ao longo do texto, as SDs estarão entre aspas e em itálico, a fim de que possamos distingui-las com mais facilidade.

determinadas características físicas. No entanto, Viveiros de Castro (2006) destaca que os indígenas se enquadram no conceito de etnia, e não de raça, pois correspondem a um grupo que compartilha uma história em comum e que necessita do reconhecimento de seus membros como pertencentes ao grupo, o termo etnia não se baseia apenas na transmissão de características fisionômicas pelo sangue, como as raças.

Conforme o Glossário Antidiscriminatório (MPMG, 2022, p. 41), etnia corresponde a terminologia designativa do sentimento de pertencimento a um grupo marcado pelas afinidades genéticas, como a cor da pele, ou culturais, como as comunidades ciganas, expressando, assim, certa homogeneidade – se comparada com outros grupos. Categoria coletivamente construída para diferenciar grupos que se interrelacionam perante as especificidades de elementos compartilhados, geralmente refletidas na cultura, na língua, costumes, perfil racial e tradições, formando uma unidade social perante aquelas outras distintas à sua.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2024), desde 1991 o Censo Demográfico coleta dados sobre a população indígena brasileira, categorizando-os com base no quesito cor ou raça, e com isso, o Censo 2000 revelou um crescimento da população indígena acima da expectativa, passando de 294 mil para 734 mil pessoas em apenas nove anos, aumento esse que não poderia ser compreendido apenas como um efeito demográfico (ou seja, devido à mortalidade, natalidade e migração), mas a um crescimento no número de pessoas que se reconhecem como indígenas. Diante disso, no Censo 2010, foram introduzidas de perguntas específicas para as pessoas que se declararam indígenas, como o povo ou etnia a que pertenciam, línguas indígenas faladas, etc., além disso, a nova metodologia, introduziu um novo quesito para aquelas pessoas que não se declararam indígenas a partir do quesito cor ou raça, “Você se considera indígena?”, de acordo com seus costumes, tradições, cultura, antepassados, etc. (IBGE, 2024).

Pode-se compreender, portanto, que o que caracteriza e une grupos indígenas não são suas características fenotípicas, mas suas tradições, costumes culturais, línguas faladas, etc. Desse modo, entende-se que o pertencimento étnico dos povos indígenas não se dá com base nos quesitos de cor ou raça. Diante do exposto, a utilização do termo raça nos dicionários, para fazer referência aos antecessores/antepassados dos autóctones, sendo que este é, muitas vezes, tomado como sinônimo de indígena, pode produzir sentidos e (re)produzir imaginários que se ancoram na ideia de superioridade de algumas raças, com base no determinismo biológico. Levando em consideração que esta ideia já foi, a bastante tempo, cientificamente superada, a utilização do termo raças nas definições dos dicionários, revela-se inadequada e

ultrapassada.

#### 4.6. INSTRUMENTO NEUTRO: UMA ESQUIVA DA DEFINIÇÃO

Outra regularidade por nós identificada é o emprego de recursos linguísticos que, a partir de nosso gesto interpretativo, compreendemos como uma (tentativa de) demonstração de neutralidade, a qual é pleiteada pelos dicionários. Dentre esses recursos tem-se o emprego do verbo pronominal acidental enclítico “se” (diz-se), conforme mostram as SDs que seguem, utilização de termos relativos e emprego do pronome relativo “que”.

**SD18:** *AUTÓCTONE (INFORMAL)* – “Diz-se daquilo que é natural da região onde ocorre”

**SD19:** *ABORÍGINE (GOOGLE)* – “diz-se de ou cada um dos autóctones que ocupavam regiões mais tarde dominadas por europeus”

**SD20:** *ÍNDIO (INFORMAL)* – “diz-se dos habitantes nativos do Brasil e de outras regiões; Selvícolas”

**SD21:** *NATURAL (DICIONÁRIO WEB)* – “diz-se da figura, que representa objeto da natureza, como homem, astro, árvores, etc.”

Nas SDs, o verbo “dizer” vem acompanhado do pronome oblíquo correspondente à pessoa gramatical do sujeito, neste caso o pronome “se”, correspondente à terceira pessoa do singular. O pronome indefinido “se” é empregado em situações em que não se deseja ou não se pode identificar o sujeito da frase. Assim, o pronome indefinido “se” refere-se à terceira pessoa do singular de modo vago e impreciso, sem demonstrar com exatidão quem é essa pessoa no discurso.

Os dicionários, portanto, ao fazerem uso dessa forma verbal, não identificam quem define “indígena” assim, diz-se dele, mas não diz quem o faz. Diante disso, pode-se compreender esse uso como uma forma de isentar-se da responsabilidade que é nomear e/ou definir, uma vez que apresenta uma definição, ao mesmo tempo em que dissimula quem diz. Com isso, pode-se interpretar que o funcionamento que se tem é que os dicionários enunciam: “diz-se” isso, mas não somos nós - os dicionários- quem dizemos. Tal funcionamento se assemelha com o de outra regularidade que observamos, a utilização dos termos “relativo” e “referente”, como observa-se nas SDs a seguir.

**SD22: INDÍGENA (GOOGLE)** – “relativo a ou indivíduo pertencente a um dos povos que já habitavam as Américas em período anterior à sua colonização por europeus”

**SD23: INDÍGENA (DICIO)** – “relativo aos autóctones, às pessoas nativas de um território”

**SD24: INDÍGENA (MICHAELIS)** – “relativo à população autóctone de um país, região ou localidade”

**SD25: INDÍGENA (MICHAELIS)** - “relativo aos índios em geral”

**SD26: INDÍGENA (INFORMAL)** – “referente aos índios, ou que deles é próprio”

**SD27: INDÍGENA (AULETE)** – “Ref. ou inerente aos índios, ou deles próprio (área indígena; arte indígena; cultura indígena)”

**SD28: ÍNDIO (INFORMAL)** – “Referente aquele que habitava a América antes da chegada dos portugueses”

**SD29: NATIVO (DICIO)** – “referente a indígena: povos nativos”

**SD30: NATIVO (MICHAELIS)** – “relativo a indígena”

O emprego dos adjetivos “relativo” e “referente” serve para caracterizar que algo está relacionado a outra coisa, ou seja, que a primeira está ligada à segunda, demonstrando uma relação entre ambos. Portanto, os termos se referem a um nome ou oração antecedente, desse modo tem-se, por exemplo, que “indígena é relativo aos índios em geral”. A utilização dos termos, mais uma vez, pode ser compreendida que ao empregá-los os dicionários evitam nomear e/ou definir, se eximindo de tal responsabilidade. Funcionando de maneira similar, o uso de pronomes relativos configura-se outra regularidade, conforme SDs.

**SD31: INDÍGENA (GOOGLE)** – “que ou o que é originário do país, região ou localidade em que se encontra; nativo”

**SD32: AUTÓCTONE (PRIBERAM)** – “que pertence ao povo natural de um território”

**SD33: ÍNDIO (AULETE)** – “que faz parte de um grupo étnico indígena”

**SD34: ÍNDIO (LÉXICO)** – “que diz respeito aos índios”

**SD35: ABORÍGENE (DICIO)** – “que nasceram no país onde vivem ou onde seus ancestrais sempre viveram, falando especialmente de pessoas, os aborígenes australianos”

**SD36: NATIVO (GOOGLE)** – “que nasceu no país, no lugar em questão”

**SD37: NATIVO (MICHAELIS)** – “quem é originário de certo lugar”

**SD38: NATURAL (DICIO)** – “que tem sua origem num local determinado: natural do Brasil”

**SD39: ORIGINÁRIO (AULETE)** – “que se mantém desde a origem”

**SD40: ORIGINÁRIO (WIKICIONÁRIO)** – “que se originou em”

Os pronomes relativos “que” e “quem” substituem um termo da oração anterior, estabelecendo uma relação entre as orações, isto é, “o indígena, que é originário do país, região ou localidade (...)”. O pronome relativo “quem” é usado como referência para pessoas ou coisas personificadas, enquanto “que” se refere a pessoas ou coisas, ambos funcionam como pronomes substantivos (Bechara, 2015). Um pronome substantivo é aquele que substitui o substantivo ao qual se refere, neste caso, “que” ou “quem” substitui o termo “indígena”, caso contrário teríamos a forma “o indígena é originário do país, região ou localidade (...)”.

Com isso, podemos compreender que os dicionários lançam mão de recursos para (tentar) demonstrar objetividade e neutralidade, as quais acredita-se que esse instrumento possui. Na tentativa de dissimular o sujeito subjacente ao dicionário e das definições, os dicionários acabam evidenciando-o, pois acabam por expor seu “esforço” (inútil) de apagá-lo. Para a AD, não existe discurso neutro, assim como o sujeito que se apropria dos discursos não o é, uma vez que todo discurso é construído a partir da memória discursiva, que é de ordem ideológica, ela diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas por aparelhos ideológicos, portanto toda produção discursiva está intrinsecamente ligada a ideologias e às relações de poder. No entanto tem-se a ilusão de transparência e neutralidade dos discursos devido ao fato de que o processo de construção dos discursos passa pelo esquecimento.

Segundo Pêcheux (1997), os discursos não são simples veículos neutros de transmissão de informações, mas práticas sociais que refletem e perpetuam estruturas ideológicas dominantes. Os sentidos são produzidos e negociados em contextos históricos e sociais específicos, sendo afetados por formações discursivas, que determinam o que pode ou não ser dito e como pode ser interpretado. Sendo assim, compreende-se como certos discursos naturalizam-se e legitimam-se em visões de mundo predominantes enquanto marginalizam-se outros, e que isso não se dá de maneira imparcial e neutra, mas determinada ideologicamente, mesmo que não tenhamos plena consciência disso.

Desse modo, o uso do verbo pronominal acidental enclítico “se” nas definições dos dicionários online pode ser interpretado como uma tentativa de neutralidade ou isenção, criando

uma aparência de objetividade e impessoalidade. A partir da perspectiva da AD, as escolhas linguísticas são ideologicamente carregadas e nunca verdadeiramente neutras (Pêcheux, 1997), assim, o “se” funciona como um distanciador, sugerindo que a definição é uma descrição objetiva e não uma interpretação específica. Ao dizer “diz-se que/de”, cria-se uma camada de anonimato e neutralidade, dando a impressão de que a definição é amplamente aceita e desprovida de qualquer viés ou subjetividade. Essa construção gramatical pode, portanto, ocultar influências ideológicas e as formações discursivas nas quais se inscrevem.

Da mesma forma, o emprego dos adjetivos “relativo” e “referente” pode ser visto como uma estratégia para sugerir neutralidade. Esses adjetivos introduzem uma qualificação que evita a absolutização dos significados, posicionando-os como dependentes de contextos específicos. Isso pode parecer uma tentativa de evitar controvérsias ou polarizações, apresentando os termos de maneira condicional e não categórica. No entanto, para a AD, até mesmo essa aparente neutralidade é, em si, uma escolha discursiva que carrega implicações ideológicas. Ao qualificar termos com “relativo” e “referente”, os dicionários online podem perpetuar uma visão de que os significados são fluidos e negociáveis, evitando o reconhecimento de disputas e controvérsias subjacentes que muitas vezes estão presentes na linguagem.

Os pronomes relativos “que” e “quem” nas definições de dicionários online podem contribuir para a construção de uma formulação que parece clara, precisa e objetiva. De acordo com a AD, a aparente objetividade criada pelo uso desses pronomes é uma forma de dissimular as relações de poder e as influências ideológicas presentes na produção de significados. Assim, ao utilizar “que” e “quem”, os dicionários online reforçam a ilusão de neutralidade, mascarando a complexidade e as disputas discursivas que permeiam a linguagem.

As estratégias linguísticas observadas nas definições de dicionários online, como o uso do verbo pronominal acidental enclítico “se”, os adjetivos “relativo” e “referente”, e os pronomes relativos “que” e “quem”, refletem tentativas de construir uma aparência de neutralidade e objetividade. Essa aparente imparcialidade pode dissimular as influências ideológicas e as disputas subjacentes, perpetuando uma visão de mundo que favorece determinados interesses e perspectivas.

#### 4.7. INDÍGENAS E SEUS SINÔNIMOS

De acordo com o próprio dicionário pesquisado, os sinônimos são palavras que possuem (aproximadamente) o mesmo significado, mesmo possuindo grafias diferentes, estabelecem

entre si uma relação semântica de igualdade, semelhança ou identificação, portanto a substituição de uma palavra por um sinônimo, não alteraria o sentido do enunciado. Bechara (2009), no entanto, aponta que a identidade dos sinônimos é relativa, devendo ser observado o contexto em que se encontram inseridos, uma vez que eles assumem sentidos casuais, não podendo um ser aplicado pelo outro sem que haja alteração do sentido da expressão. Na mesma direção, Lima (2011) afirma que a sinonímia é resultado da multiplicidade de sentidos que cada palavra pode ter, contudo, apesar da similaridade de sentidos, é essencial observar sempre o conteúdo em que os sinônimos são empregados, visto que sinonímia refere-se a grupos de palavras com um significado comum, mas que se diferenciam por pequenas particularidades e que podem ser empregadas em circunstâncias distintas.

A sinonímia é compreendida, assim, como equivalência semântica. Podemos, todavia, pensar no conceito de designação, proposto por Guimarães (2003), no qual considera-se a significação de um nome em sua relação com outros nomes e a história, ou seja, como nomes diferentes podem designar a mesma “coisa”, para isso é preciso se atentar ao funcionamento da língua. Para o autor, “As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (Guimarães, 2003, p. 54). Diante disso, podemos refletir sobre o funcionamento dos verbetes que são considerados como sinônimos para “indígena”, pois ao considerá-los dessa forma entende-se que eles funcionam para designar (significar) a mesma “coisa”.

O quadro 3 apresenta uma relação das palavras, que por meio do funcionamento “palavra-puxa-palavra”, são consideradas sinônimos. O procedimento metodológico utilizado para esta etapa de nosso gesto analítico foi buscar no dicionário de sinônimos o verbe de entrada (indígena) e as palavras que demonstraram-se regulares, depois identificar os sinônimos, buscamos nos dicionários as definições desses sinônimos.



A partir do quadro, é possível compreender as afirmações de Bechara (2009) e Lima (2011), já que mesmo apresentadas pelo dicionário como palavras sinônimas, torna-se evidente que algumas delas, se substituídas uma pela outra, podem produzir, sim, alteração de sentidos. No entanto, a partir da perspectiva discursiva que adotamos, considerar que tais palavras se equivalem semanticamente, seria agrupá-las dentro de uma mesma rede de filiação de sentidos. De acordo com Orlandi (2010), quando falamos filiamo-nos a redes de sentidos, não o fazemos de forma consciente, mas determinados pela ideologia, pela história e pelo inconsciente.

Com base no que propõe o dicionário de sinônimos, dizer “indígena” é o mesmo que dizer “aborígene” ou “autóctone” e vice-versa, igualmente, enunciar o verbete “índio” seria o mesmo que dizer “selvagem”. Sendo assim, ao fazermos uso de tais palavras, pode-se produzir sentidos que não são os que gostaríamos ou pretendíamos, isso porque elas carregam consigo sentidos do que já foi dito antes, assim, como afirmam Zanotto e Stübe (2022), quando enunciamos uma palavra, ela não significa somente aquilo que pretendemos, mas também carrega toda essa memória.

Diante disso, não é nas palavras indígena, aborígene, autóctone, etc. que o sentido se encontra, nem mesmo na intenção de quem as profere, para que haja sentido é preciso referi-las às suas condições de produção, relacioná-las com sua memória e remetê-las a uma formação discursiva (Orlandi, 2010). Ainda de acordo com a autora, o sentido, portanto, é determinado pelas posições ideológicas em funcionamento no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas e, sendo assim, pode mudar de acordo com a posição de quem enuncia, ou seja, uma mesma palavra pode produzir sentidos diferentes a depender de quem a enuncia e das condições de produção em que o faz. Orlandi (2010) destaca que a noção de formação discursiva (FD) é basilar para AD, visto que possibilita compreender o processo de produção dos sentidos.

Pêcheux (1995, p. 160) define FD como “Aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.”. Desse modo, uma FD pode determinar o que pode ser dito levando-se em conta o lugar social que o sujeito ocupa, para exemplificar esse funcionamento, Orlandi (2010) toma a palavra “terra” como exemplo, para ela, a palavra não significa o mesmo para um indígena, um agricultor sem-terra ou um grande proprietário rural. Do mesmo modo, uma frase como “ô terra boa”, significa diferente se empregada em contexto de jardinagem/plantação ou na legenda da foto de uma cidade, isso porque se inscreve FDs distintas.

As FDs não são fechadas em si mesmas, elas se definem na relação umas com as outras, são atravessadas por elementos umas das outras, visto que uma FD é constituída por paráfrases, retomada e reformulações de já ditos, além disso, o que é dito se mantém em relação de sentido com o não dito. Segundo Pêcheux (1997, p.161), “[...] uma palavra, uma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva [...] De modo correlato, se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra”. Todavia, o sujeito que enuncia não se dá conta, não tem plena ciência de estar (ou não) inscrito em outra FD, isto é, ao enunciar “indígena”, “aborígine”, “autóctone”, “selvagem”, não percebe que se filia a FDs que se relacionam a disputa de terras entre indígenas e não indígenas. Isso porque, nas palavras de Pêcheux (1995, p. 162),

O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (ça parle) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’.

Por meio do quadro 3 podemos verificar que a maior parte das palavras apresentadas como sinônimos são as mesmas oferecidas pelos dicionários como definições e que orientaram a metodologia “palavra-puxa-palavra”. Podemos, então, interpretar essa “repetição” dos mesmos verbetes em dicionários diferentes, como o funcionamento da memória metálica. Conforme já mencionado, a memória metálica constitui-se a partir da presentificação constante, da atualização de um mesmo dizer, produzindo um efeito de completude de sentido (Schmitt, 2003), ou seja, produz a ilusão de que para definir “indígena” não há mais nada a ser dito, que só pode ser dito desta maneira.

O verbete “indígena”, tomado como nosso verbete de entrada, aparece como sinônimo de todos outros, exceto para a palavra “originário”. De acordo com a Biblioteca Nacional (Silveira, s. d.), num primeiro momento o termo “índio” dominou as falas e os catálogos das bibliotecas, mais tarde substituído por “indígena”, depois de observada sua inconsistência, no entanto atualmente outro termo tem sido utilizado - “povos originários”. Esse termo representa os povos que existiam em determinadas localizações antes dos processos de colonização, sendo, portanto, um termo mais genérico (Silveira, s. d.). Portanto, os povos originários brasileiros são os indígenas que habitavam o país antes da chegada dos portugueses, enquanto em outros países/localidades correspondem a outros povos, na Nova Zelândia, por exemplo, os povos originários são os Maori.

Sendo assim, podemos compreender que “originário” é considerado, atualmente, um termo genérico, assim como “índio”, no entanto com funcionamento distinto. Enquanto “originário” produz efeito de sentido de abrangência, no qual não se destacam diferenças e particularidades étnicas com objetivo de contemplá-las, “índio” produz efeito de generalização, na qual as diversidades são silenciadas, apagadas, com intenção de controle e domesticação da significação. Além disso, o verbete “índio” foi utilizado como designação baseada em estereótipos assentados na ideia de “descobrimento” das Índias.

Causa-nos, dessa forma, interesse e curiosidade que o verbete “índio”, ainda que já reconhecido como inadequado, pelos motivos já apresentados, seja considerado um sinônimo para “indígena” e que, ao contrário, “indígena” não seja considerado sinônimo para “originário”. Sendo “indígena” uma designação adequada e levando em conta o entendimento de que a sinonímia corresponde a equivalência semântica, a partir da qual pode-se substituir uma palavra por um sinônimo sem que se alterem os sentidos, ao conceber “índio” e “indígena” como sinônimos, o dicionário torna “índio” adequado também, pois por essa perspectiva eles equivalem-se. Com isso, os discursos em circulação na sociedade podem estar (re)produzindo sentidos e imaginários sob a crença de estarem apenas utilizando um sinônimo para “indígena”.

O quadro 3 ainda nos mostra que a palavra “primitivo” é mobilizada três vezes, como sinônimo para “autóctone”, “originário” e “índio”. Nos dicionários pesquisados as definições para o verbete “primitivo” remetem regularmente a percepção que os colonizadores tiveram dos indígenas quando de sua chegada ao Brasil, conforme mostram as SDs em sequência.

**SD41:** PRIMITIVO (PRIBERAM) - *“Que não sofreu evolução. = ARCAICO, RUDIMENTAR”*

**SD42:** PRIMITIVO (PRIBERAM) - *“Que não usa as convenções sociais de boa educação; que não mostra delicadeza no trato. = GROSSEIRO”*

**SD43:** PRIMITIVO (PRIBERAM) - *“Que ou quem vive em estado natural, geralmente sem uso da escrita nem de técnicas consideradas evoluídas.”*

**SD44:** PRIMITIVO (INFOPEDIA) - *“pejorativo relativo a civilizações consideradas inferiores”*

**SD44:** PRIMITIVO (AULETE) - *“Diz-se do caráter, dos hábitos, da vida do homem existente nos primeiros tempos do mundo, anterior a qualquer civilização, e de tudo quanto pareça próprio desses tempos (um bárbaro primitivo); BRUTO; RUDE; RUDIMENTAR; TOSCO”*

Percebemos então que os sentidos que se atribuem àqueles que foram (são) considerados primitivos, como afirma Rosa (2015), dizem respeito da forma como os europeus viam esse *outro* com suas diferenças, mas também reflete como se deu o contato entre eles no projeto

colonial, a saber, negando sua especificidade humana, língua, cultura e cosmovisão. Os indígenas foram então rotulados tendo como base comparativa os europeus, sua língua, cultura, hábitos e costumes. Mariani (2004, p. 24) afirma que “aos olhos dos europeus, os habitantes do novo mundo não são civilizados, portanto, falta-lhes uma série de atributos para alcançar um grau de civilização próximo àquele idealizado na Europa”

As SDs demonstram a permanência do imaginário colonizador sobre os sentidos que se produzem na atualidade sobre o indígena. Os discursos colonizadores, sustentados por uma ideia de déficit, de falta, eram uma forma de legitimar a dominação, sob a justificativa de promover a civilização e progresso daquele povo. A (re)produção desse imaginário nos discursos de dicionários ainda hoje ratifica o que destaca Mariani (2004) ao afirmar que mesmo após os indígenas conquistarem o direito de contar sua própria história, o que possibilitaria a desconstrução de certos imaginários, a força dos sentidos anteriormente institucionalizados permanece, em função de que para isso, para dizer de outro jeito, para renomear os acontecimentos, os indígenas precisam passar por uma política de sentidos organizada pela língua do colonizador.

O processo de nomeação se dá pela língua do colonizador, sendo assim “É um discurso que se impõe pela força e pela escrita, ou melhor, impõe-se com a força institucionalizadora de uma língua escrita gramatizada que já traz consigo uma memória, a memória do colonizador, sobre sua própria história e sobre sua própria língua” (Mariani, 2004, p. 24). Ainda de acordo com a autora, a colonização linguística tem papel determinante na estabilização de sentidos sobre os indígenas, dado que com a construção dos dizeres da colonização não havia um “direito linguístico de resposta”, isto é, não havia concorrência de sentidos, os indígenas não tinham como contestar a interpretação dos portugueses, pois não sabiam o que estava sendo dito sobre eles e nem tinham como deixar na memória a sua interpretação, já que suas línguas não tinham escrita (Mariani, 2004).

A palavra “primitivo” pertence à classe gramatical dos adjetivos, é utilizada para se referir a um substantivo indicando-lhe um atributo, ou seja, serve para caracterizar o substantivo. Dessa forma, entende-se que a palavra ao ser compreendida como sinônimo para palavras como “autóctone”, “originário” e “índio”, que também são consideradas sinônimos de “indígena”, funcionam atribuindo uma característica, uma especificidade desses sujeitos. Por esta ótica, por meio de paráfrase, pode-se interpretar que os indígenas são primitivos, logo ser primitivo é ser como os indígenas.

Diante disso, compreende-se que “primitivo”, para referir os povos indígena, é um termo equivocado e inadequado, uma vez que se fundamenta em imaginários construídos por

uma retórica colonialista e retrógrada, alicerçada em estereótipos e preconceitos. No entanto, conforme as SDs, a classificação do termo como impróprio não é uma regularidade, apenas a SD44 explicita que é considerado pejorativo. Importa ressaltar que o verbete “primitivo” é apresentado como sinônimo para “índio”, porém, o contrário não acontece, ao pesquisar pelo verbete “primitivo” no dicionário de sinônimos, não se encontra “índio”, nem mesmo qualquer um dos verbetes apresentados como sinônimos para “indígena”, isto é, o indígena é primitivo, mas não significa que (o)que(m) é primitivo necessariamente é indígena.

Além disso, na SD43 - *“Que ou quem vive em estado natural, geralmente sem uso da escrita nem de técnicas consideradas evoluídas”*, merece destaque a relação estabelecida entre o uso da escrita com evolução, o que nos leva a outro sinônimo presente no quadro 3. O verbete “nativo” aparece como sinônimo para todos os outros verbetes presentes no quadro e, pesquisando-o nos dicionários que fazem parte da pesquisa identificamos que eles o relacionam com “indígena”, mas também o definem como algo ou alguém que natural/nascido/oriundo de um lugar, como mostram as SDs que seguem. Trataremos da relação entre a SD43 e “nativo” mais adiante.

**SD45: NATIVO (MICHAELIS)** - *“Relativo a indígena”*

**SD46: NATIVO (MICHAELIS)** *“Quem é originário de certo lugar”*

**SD47: NATIVO (INFORMAL)** - *“Indivíduo natural de um lugar; aborígene”*

**SD48: NATIVO (INFORMAL)** - *“Nome dos indígenas antes de terem sido batizados pelos espanhóis de índios”*

**SD49: NATIVO (AULETE)** - *“Ref. a povo ágrafo”*

**SD50: NATIVO (AULETE)** - *“Pessoa pertencente a grupo étnico originário da região onde nasceu; INDÍGENA”*

As SDs nos mostram que as acepções para o verbete "nativo" remetem à lugar/espaco de nascimento, de origem, o que não se aplica apenas aos indígenas, nem mesmo apenas a pessoas, podendo referir-se a qualquer indivíduo que é nascido em determinado local, isto é, é nativo de tal lugar. Dessa forma, todo indígena é, sim, nativo de algum lugar, assim como o não indígena. Os dicionários, porém, também apresentam a relação/referência do verbete com indígena, conforme mostram as SDs, o que pode demonstrar, mais uma vez, a tentativa de vincular o sujeito indígena a **um** espaço físico/geográfico. Apesar das definições para verbete

“nativo” não apontarem para a necessidade de permanência no local de nascimento, a combinação entre indígena e um lugar/local de nascimento, pode ser compreendida como uma inscrição na(s) mesma(s) FD(s) que concebem que para ser indígena é preciso que se permaneça no local de nascimento, ou seja, que se sustenta nos imaginários decorrentes da disputa por território. Assim, a inscrição nessa(s) FD(s) justificaria que “nativo” seja considerado um sinônimo para “indígena”.

Chamam-nos atenção também a SD48 que define “nativo” como “*Nome dos indígenas antes de terem sido batizados pelos espanhóis de índios*”, fazendo referência ao equívoco geográfico dos colonizadores que julgando ter encontrado as Índias, nomearam, sem distinção, os nativos de índios, porém não explicita que esse “batismo” é fruto de um engano e nem em que circunstâncias ocorreu. Segundo destaca Mariani (2004, p. 23) “Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos”, desse modo, o batismo do qual se refere o dicionário foi na verdade uma imposição, na qual os indígenas não tiveram voz. Ademais, a designação “indígena” não é anterior ao nome dado pelos europeus, mas fruto da resistência desses povos que reclamavam por uma designação não generalizante, que compreendesse toda a sua diversidade e complexidade cultural e étnica e que produzisse auto identificação.

Retomamos a SD43 - “*Que ou quem vive em estado natural, geralmente sem uso da escrita nem de técnicas consideradas evoluídas*”, definição de “primitivo”, para relacioná-la com uma das definições de “nativo” apresentada, que não se configura uma regularidade, mas que demonstra a inscrição em uma mesma FD. O dicionário Aulete apresenta “*Ref. a povo ágrafo*” (SD49), como uma das definições para “nativo”, deixando em evidência sua inscrição à FDs que remetem à colonização, nas quais havia uma concepção de *déficit* dos indígenas e suas línguas, ou seja, o uso da escrita era considerado uma técnica evoluída e os indígenas, por não fazerem uso de tal técnica, são/eram primitivos, logo, os nativos são primitivos.

Como parte do processo de dominação, os portugueses trataram de gramatizar as línguas indígenas, visto que o desentendimento linguístico foi significado como algo necessariamente a ser superado em nome da fé e dos interesses da coroa portuguesa, para isso tomavam a língua portuguesa como elemento de comparação, baseando nisso criou-se um imaginário de deficiência linguística (Mariani, 2004). No entanto, não há qualquer relação entre ser nativo e pertencer a um povo de cultura ágrafa, já que os europeus são nativos da Europa e na época do “descobrimento” já dominavam a escrita.

O verbete “crioulo”, assim como “primitivo”, comparece como sinônimo para três outras palavras - indígena, aborígene e nativo. Os dicionários definem “crioulo” como

descendentes de europeus que nasceram nas então colônias europeias ou aqueles que nasceram escravos em países sul-americanos diferenciando-os dos africanos que já chegaram escravizados em tais países, demonstrando o caráter generalizante e de apagamento das diversidades do processo de nomeação conduzido nas terras colonizadas, e que ainda permanece nos dias atuais, visto que “crioulo”, segundo o dicionário de sinônimos é equivalente à “indígena”.

As palavras apontadas como sinônimos para o verbete “índio” são as que mais chamam-nos atenção, pois além dos sinônimos que se repetem nos demais verbetes, como “Indígena”, “Autóctone”, “Aborígene”, “Primitivo”, “Nativo”, “Natural” e os que a eles se referem como “Aboriginal” e “Aboriginário”, algumas palavras se distinguem significativamente quanto aos sentidos. O dicionário também apresenta os sinônimos “Selvagem”, “Índiano”, “Índico”, “Indiático”, “Hindu” e “Índu”. O termo “selvagem” está inscrito na mesma FD de “primitivo”, sendo “primitivo” um dos sinônimos para “selvagem”, no entanto o que mais merece destaque são as definições apresentadas nos demais dicionários consultados.

“Selvagem” é definido pelos dicionários como o que(m) vive nas selvas ou animal que não foi domesticado, o par pessoa/animal configura-se uma regularidade como pode ser observado nas SDs que seguem.

**SD51: SELVAGEM (MICHAELIS)** - *“Que habita as selvas e não mantém contato com pessoas civilizadas”*

**SD52: SELVAGEM (MICHAELIS)** - *“Diz-se de animal que ainda não foi domesticado; indomado”*

**SD53: SELVAGEM (INFORMAL)** - *“Selvagem um animal ou pessoa que não é habitada em ambientes humanos na sociedade, que vem dum habitat **selvagem**, "selva". informal”*

**SD54: SELVAGEM (AULETE)** - *“Que não foi domesticado (cavalo selvagem; ganso selvagem)”*

**SD55: SELVAGEM (AULETE)** - *“Que habita as selvas (tribo selvagem); SILVÍCOLA [ Antôn.: civilizado. ]”*

**SD56: SELVAGEM (LÉXICO)** - *“não domesticado, bravo: um animal selvagem”*

**SD57: SELVAGEM (LÉXICO)** - *“pessoa que vive nas selvas: os selvagens da Nova Caledônia”*

A mesma palavra é utilizada como designação para pessoas e animais, o que não ocorre por mera coincidência, pois era assim que os europeus julgavam os povos que habitavam o “novo mundo”. Os colonizadores não eram capazes de compreender os indígenas e seu modo

de vida muito distinto dos padrões europeus, por isso reduziram-os à condição de selvagens. Devido às suas características, formas de ser e se relacionar com a natureza, os indígenas foram julgados quanto às suas capacidades, chegando a duvidar de que possuíam alma, por não pertencerem à natureza humana eram considerados animais selvagens (Baniwa, 2006).

A manutenção desse imaginário dos indígenas como selvagens era conveniente ao ideal colonizador, pois os indígenas sendo seres inferiores, atrasados e selvagens, cabia aos europeus a tarefa de tirá-los de tal condição, de civilizá-los (Weigel, 2000). O discurso colonizador sustentava a concepção do “índio selvagem” como forma de legitimar as práticas de dominação e até de extermínio. Baniwa (2006) destaca que os adjetivos pejorativos atribuídos aos indígenas serviam para justificar as práticas de massacre desses povos, uma vez que, por possuírem tais características, eram considerados um empecilho ao projeto colonizador, assim o extermínio era encarado como autodefesa e defesa dos interesses da Coroa Portuguesa.

Na sociedade contemporânea ainda vemos esse mesmo funcionamento. Grupos econômicos interessados nas terras indígenas e recursos naturais nelas existentes, seguem adjetivando esses sujeitos como selvagens, preguiçosos, dentre outras denominações negativas, a fim de taxar-lhes como empecilhos ao desenvolvimento econômico do país. Com isso, permanece até hoje o imaginário de “índio” idealizado, que reflete uma imagem primitiva e negativa, visto que se sustenta em adjetivos depreciativos.

Apesar de os dicionários referirem-se a animais quando utilizam o verbo “domesticar”, ele se aplicava também aos indígenas, já que não eram considerados humanos pelos portugueses. Essa domesticação se deu pela dominação, imposição cultural, religiosa e linguística, legitimada pela ideologia de déficit desses povos, que segundo constam as descrições, como na Carta de Pero Vaz Caminha, é comprovado linguisticamente, pela falta das letras F, R e L na língua indígena, o que, para os europeus, materializava a ausência de fé e de um poder religioso, de um poder real e de leis, aspectos considerados essenciais para sair da condição de animais selvagens e tornarem-se humanos (Mariani, 2004). Desse modo, domesticá-los significava impor-lhes uma religião e cultura, ensinar-lhes sua língua e forçar obediência ao rei e suas leis. Sendo assim, ao apresentar “selvagem” como sinônimo para “índio”, que por sua vez, é sinônimo de “indígena”, os dicionários estão filiando-se nas mesmas FDs que os colonizadores utilizavam para legitimar suas práticas de dominação e extermínio dos povos indígenas.

Além disso, o verbete “selvagem” quando referindo-se às pessoas, afirma que selvagens são aqueles que vivem/habitam as selvas. Se “selvagem” é compreendido como sinônimo para “indígena”, logo o indígena é selvagem e por isso deve viver na selva ou é selvagem porque

habita a selva. Com isso, mais uma vez tem-se a delimitação de um espaço físico/geográfico para os indígenas, demonstrando como as representações sobre eles estão fortemente sustentadas nos conflitos estabelecidos pela posse de terras. Dessa forma, é possível compreender que dentre as várias definições para indígenas, muitas delas se relacionam, pois mesmo que ditas de modos diferentes, há a inscrição em FDs que se assemelham e que acabam produzindo, se não os mesmos, sentidos muito parecidos.

Ainda sobre os sinônimos de “índio”, tem-se as palavras “Indiano”, “Índico”, “Indiático”, “Hindu” e “Índu”, todas relacionadas ao país asiático, Índia. Esses verbetes remetem ao erro de Colombo, que como já mencionado, na corrida para chegar às Índias, aportou na América, continente então desconhecido para os europeus, e denominou esse “novo mundo” de “Índias Ocidentais”. Mesmo após muito tempo de esclarecido tal equívoco e já reconhecida sua inadequação para tal, “índio” ainda é utilizado como designação para as populações indígenas, dado que ainda são considerados sinônimos. Da forma como são apresentados nos dicionários, sendo “índio” sinônimo de “indígena” e “indiano”, logo “indígena” e “indiano” correspondem a sinônimos também.

A articulação entre a AD e a HIL oferece uma abordagem crítica sobre o uso de sinônimos nos dicionários online, ressaltando que essas escolhas lexicais são carregadas de ideologia e nunca são neutras. A partir dessa perspectiva, diferentemente da perspectiva gramatical, os sinônimos não são simplesmente substituíveis uns pelos outros sem alterar os sentidos subjacentes, cada escolha lexical reflete determinadas formações discursivas e ideológicas. Nos dicionários online, a seleção de sinônimos pode influenciar significativamente a maneira como os usuários compreendem e interpretam os verbetes, visto que eles não apenas definem os verbetes, mas também podem moldar a compreensão cultural e ideológica na produção de sentidos.

#### 4.8. INDÍGENA E SEUS ANTÔNIMOS

Segundo o próprio Dicionário de Antônimos, os antônimos são palavras que possuem significados opostos em relação a outras palavras, estabelecem, assim, uma ligação semântica de contrariedade, isto é, uma relação de oposição de sentidos. Os antônimos podem ser substantivos ou adjetivos que descrevem uma palavra que tem um significado oposto em relação a outra palavra. De acordo com Bechara (2009), a antonímia pode se dar por oposição contraditória (vida; morte), contrária (chegar; partir) ou correlativa (irmão; irmã).

O quadro 4 apresenta uma relação das palavras que são apresentadas como antônimos para “indígena” e para os verbetes a ele relacionados, que são regularidades nos dicionários, conforme mostrado no quadro 2. O procedimento metodológico foi o mesmo utilizado para os sinônimos, buscamos nos dicionários de antônimos o verbe de entrada e os que por meio de “palavra-puxa-palavra” demonstraram-se regulares, para as análises buscamos nos dicionários as definições dos antônimos apresentados. Foi possível identificar como regularidade, outra vez, a relação do sujeito indígena com um lugar específico.

Quadro 4: Antônimos

Antônimos							
INDÍGENA	Estrangeiro	AUTÓCTONE	Estrangeiro	ABORÍGENE	Estrangeiro	ORIGINÁRIO	Estrangeiro
	Forasteiro		Forasteiro		Forasteiro		Forasteiro
NATIVO	Estrangeiro	NATURAL	Estrangeiro	ÍNDIO	--		
	Estranho		Forasteiro		--		
	Forasteiro		Alienígena		--		
	Alienígena		Ádvena		--		
	Ádvena		Adventício		--		
	Adventício		Estranho		--		
	Exótico				--		
					--		

Fonte: As autoras (2024)

Na regularidade observada, os verbetes apresentados como antônimos de “indígena” novamente apontam para uma vinculação do indígena com um espaço físico/geográfico determinado, conforme demonstram as SDs, uma vez que em se tratando de palavras que teriam sentidos opostos a indígena e que a designação para tais corresponde a algo ou alguém que não

possui esse vínculo com determinado local, por consequência o “indígena” tem ou deveria ter essa relação com o local.

**SD58:** *ESTRANGEIRO (PRIBERAM)* - “*Que ou quem pertence ou sente que pertence a outra região, a outro grupo, a outra classe ou a outro meio que não aquele onde está. = ESTRANHO, FORASTEIRO*”

**SD59:** *ESTRANGEIRO (INFOPÉDIA)* - “*que não pertence ou que se considera não pertencente a uma região, um grupo, etc.; estranho*”

**SD60:** *FORASTEIRO (DICIO)* - “*Aquele que não pertence à terra ou ao lugar onde se encontra*”

**SD61:** *ÁDVENA (PRIBERAM)* - “*Que ou quem vem de fora. = ADVENTÍCIO, ESTRANGEIRO, ESTRANHO, FORASTEIRO, PEREGRINO ≠ AUTÓCTONE*”

**SD62:** *ADVENTÍCIO (GOOGLE)* - “*que ou aquele que chega de fora, de outra localidade ou país; forasteiro, estrangeiro, ádvena.*”

**SD63:** *ALIENÍGENA (AULETE)* - “*Diz-se de pessoa de outro país; ESTRANGEIRO*”

**SD64:** *ALIENÍGENA (INFOPÉDIA)* - “*que ou pessoa que é natural de outro país ou de outro lugar; estrangeiro, forasteiro*”

**SD65:** *FORÂNEO (MICHAELIS)* - “*Que é de terra estranha; estranho, forasteiro*”

**SD66:** *ESTRANHO (GOOGLE)* - “*que ou o que é de fora, que ou o que é estrangeiro*”

**SD67:** *EXÓTICO (GOOGLE)* - “*não originário do país em que ocorre; que não é nativo ou indígena; estrangeiro*”

Desse modo, o dicionário de antônimos também estabiliza sentidos sobre o indígena que (se) sustentam na concepção de que para ser indígena é preciso não só ter origem em um determinado local, mas também permanecer nele, visto que, a partir das definições, se o indivíduo migra para outros locais, passa a ser estrangeiro, forasteiro desse outro local e, por conseguinte, não é (mais) indígena. Compreende-se, portanto, que os sentidos que podem ser produzidos pelo dicionário de antônimos, ao não considerar a possibilidade de o indígena também ser “*quem vem de fora*” ou “*não pertencer à terra ou ao lugar onde se encontra*”, filia-se a redes de sentidos que consideram que os povos indígenas devem, obrigatoriamente, permanecer em um lugar estabelecido, via de regra a aldeia. Com isso, o imaginário que se coloca em jogo é o de que todo indígena deve ser aldeado e os que não são/estão, recusam-se a ocupar o lugar que lhes foi destinado (Guerra, 2015).

Assim, outros sentidos se produzem ainda, como o de que o sujeito que, por algum motivo, se ausenta do espaço que lhe cabe, a aldeia, deixa de ser indígena ou mesmo, perde o direito a esse lugar, reforçando e (re)produzindo o imaginário de que o indígena pode apenas ocupar determinados espaços da sociedade. Dessa forma, consolida-se no imaginário uma idealização desses sujeitos, de que são aqueles que usam tanga, moram em ocas, usam flechas, vivem em aldeias (Cenci, 1994). Diante disso, percebemos o que apontam Nacke et al. (2007), ao afirmarem que os conflitos entre agricultores, proprietários de terras e os indígenas que batalhavam pela demarcação de suas terras, gerou marcas profundas no povo indígena.

Assim como nos sinônimos, a escolha do que é considerado antônimo de "indígena" é carregada ideologicamente e, além disso, também pode designar lugares sociais e imaginários dos quais farão parte os indígenas. A escolha de determinados antônimos para "indígena" revela uma tomada de posição e a que formações ideológicas o discurso está filiado, ao perpetuar dicotomias que hierarquizam e marginalizam culturas indígenas. Ao definir "indígena" como antônimo de "estrangeiro", os dicionários acabam reforçando visões que fixam o indígena em um lugar exclusivo e imutável e que perpetuam a ideia de que sua identidade está em oposição à modernidade e à globalização. Esta oposição não apenas reflete, mas também perpetua ideologias que desvalorizam e estigmatizam os povos indígenas, apresentando-os de maneira simplista e pejorativa. Desse modo, a definição de antônimos para "indígena" pode contribuir para a manutenção de imaginários que (re)produzem desigualdades e injustiças sociais, demonstrando a importância de uma análise crítica e consciente sobre as definições dos dicionários.

Os dicionários online ao definirem o verbete "indígena" produzem e colocam em circulação imaginários. As definições, muitas vezes, vinculam os indígenas a tempos remotos, concebendo-os como figuras estáticas e imutáveis, essa representação anacrônica ignora e silencia a presença indígena na atualidade e a relevância de suas culturas na contemporaneidade, perpetuando a ideia de que os indígenas são relictos de um passado que não se alinha com a modernidade. Tal imaginário contribui para a marginalização e a exclusão dos povos indígenas e com seu silenciamento nos discursos do presente.

Outro imaginário que se revelou comum nas definições é a vinculação do indígena a um espaço físico específico e sua permanência nele. Os dicionários frequentemente definem "indígena" em termos de pertencimento territorial, como aqueles que são originários de determinada região e que ali permanecem ou devem permanecer. Essa perspectiva pode reforçar a noção de que os indígenas são inseparáveis do ambiente natural, pois fixa-os em locais específicos, ignorando suas dinâmicas culturais e movimentos migratórios e o processo

colonizador que impossibilitou a permanência de povos indígenas em seu local de origem devido a expropriação de suas terras. Essa visão estática contrasta com a realidade de que muitos povos indígenas se deslocam, seja por necessidade ou escolha.

Embora os dicionários se apresentem como ferramentas objetivas e imparciais, as escolhas lexicais presentes neles refletem e perpetuam determinadas posições ideológicas. Definir “indígena” como sinônimo de “primitivo” ou “selvagem”, por exemplo, carrega conotações depreciativas e coloniais, que desvalorizam e estigmatizam as culturas indígenas. Além disso, o antônimo “estrangeiro” sugere uma dicotomia simplista que não é capaz de representar a complexidade das identidades indígenas, reforçando, portanto, a ideia de que os indígenas devem permanecer estáticos no tempo e espaço.

Esses imaginários (re)produzidos pelos dicionários online não são meramente descritivas, elas moldam e influenciam a maneira como os indígenas são percebidos e tratados na sociedade. Ao fixar os indígenas no passado, confiná-los a espaços específicos, e perpetuar conotações negativas e dicotomias simplistas, os dicionários contribuem com a (re)produção de imaginários limitados, estereotipados, que, muitas vezes, é prejudicial às identidades indígenas. Portanto, cada definição, sinônimo ou antônimo presente nos dicionários online, não só reflete uma formação discursiva específica, mas também contribui para a construção da memória discursiva, que, por sua vez, influencia a maneira como os usuários percebem e utilizam a linguagem.

Diante disso, é que se faz necessário questionar a (aparente e ilusória) neutralidade dos dicionários online, pois, ao definir “indígena”, podem reforçar estereótipos e discursos que relega esses sujeitos a posições de marginalização e silenciamento, contribuindo com a manutenção e naturalização de preconceitos e desigualdades, ao mesmo tempo em que moldam o imaginário coletivo sobre quem são os indígenas e qual é o seu lugar na sociedade. Assim, as definições fornecidas pelos dicionários online têm implicações profundas na forma como os indígenas são vistos e tratados pela sociedade, isto é, as formações imaginárias nas quais os discursos dicionaristas se inscrevem deixam marcas na estrutura social.

## **5. O(S) LUGAR(ES) DISCURSIVO(S) DO DICIONÁRIO**

Na AD, quando nos referimos ao sujeito, não se trata do sujeito empírico, e sim do sujeito do discurso, que é constituído pelo social, ideológico e histórico e tem a ilusão de ser a origem de seu discurso e fonte dos sentidos. De acordo com Grigoletto (2005), a ilusão do

sujeito como origem, fonte nos processos discursivos, mostra que linguagem e sentido não são transparentes. A categoria sujeito, de acordo Pêcheux (1995) é constitutiva de toda ideologia, é ela quem interpela os indivíduos em sujeitos, uma vez que só há prática através de e sob uma ideologia, e só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos. A ideologia, assim como o inconsciente, dissimula sua existência no interior de seu funcionamento, produzindo, assim, efeito de evidência, na qual o sujeito se constitui, é sob a evidência de que “eu sou realmente eu” com tudo que me constitui, que ocorre a interpelação-identificação, que produz o sujeito (Pêcheux, 1995).

É a ideologia que fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, sob a “transparência da linguagem” o caráter material do sentido, que na realidade consiste na dependência constitutiva do todo complexo das formações ideológicas (Pêcheux, 1995). O sentido, portanto, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, ou seja, “as palavras, as expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (Pêcheux, 1995, p. 160), assim, os discursos adquirem sentido de acordo com formações ideológicas nas quais eles se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, correspondem àquilo que em determinada formação ideológica determina o que pode e deve ser dito.

Grigoletto (2005, p. 5) afirma que “O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso”, isto é, “o lugar social a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (Orlandi, 2010, p. 39). Dessa forma, o lugar social é legitimado pela prática discursiva, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo e, igualmente, o lugar discursivo existe em função de uma determinação do lugar social, que impõe a sua inscrição em determinado discurso (Schwaab, 2011). É diante disso que Grigoletto (2005) propõe que pensemos como o lugar social determina a constituição do lugar discursivo, qual é a relação que se estabelece entre lugar social e lugar discursivo.

Para Grigoletto (2005),

o lugar discursivo é determinado não só pelo lugar social, mas também pela estrutura da língua, materializada no intradiscurso. Assim, tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é construído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir.

Dessa forma, é a prática discursiva que legitima o lugar social, e o lugar discursivo é determinado pelo lugar social, que inscreve o sujeito em determinado discurso. Grigoletto (2005) afirma que os lugares discursivos constroem-se na relação estabelecida entre o sujeito, a língua e a história, o que ocorre devido a determinação da formação social que institui determinados lugares, os quais podem e devem ser ocupados por sujeitos autorizados para tal. Ante ao exposto, Grigoletto (2005, p. 7) propõe “pensar na noção de lugar discursivo como uma categoria de análise, que é materializada na passagem do espaço empírico, onde se encontram os lugares sociais, para o espaço discursivo”. Sendo assim, propomos, a partir dos sentidos que se produzem para o verbete “indígena” nos dicionários online, pensar em qual lugar discursivo se inscrevem os dicionários quando definem o verbete a partir de determinadas FDs. Buscamos, então, compreender de que lugar discursivo os dicionários online enunciam o verbete “indígena”.

Grigoletto (2005) afirma que na passagem do espaço empírico para o espaço discursivo, o sujeito é afetado pelo inconsciente, com isso tem a ilusão de produzir um apagamento do seu lugar social. No entanto, segundo a autora, esse apagamento é apenas um efeito, um simulacro, visto que a inscrição em um lugar discursivo demanda sempre a determinação de um lugar social, ou seja, sempre haverá determinação ideológica. Desse modo, os dicionários, que já são envoltos por um imaginário de objetividade e neutralidade, afetados pela ilusão de transparência dos sentidos e pelo funcionamento da tecnologia, que produz um “suposto” apagamento do sujeito, como se fosse uma entidade autônoma que “supera” os próprios sujeitos, produzem um efeito de neutralidade, de que não há determinação do lugar social, nem ideológica nos discursos dos dicionários online.

No entanto, como já mencionado, Freitas e Silva (2020) destacam que mesmo nos dicionários os discursos são determinados pela historicidade, inscrevendo também sua produção de sentidos no ideológico, o que acaba por deixar marcas da estrutura social na materialidade, pois historicidade e ideologia irão determinar as palavras e definições que são incluídas, bem como aquelas que são omitidas ou marginalizadas. Nos dicionários online, especialmente nos colaborativos, onde múltiplos usuários contribuem com definições e exemplos de uso, essas influências tornam-se ainda mais evidentes. As entradas podem ser moldadas pelas perspectivas e experiências individuais dos colaboradores, refletindo a diversidade de visões, mas também perpetuando certas hegemonias, preconceitos e imaginário. Assim, a historicidade e a ideologia desempenham papéis centrais na construção dos discursos nos dicionários online, evidenciando a não neutralidade dessas ferramentas.

O sujeito mesmo no esforço de produzir um discurso objetivo e imparcial, de acordo com o lugar de onde fala, devido a ação do inconsciente e da ideologia, não dispõe da possibilidade de construir um enunciado livre de falhas e brechas (Grigoletto, 2013), isto é, são instrumentos linguísticos históricos e ideológicos, perpassados a todo momento por uma ideologia (Ballejos, 2020). Nesse sentido, ainda que enunciem do lugar de dicionaristas ou de instrumento linguístico, os dicionários são atravessados por saberes de outras FDs, que produzem diferentes efeitos de sentido e de sujeito, o que não significa, conforme ressalta Grigoletto (2013), que haja necessariamente uma disputa de FDs, mas sim que há evidências de heterogeneidade e fluidez de fronteiras, ao identificar tomadas de posição do sujeito atravessadas por saberes de outras FDs.

Então, para que possamos identificar o lugar discursivo do qual os dicionários online enunciam o verbete “indígena”, faz-se necessário definir as FDs em que se inscrevem, para, a partir daí analisarmos o possível imbricamento dos lugares sociais nos lugares discursivos, de modo que possamos entender qual (quais) lugar(es) discursivo(s) determinam a produção de sentidos. Para isso, retomaremos algumas das SDs apresentadas anteriormente nas regularidades, bem como as discussões das análises.

Nas análises, inicialmente, voltamos nosso olhar para classificação gramatical, em substantivo e/ou adjetivo, apresentada para o verbete “indígena” nos dicionários consultados. Entendemos que os dicionários, ao classificarem “indígena” em classes gramaticais e indicarem suas flexões de gênero, inscrevem-se em FDs em que o dicionário corresponde a um instrumento que descreve e instrumentaliza a língua e, que além disso tem finalidade de ensiná-la, servindo também como instrumento pedagógico. Desse modo, os dicionários, assim como a gramática, têm seu funcionamento voltado à aplicação de políticas linguísticas, institucionalizando e promovendo a língua nacional. Portanto, compreende-se que o lugar do qual os dicionários enunciam é de um instrumento linguístico, legitimado pelas políticas linguísticas e por saberes de especialistas e autores reconhecidos que abonam as definições, por isso ocupam um lugar social de autoridade no que diz respeito à língua.

No entanto, podemos considerar que há imbricamentos de outros lugares (sociais e discursivos) no discurso dos dicionários. Nas definições para o verbete “indígena”, os discursos dos dicionários acabam filiando-se a diferentes FDs, o que pode refletir os lugares sociais, e por consequência discursivos, que ocupam.

Em algumas definições o verbete “indígena” é referido como algo ou alguém que é pertencente ao passado, produzindo sentidos que levam a interpretação de que os indígenas existiam até o processo da colonização, depois disso, por algum motivo, deixaram de ser ou

existir. De acordo com Orlandi (1997), para que digamos uma coisa, outras deixam de ser ditas, portanto enunciar e silenciar andam juntos, sendo assim, ao dizer que o indígena é parte do passado, deixa-se enunciar-lo no presente, há sentidos que são silenciados. Compreendemos que esses discursos filiam-se a FDs que remetem à retórica colonialista, para a qual o indígena não conta, já que não é útil para o projeto colonizador, é considerado um empecilho, o que justificaria seu apagamento, eliminação.

Além disso, pode filiar-se também a FDs que não consideram o modo como os indígenas participam da sociedade na atualidade por basear-se em idealizações, assim os indígenas da atualidade não seriam considerados indígenas de fato e verdadeiramente. Tais discursos sustentam-se em estereótipos que não superaram o senso comum da época do descobrimento, consolidando um imaginário de idealização (Zanotto; Stübe, 2022). Percebemos, então, a incorporação de outro lugar discursivo por parte dos dicionários, que ao filiar-se à discursos que remetem ao colonizador, o fazem da posição de instrumento linguístico, mas assumem também um lugar de colonização.

Há, no entanto, ainda a sobreposição de outros lugares sociais, que nos levam a outros lugares discursivos. Os dicionários também definem “indígena” de modo que produzem sentidos que os relacionam a um lugar físico/geográfico e sua permanência nele, (re)produzindo o imaginário de que há um lugar para o indígena e é imprescindível que ele o ocupe. Conforme destacam Zanotto e Stübe (2022), esses discursos sustentam-se em já-ditos que surgiram em decorrência da disputa de terras, processo que marcou profundamente a sociedade, em especial os indígenas.

Esses discursos, por sua vez, estão filiados a FDs que também correspondem ao discurso colonizador, mas agora de outra época. Mais tarde, após a chegada dos portugueses ao Brasil, com a justificativa de preencher o “vazio demográfico” do novo mundo, houve um processo de incentivo a imigração de europeus às terras brasileiras, por meio das empresas colonizadoras, que para “convencer” os imigrantes e sustentarem a ideia de “vazio demográfico”, não mencionavam a existência dos seus habitantes, resultando em conflitos pela posse das terras, que se estendem até a atualidade. Desse modo, entendemos que esses discursos dos dicionários podem remeter aos discursos resultantes desses conflitos, filiando-se às mesmas FDs.

Ademais, em decorrência desses mesmos conflitos temos a tese do marco temporal, que diz respeito à demarcação de terras indígenas. Tendo em vista que os dicionários, para definir “indígena”, estabelecem uma relação de permanência com seu local de nascimento, de forma a produzir sentidos de que para ser indígena, o sujeito deve permanecer no local em que nasceu e no caso disso não acontecer, ou deixa de ser indígena ou perde seu direito sob a terra. Diante

disso, o discurso dos dicionários, dos colonizadores e dos defensores da tese do marco temporal inscrevem-se nas mesmas FDs, tem-se então outros lugares discursivos funcionando.

Algumas das definições dos dicionários produzem sentidos que podem ser interpretados como uma forma de isentar-se de apresentar uma definição precisa para “indígena”, uma vez que termos que remetem a certa relatividade são utilizados. O emprego de termos como “diz-se”, “relativo a”, “referente a”, podem ser compreendidos como uma forma de se evitar fazer o que afirma Orlandi (1997), dizer “x” para (deixar) dizer “y”, ou seja, como uma forma não fazer com que determinados sentidos sejam apagados. Isso pode nos levar a interpretar que os dicionários, ao empregar tais termos, falam de um lugar que parece (tentar) eximir-se da responsabilidade de definir, designar o que indígena.

Não obstante, quando designam que “primitivo” e “selvagem” são sinônimos de indígena, os dicionários falam de lugares similares aos dos discursos do colonizador. Os discursos dos colonizadores caracterizavam os indígenas como primitivos, selvagens, atrasados, tomando como comparação a cultura europeia e, diante das diferenças, os europeus viam os indígenas como não-civilizados, pois, segundo seu ponto de vista, faltava-lhes atributos essenciais para a civilização. Sendo assim, nos discursos dos dicionários hoje, há o funcionamento de um lugar discursivo da colonização, o qual precisa atribuir características aos indígenas, que justifiquem sua dominação.

Desse modo, no que diz respeito ao verbete “indígena” e equivalentes, selecionados por meio de “palavra-puxa-palavra”, o discurso dos dicionários online é composto pela imbricação de vários lugares discursivos. Ainda que enunciem de determinado lugar, seu encontra-se constitutivamente atravessado por outras FDs, “saberes que vêm de ‘outros lugares’ e produzem diferentes efeitos de sentido e de sujeito”, demonstrando a heterogeneidade e fluidez de fronteiras e as tomadas de posição do sujeito atravessadas por saberes de outras (Grigoletto, 2013, p. 76). Assim, embora os dicionários online enunciem do lugar de instrumento linguístico, que socialmente ocupa um lugar de autoridade sobre a língua, outros lugares discursivos ressoam nele e produzem efeitos de sentidos.

Então, tem-se apenas um sujeito empírico, que se apresenta sob a evidência de um sujeito universal, mas que, no entanto, não consegue sustentar a homogeneidade de sua posição, trata-se do efeito da ideologia e do inconsciente, instâncias constitutivas do sujeito e do discurso (Grigoletto, 2013). Nas definições dos dicionários vemos, portanto, diferentes posições-sujeito se entrecruzando, sendo o lugar discursivo de instrumento linguístico constantemente afetado por discursos que se filiam às mesmas redes de sentido do discurso colonizador, “Os limites entre as diferentes posições-sujeito são tênues e a oscilação é constante” (Grigoletto, 2005, p.

10). Ao definir “indígena”, os dicionários online não falam da posição do outro, mas a partir do discurso-outro, isto é, não falam da posição do colonizador, mas a partir do discurso dele, eles recortam, colam dizeres que remetem ao discurso colonizador e os inscreve, de forma própria, no discurso de instrumento linguístico, ao inscrever esses dizeres no intradiscurso, o faz de forma própria, (re)significando dizeres, produzindo o discurso como se tivesse domínio sobre esse dizer, como se esse dizer fosse seu (Grigoletto, 2005).

Além do imbricamento de lugares discursivos nos dicionários online, temos também o funcionamento da memória metálica e da memória digital. É possível identificar que certas definições se repetem nos dicionários, que certos sentidos que se (re)produzem configuram-se regularidades, com isso produz-se variação do mesmo, os mesmos dizeres são presentificados continuamente, “um paradigma que estrutura o retorno” (Pêcheux, 1999, p. 55). Já ao (re)significar dizeres que fazem parte do discurso colonizador, tem-se o funcionamento da memória digital, uma vez que não trata-se de mera repetição do discurso colonizador, mas, conforme afirma Dias (2016), trata-se desse resíduo que escapa da repetição formal e se inscreve já no funcionamento digital, pelo trabalho do interdiscurso, ou seja, ocorre uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso.

A memória digital, segundo Dias (2018), não se trata apenas de armazenamento de informações, mas corresponde a um campo dinâmico, no qual os discursos são constantemente atualizados, reinterpretados e ressignificados. Nos dicionários online, essa memória digital permite uma fluidez de significados, as definições podem ser rapidamente alteradas para refletir mudanças culturais e linguísticas. Isso faz com que os dicionários não sejam apenas repositórios de palavras, mas também espaços de interação, negociação de sentidos e resistência.

A interação entre a memória digital e os lugares discursivos nos dicionários online evidencia a complexidade das práticas discursivas no contexto digital. A memória digital permite que os dicionários online sejam continuamente atualizados, refletindo as evoluções linguísticas e culturais de forma rápida e eficiente. Ao mesmo tempo, os lugares discursivos criados nessas plataformas digitais oferecem um espaço para a negociação e contestação de significados, onde diferentes atores podem influenciar e modificar as definições. Conforme Grigoletto (2005) destaca, esses lugares são moldados por relações de poder, e na esfera digital, essas relações podem ser tanto ampliadas quanto desafiadas. Assim, a análise do funcionamento da memória digital e dos lugares discursivos nos dicionários online revela como os significados são construídos, disseminados e transformados no ambiente digital.

## 6. PARA EFEITOS DE CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar como o funcionamento do verbete “indígena” nos dicionários online constitui imaginários sobre o indígena e os coloca em circulação. Para tal, buscamos uma articulação entre AD e HIL, uma vez que para analisar o funcionamento do verbete “indígena” tomamos os dicionários como objeto discursivo, ou seja, em sua sujeição ao equívoco. Com isso, pretendíamos questionar a ilusão de transparência da linguagem e seu efeito de evidência, a partir das tecnologias que instrumentalizam as línguas, neste caso os dicionários online. A AD, por considerar as condições de produção, ou seja, o contexto sócio-histórico ideológico e os sujeitos no processo de produção de sentidos, possibilita trabalharmos com os dicionários sem que os tomemos como transparentes (Nunes, 2008).

Entendemos que os dicionários, envoltos por um imaginário de transparência, certeza e neutralidade, nos quais os sentidos são sempre corretos, completos e verdadeiros, podem servir de referência para o processo de significação. Sendo assim, podem nos dizer muito sobre a história e a sociedade, visto que se configuram um material interessante para se observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas (Nunes, 2006), visto que se trata de objeto histórico, que reflete a realidade de seus falantes, representando o funcionamento de uma língua em determinado período, de maneira contextualizada histórica e ideologicamente.

A historicidade, bem como a ideologia, se marca na materialidade discursiva, portanto, apesar de pleitearem neutralidade e objetividade, a produção de sentidos nos dicionários é sobredeterminada pela historicidade e se inscreve no ideológico, deixando marcas da estrutura social na materialidade (Freitas; Silva, 2020). No dicionário, os verbetes são definidos a partir da posição do lexicógrafo, que por sua vez, inconscientemente, marca sua subjetividade através da definição/formulação dos verbetes), assim, os dicionários não cessam de (re)produzir discursos e ideologias (Pazinato; Silva, 2020).

Por meio das análises, identificamos como regularidade a inscrição dos discursos dos dicionários em FDs que remetem ao discurso colonizador, seja ele do “descobrimento” ou do processo de colonização no sul do país, decorrente da política imigratória vigente no período imperial e republicano, que tinha como objetivo preencher o “vazio demográfico” (Renk, 2007) da região. Nas definições para o verbete “indígena” e equivalentes, percebemos que ocorre uma oscilação entre FDs, ora tem-se a inscrição no lugar discursivo de instrumento linguístico, ao realizar a classificação sintática dos termos e ao pretender neutralidade com uma aparente

esquiva de definição, e ora tem-se a inscrição em lugares discursivos relativos à colonização, ao definir os verbetes relacionados a “indígena” como pertencente ao passado, que (deve) pertence(r) a um único lugar e permanecer nele, como primitivo e selvagem. Há, portanto, a imbricação de dois lugares discursivos, que produzem efeitos de sentido diferentes, não significando, necessariamente, uma disputa entre as FDs, mas é evidência da heterogeneidade e fluidez de fronteiras, constitutivas dos sujeitos e discursos (Grigoletto, 2013).

O funcionamento do verbete “indígena” nos dicionários online (re)produz imaginários sobre o indígena ao enunciar inscrevendo-se em redes de filiação de sentidos que correspondem ao discurso colonizador. Os dicionários, por meio de suas definições, reforçam estereótipos e idealizações acerca desses sujeitos, estabilizando sentidos que concebem a existência de um indígena verdadeiro ou ideal, a existência de uma única forma de ser indígena. Esses estereótipos e idealizações (re)produzem imaginários sobre o indígena que o relacionam ao passado, a permanência em um lugar físico/geográfico e ao déficit, a falta. Ao assumir também a posição de tecnologia de instrumentalização da língua, ou seja, uma posição de certa autoridade sobre a língua e referência para o processo de significação, os dicionários online fazem com que esse imaginário idealizado e estereotipado se consolide.

Compreendemos que os dicionários online, devido à difusão da internet, são, na atualidade, mais utilizados que os dicionários tradicionais impressos, a facilidade com que podem ser editados e/ou atualizados, fazem deles substitutos potenciais para os dicionários “de papel”. Além disso, a grande maioria dos dicionários disponíveis para consulta na internet são gratuitos e de fácil acesso, sem que haja a necessidade de downloads de aplicativo e a realização de cadastros ou logins, o modo de consulta também pode ser considerado mais simplificado, visto que o consulente precisa apenas digitar a palavra ao invés de procurá-la nas muitas páginas impressas. Diante disso, os imaginários que são (re)produzidos pelos dicionários, podem ser postos em circulação facilmente e atingir um grande número de pessoas.

Por se tratar de uma materialidade digital, o funcionamento das diferentes noções de memória também intervém no processo de produção e circulação de sentidos e imaginários. É possível identificar no funcionamento do verbete “indígena” e em seus equivalentes, os efeitos da memória metálica, da memória digital e da memória técnodiscursiva. Compreendemos que a repetição das mesmas definições para os verbetes “indígena”, “aborígene”, “autóctone” representa o efeito da memória metálica nos dicionários online, na qual uma formulação se estende sobre outras, no nível intradiscursivo, não produzindo deslocamentos de sentido, portanto tratam-se dos mesmos dizeres repetidamente (re)atualizados (Orlandi, 2006). A

presentificação de discursos que remetem à época da colonização também pode ser interpretada como um efeito da memória metálica.

O efeito da memória metálica no funcionamento dos dicionários online se dá por meio da repetição, pois nos diferentes dicionários as definições apresentadas, em sua grande maioria, pertencem a mesma formação discursiva, ou seja, remetem aos mesmos sentidos. Desse modo, há reiteração do mesmo sob uma ilusão do diferente, o que se tem são variedades do mesmo dizer, que, apesar de parecerem outros, fazem parte das mesmas redes de filiação de sentidos, produzindo, então, os mesmos efeitos de sentidos. Por meio do funcionamento da memória metálica, os sentidos são (re)atualizados no fio discursivo, mas sem que haja possibilidade de produzir deslocamentos, o que leva à estabilização de sentidos. Além disso, através dessa repetição, compreende-se que as definições ancoram-se no mesmo imaginário e/ou que (re)produzem o mesmo imaginário.

Já no que diz respeito à memória digital, que, conforme afirma Dias (2023), produz um desencaixe na formulação, possibilitando produzir variações, remissões, retomadas e paráfrase, uma vez que inscreve o dizer em uma determinada formação algorítmica ou rompe com ela, compreendemos como seus efeitos o fato de que nas definições há retomadas e paráfrases, que podem ser observadas nas repetições e também em alguns deslocamentos presentes nas definições dos dicionários, principalmente quando há algum tipo de vinculação do indígena com um espaço físico/geográfico. Apesar de serem enunciados de formas distintas, os sentidos que as definições produzem são os mesmos ou parecidos, além de haver a retomada do discurso colonizador.

A memória tecnodiscursiva produz seus efeitos nos dicionários online por meio de um elemento que costuma fazer parte das materialidades digitais, a deslinearização. Segundo Paveau (2022) a deslinearização provoca a dissolução da “hierarquia” das sequências, que em contexto não digital, seria realizada por um gesto de interpretação, ou seja, a produção de sentidos pode se dar por meio de um gesto tecnodiscursivo, um clique sobre um link hipertextual, assim o usuário é redirecionado, “a superfície discursiva, isto é, o fio do discurso proposto para a recepção-leitura é deslinearizado pelas possibilidades hipertextuais” (Paveau, 2022, p. 286). Sendo assim, é possível identificar esse funcionamento nos dicionários de sinônimos e antônimos, que por conta dos hiperlinks podem alterar a superfície discursiva e condicionar a produção de sentidos. Outro aspecto em que podemos notar os efeitos da deslinearização é no funcionamento dos dicionários colaborativos. Com a possibilidade de participação da edição, além dos hiperlinks e hipertextos que já produzem deslinearização, a

materialidade discursiva, o fio do discurso pode ser alterado a qualquer momento, interferindo na construção da memória.

Ante ao exposto, a forma como os dicionários definem esses verbetes demonstra o funcionamento de processos parafrásticos e polissêmicos, no qual há articulação entre o mesmo e o diferente, isso quer dizer que no mesmo discurso concorrem velhos e novos sentidos. Orlandi (2010, p. 36) afirma que

todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

É nessa relação entre paráfrase e polissemia que se torna possível verificar a incompletude da linguagem e dos sujeitos.

Outrossim, por haver a imbricação de lugares discursivos diferentes, de instrumento linguístico e de colonizador, entendemos que os dicionários online funcionam como “discurso sobre” o indígena. De acordo com Orlandi (2008a), os “discursos sobre” produzem memória e inscrevem as enunciações em redes de filiação de sentidos, possuem, portanto, papel crucial na institucionalização desses sentidos, demonstrando a validade de nossa hipótese. Os “discursos sobre” atuam produzindo efeito de homogeneidade da memória, uma vez que, organizam, disciplinam a memória e a reduzem (Orlandi, 2008a). Por isso, podem ser considerados discursos doutrinários, representam lugares de autoridade em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento (Mariani, 1998), constituindo o discurso por uma aparência de homogeneidade e estabilidade (Venturini, 2009).

O modo como “indígena” é definido pelos dicionários online, a partir dos lugares discursivos de instrumento linguístico e de discursos da colonização, configuram essas definições como “discurso sobre”. Com isso, temos a estabilização de alguns sentidos sobre os sujeitos indígenas e, como consequência, imaginários são (re)produzidos e também se estabilizam, demonstrando como o confronto cultural consequência do contato entre indígenas e não-indígenas, resultou em inúmeros pré-julgamentos que deixou marcas profundas na sociedade, especialmente nos povos indígenas, produzindo um imaginário que é (re)produzido até os dias atuais.

É importante destacarmos também a influência da formação algorítmica nos dicionários online, uma vez que, conforme aponta Paveau (2022), os discursos nativos da web contêm metadados, que ainda que não sejam aparentes na superfície tecnodiscursiva, estão presentes na camada algorítmica, impactando sobre o funcionamento dos tecnodiscursos. Sendo assim, nos discursos dos dicionários online não temos apenas as FDs determinando o que pode e deve ser dito, mas também a formação algorítmica. Nos dicionários online, os elementos discursivos são amplamente influenciados pela formação algorítmica, que opera na camada tecnológica dos sistemas digitais, determinando quais palavras são destacadas, as definições são priorizadas e quais sugestões de uso aparecem, influenciando diretamente na produção sentidos e na visibilidade de determinados termos e significados em detrimento de outros. Assim, a dinâmica entre FD e formação algorítmica resulta em um cenário onde a memória discursiva e os sentidos são continuamente negociados e reconfigurados, refletindo tanto as práticas culturais quanto às imposições da tecnologia.

Ao priorizar certas palavras ou definições baseando-se em padrões de busca e comportamentos dos usuários, os algoritmos podem reforçar estereótipos e preconceitos existentes na sociedade. Se um dicionário online apresenta, com recorrência, definições negativas para verbetes associados a determinados grupos sociais, pode contribuir com a perpetuação de um imaginário negativo sobre essa população, adquirindo um papel importante na manutenção de desigualdades e estereótipos. Dessa forma, as formações discursivas interagem com a formação algorítmica para determinar verbetes e definições nos dicionários online, moldando assim os sentidos e imaginário em circulação.

Ante ao exposto, compreendemos algumas definições de "indígena" presentes nos dicionários online podem ser consideradas equivocadas e ultrapassadas, pois frequentemente refletem estereótipos e percepções desatualizadas que não condizentes com a complexidade e a diversidade das culturas e identidades indígenas contemporâneas, demonstrando a necessidade da reformulação e atualização de tais definições. Sendo assim, a elaboração de uma definição e/ou definições para o verbete "indígena" elaborada pelos próprios indígenas, poderia revelar-se uma forma de resistência a sentidos historicamente estabilizados, que têm sido impostos por uma perspectiva externa e muitas vezes colonialista. Diante disso, para finalizar a presente dissertação, propomos uma definição para o verbete indígena, para a qual contamos com a contribuição de Karina da Costa Santos Kambeba, mestre egressa deste Programa de Pós-Graduação (PPGEL) e pertencente ao povo Omágua-Kambeba.

**Indígena:** indivíduo que se autodeclara como originário da terra, que descende dos que já viviam aqui e que é reconhecido coletivamente por uma das etnias que compõem essa raça.

Exemplo: Omágua-Kambebe, Kaigang, Mbyá-guarani, etc. Indígena é um indivíduo cuja identidade é assumida e reconhecida por uma coletividade, caracterizada pela vivência dentro de uma cultura étnica pertencente a uma das muitas etnias indígenas. Traços fenotípicos, como cor da pele e características do cabelo, não são determinantes para essa caracterização; o que realmente importa é o reconhecimento mútuo e a participação ativa nas práticas culturais e sociais da comunidade (Kambebe, 2024).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDRADE, M.M. Conceituação/definição em dicionários da língua geral e em dicionários de linguagens de especialidades. In: SILVA, J. P. (Org.). **Semântica e Lexicografia**. IV Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2000

AUROUX, S. **La raison, le langage et les norms**. Paris: Press Universitaire de France, 1998.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

BALLEJOS, J. Uma análise discursiva sobre o lugar do dicionário na produção de sentidos: o que é família? In: PETRI, V; GUASSO, K; COSTA, T; FREITAS, F. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua, discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 135- 150.

BALLEJOS, J; BROSSI, I. O verbete *censura* em dicionários brasileiros dos anos 1970: uma leitura discursiva sobre sua significação. In: PETRI, V; GUASSO, K; COSTA, T; FREITAS, F. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua, discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 251- 268.

BANIWA, G.S.L. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC, 2006.

BARBOSA FILHO, F. R. “Linguagem neutra” e políticas de língua no Brasil. In: DOMINGUEZ, M. G; VELOZO, N. A; COSTA, T. A. (Orgs.). **Políticas de língua, políticas na língua: reflexões sobre diversidade de gênero e inclusão**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024, p. 183-200.

BRANCO, N. L. A contrastividade em dicionários de língua espanhola: algumas considerações. In: PETRI, V; GUASSO, K; COSTA, T; FREITAS, F. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua, discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 119-134.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. revista, ampliada e atualizada conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEVILACQUA, C. R.; FINATTO, M. J. B. Lexicografia e Terminografia: alguns contrapontos fundamentais. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 50, n. 2, 2009. Disponível em: < <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1410>>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BIDERMAN, M.T.C. **Teoria lingüística**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

BORTOLIN, A. C; FERNANDES, C. B. *We can do it!*: o funcionamento discursivo dos memes no espaço digital. **Estudos lingüísticos e literários**, Salvador, n. 57, 2017, p. 81-102.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:<

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRESSANIN, J. A; LEAL, A. F. C. A gramatização do português no Brasil: a posição sujeito-gramático e a questão da língua nacional. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 39, p. 11-28, jan./jun. 2017.

CENCI, A. Considerações em torno da cultura e identidade cultural Kaingáng. In: MARCON, T. et al. **História e cultura Kaingáng no sul do Brasil**. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994

COELHO, C. G. F. Memória de brincadeira: o dito e o não dito nas brincadeiras de escola. **Estudos linguísticos**, São Paulo, n.44, 2015, p. 962-971.

CORREA, A. P; FERNANDES, A. B; HARB, F. M. Os sentidos da palavra mulher em dicionários de diferentes momentos sócio-históricos. In: PETRI, V; GUASSO, K; COSTA, T; FREITAS, F. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua, discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 211-228.

COURTINE, J-J. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzalto, 1999.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: O discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Vanice Sargentini (Org.). São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CUNHA, C; CINTRA, L. F. L. **Gramática do português contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAMIÃO, E. A; STÜBE, A. D. Sentidos sobre o indígena em livro didático de língua portuguesa. In: TFOUNI, F. E. V; BERNARDO-SANTOS, W. J. (Org.). **Análise do discurso e materiais de ensino**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.

DIAS, C. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)**. São Paulo: Hucitec, 2012.

DIAS, C. O ensino, a leitura e a escrita: sobre conectividade e mobilidade. **Entremeios: revista de estudos do discurso**. v.9, jul/2014. Disponível em <<http://www.entremeios.inf.br>>. Acesso em: 13 dez. 2023.

DIAS, C. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 44, n. 3, set.-dez. 2015, p. 972-980.

DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, 2016, p. 8-20.

DIAS, C. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, C. Análise do discurso digital: a questão da memória. In: CARREON, R. O; RUIZ, M. A. A; ARAUJO, L. M. B. M. (Orgs.). **Análise do discurso digital: perspectivas teóricas e metodológicas**. 1. ed. Araraquara: Letraria, 2023, p. 12-30.

FERNANDES, C. Memória discursiva. In: FERREIRA, M. C. L. (coord.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Letras, 2001.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambigüidade ao equívoco**: a resistência da língua nos limites da sintaxe. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000

FREITAS, R. A. **Instrumentação linguística em rede**: análise discursiva de dicionários online. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2020.

FREITAS, R. A; SILVA, S. D. “A palavra mulher definida por nós”: uma análise da campanha de reformulação do verbete “mulher” no dicionário online. In: PETRI, V; GUASSO, K; COSTA, T; FREITAS, F. (Orgs.). **Dicionários em análise**: palavra, língua, discurso. Campinas: Pontes Editores, 2020

FREITAS, R. D; MEDEIROS, V. G. A história das ideias linguísticas como campo para a compreensão dos dicionários online. **Revista Porto das Letras**, v. 6, n. 5, p. 352-369, 2020.

FIORIN, J. L. Política lingüística no Brasil. **Gragoatá**, Niterói, n. 9, v. 2, 2000, p. 221-231.

GRIGOLETTO, E. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. **Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. 2005. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2024.

GRIGOLETTO, E; JAEGER, D. O discurso de instalação da comissão da verdade: sob o lugar discursivo de presidente, a dispersão de posições-sujeito. **Signo y Señá**, n. 24, dez. 2013, p. 71-90. Disponível em: <<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>>. Acesso em 11 jun. 2024.

GUERRA, V. M. L. O outro (do) lado da fronteira: identidade kaiowá e território indígena. **Cadernos De Linguagem E Sociedade**, 16 (2), 2015, p. 116 – 139.

GUIMARÃES, E. Designação e espaço de enunciação: Um encontro político no cotidiano. **Letras**, Santa Maria, n. 26, p. 53-62, 2003.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2 ed., 2005.

IBGE. **O Brasil indígena**, 2024. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena.html>>. Acesso em 12 jul. 2024.

KAMBEBA, K. C. S. **Entrevista concedida à Marieli Zanotto**. Chapecó, 23 jul. 2024.

KRIEGER, M. G. Dicionários escolares e ensino de língua materna. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 169-180, jan./abr. 2012

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LUCCHESI, M. Dicionário da língua portuguesa (DLP). In: **ABL**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/dicionario-da-lingua-portuguesa>>. Acesso em: 25 maio 2024.

LUCENA, J. M; FERREIRA, G. C. C; LEITE, M. C. C. A glotopolítica nos dicionários populares. In: SOUSA, S. C. T; ROCA, M. P. (Orgs.). **Políticas linguísticas: declaradas, praticadas e percebidas**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

LUZ, M. G. F. **A nomeação como procedimento de constituição da identidade negra nos discursos sociais e nos documentos oficiais do Estado: um silenciamento da miscigenação**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos: São Carlos, 2012.

MARCHESAN, A. A palavra deficiência: movência de sentidos em dicionários e na prática social. In: PETRI, V; GUASSO, K; COSTA, T; FREITAS, F. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua, discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, Campinas: UNICAMP, 1998.

MARIANI, B. **Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MARIANI, B. Um imaginário e outros. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S. (Org.). **A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016.

MELO, P. A. G. Dicionário escolar de língua portuguesa no ensino básico brasileiro: algumas reflexões. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 42, 2021, p. 333-341.

MERZEAU, L. Présence numérique: les médiations de l'identité. **Les Enjeux de l'information et de la communication**, n. 1, 2009, p. 79-91.

MPMG. **Glossário Antidiscriminatório: raça e etnia**. 3, Belo Horizonte, 2022.

Disponível em:

<<https://www.mpmg.mp.br/data/files/20/20/D6/F6/A327B8100ACB4BA8760849A8/CCRAD%20MPMG%20Glossario%20Antidiscriminatorio%20vol%203%20-%20Raca%20e%20Etnia.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

NACKE, A. et al. **Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade**. Chapecó: Argos, 2007.

NUNES, J. H. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: **Seminário de Estudos em Análise do Discurso**, 2, 2005, Porto Alegre. Anais eletrônicos do II SEAD. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível

em:<<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 02 set. 2023.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil**: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores, 2006.

NUNES, J. H. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: o caso do dicionário. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**, Taguatinga, v. 3, n. 1 /2, p. 06-21, 2010.

OLIVEIRA, S. E. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

OLIVEIRA, S. E. O ‘Dicionário inFormal’ na gramatização do português do Brasil. In: RODRIGUES DE OLIVEIRA, R. R.; ELIAS DE OLIVEIRA, S.; RODRIGUES, M.L.; KARIM, T. M. (orgs.). **Linguagem e significação**: práticas sociais. Campinas: Pontes, 2018, v. 2, p. 299-318.

ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, v. 14, n. 61, jan./mar. 1994, p. 53-59.

ORLANDI, E. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (org.). **História das Idéias Lingüísticas**: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001. p. 21-38.

ORLANDI, E. História das ideias x história de vida. Entrevista com Eni Orlandi. In: SCHERER, A. **Fragmentum**, n. 7, 2006, p. 11-51.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. In. BARRETO, R. G. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez., 2006.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: Orlandi Eni P. (Org.) **Política lingüística no Brasil**. Campinas, SP; Pontes, 2007, p. 7-10.

ORLANDI, E. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 3. Ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista** - Discurso de confronto: Velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008a.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

ORLANDI, E. Prefácio. In: DIAS, C. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo**. Campinas: Pontes Editores, 2018, p. 11-18.

PAVEAU, M; DIAS, C. Dossiê: Técnica e ética dos discursos on-line. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n.36, jul-dez/2015, p. 155-156.

PAVEAU, M. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2022.

PAZINATO, C. S; SILVA, E. P. Um percurso de sentidos no pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa: uma análise dos verbetes corrupção e propina. In: PETRI, V; GUASSO, K; COSTA, T; FREITAS, F. (Orgs.). **Dicionários em análise: palavra, língua, discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2020

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi et. al. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução: José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. ed. 5, Campinas: Pontes Editores, 2008.

PEGORARI, B. A tese do “marco temporal da ocupação” como interpretação restritiva do direito à terra dos povos indígenas no Brasil: um olhar sob a perspectiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**. 4. n. 5. Fev. 2017. p. 242-262.

PETRI, V. A produção de sentidos sobre o gaúcho: um desafio social no discurso da história e da literatura. **Conexão Letras**, v. 4, p. 71-86, 2009.

PETRI, V. Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos/ Verli Petri, com a participação de Daiane Siveris, Daiane da Silva Delevati, Nina Rosa Licht Rodrigues. 1. ed. Santa Maria: UFSM, PPGL- Editores, 2010.

PETRI, V. Contribuições da análise de discurso para o ensino de línguas: em busca da desconstrução da unidade imaginária. In: SCHONS, C; CAZARIN, E. (Org.). **Língua, escola e mídia: en(tre)laçando teorias, conceitos e metodologias**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 25-33.

PETRI, V. Do funcionamento do “sabe se que” às possibilidades de interpretação no *discurso sobre museu*. In: VENTURINI, M C. (org.). **Museus, Arquivos e Produção do Conhecimento em (Dis)curso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017

PETRI, V. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. **Revista Conexão Letras**, 13(19), 2018, p. 47-58.

PETRI, V. “Manifestação” na língua e no dicionário: movimentos de sentido. In: SCHERER, A. et al (Org). **Efeitos da língua em discurso**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.

PETRI, V; TEIXEIRA, M. C; LACHOVSKI, M. A; VENTURINI, M. C. A divisão social do trabalho de leitura em dicionários escolares de Língua Portuguesa. **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 24, n. 3, Jul-Set, 2021, p. 469-491.

PETRI, V; VENTURINI, M. C; RASIA, G. S. definição. In: MEDEIROS, V. Et al. **Na movência dos conceitos...** Rio de Janeiro: Autografia, 2024, p.65.

PIEREZAN, M. Z. **Imaginário na constituição do discurso: sentidos produzidos sobre o sujeito indígena em documentos oficiais**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal da Fronteira Sul: Chapecó, 2019.

RASIA, G. S. O esquecimento/apagamento como avesso constitutivo no (per)curso da memória discursiva: o (o)caso de monumentos. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 41, set-dez 2021, p. 199-214.

RIBEIRO, P. F. N. Separando o joio... do petismo moderado do trigo... da turma radical: o substantivo em dimensão discursiva. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 1272-1281, set-dez 2014.

ROCHA, D. S. “O barril de pólvora de Chapecó” Chapecó”: representações da disputa pela terra em Sede Trentin/Toldo Chimbangué no jornal o estado 1982-1985. **Revista Ars Historica**. n. 13, Jul/Dez 2016, p. 271-288

ROSA, F. M. S. C. da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/58523>>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SALAÛN, J-M. La redocumentarisation, un défi pour les sciences de l’information. **Études de communication**, n. 30, 2007. Disponível em:< <https://journals.openedition.org/edc/428>>. Acesso em 20 dez. 2023.

SAVOLDI, A; RENK, A. Territorialidades cruzadas: a construção das identidades indígenas e caboclas no Oeste Catarinense. In: **36º Encontro Anual da Anpocs GT11 -Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções**. Águas de Lindóia –SP, 2012. Disponível em: [http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=7960&Itemid=76](http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7960&Itemid=76). Acesso em: 20 jan. 2024.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural**: um estudo da repetição na discursividade. 2. ed. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 1997.

SCHMITT, M. Memória discursiva e memória metálica: (in)completude da linguagem. **Idéias**, Santa Maria, n. 17, 2003.

SCHMITT, M. **Da incompletude da linguagem na materialidade metálica**. Dissertação (Mestrado em letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2006.

SCHNEIDERS, C. M. O funcionamento da paráfrase discursiva: constituição do sujeito e dos sentidos na produção do conhecimento dos anos de 1950. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 42 (3), set-dez 2013, p. 997-1011.

SCHWAAB, R. Formação discursiva e lugar discursivo: entrelaçamentos para ler o discurso jornalístico. **Anais do V Seminário de Estudos em Análise do Discurso**. 2011. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/RegesSchwaab.pdf>>. Acesso em 12 jun. de 2024.

SILVA, M. V. Instrumentos lingüísticos: língua e memória. **Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 111-118, dez. 2003.

SILVA, A. J. História das ideias lingüísticas: história, ideias e caminhos. **Verbum**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 23-39, mai. 2018.

SILVA, E. C. A. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 480-500, set./dez. 2018a.

SILVA, K. F. G. DA. “Conhecimento”: na língua, no dicionário, no discurso. In: PETRI, V; GUASSO, K; FREITAS, F. (org.). **Dicionários em análise**: palavra, língua e discurso. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 193- 210.

SILVEIRA, N. **Índios, Indígenas e Povos Originários**. B N Digital Brasil. <<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/povos-originarios/indios-indigenas-e-povos-originarios/>> . Acesso em: 04 jun. 2024.

STÜBE, A. D. Exilados da própria língua: a (des)estabilização de fronteiras. In: TFOUNI, F. E. V; STÜBE, A. D; PAULON, C. P. (Orgs.). **Silêncio e Interdito**: discursos em movimento. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

TEDESCO, J. C; NEUMANN, R. A Comissão de Terras e os indígenas no projeto de colonização na Primeira República – norte do Rio Grande do Sul. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v. 27, 2020, p. 1- 21.

THIÉL, J. C. **Pele silenciosa, pele sonora**: A literatura indígena em destaque. Autêntica Editora. Belo Horizonte, 2012.

VERONEZE JR, A. A.; PADUA, C. A. Formulação e circulação dos sentidos de pandemia: o imaginário em primeiro plano. **Revista da Abralin**, v. 19, n. 2, 2020.

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano: espaço de rememoração/comemoração**. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2009.

VENTURINI, M. C. O sujeito porta-voz é sempre um nós em construção? **Alfa: Revista de Linguística**. São Paulo, v. 56, n.1, p. 293-308, 2012.

VIVEIROS, C. E. No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. In: RICARDO, C. A.; RICARDO, F. (Org.). **Povos indígenas no Brasil (2001/2005)**. São Paulo: ISA, 2006, v., p. 41-49.

YAHIAOUI, L; PRIE, Y; BOUFAIDA, Z. Redocumentation des traces d'activité médiée informatiquement dans le cadre des transactions communicationnelles. **Actes d' IC**, 2008, p. 197-209.

ZANOTTO, M; STÜBE, A. D. Imaginário sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa. **Interfaces**, v. 13, n. 3, 2022, p. 104-118.

ZOPPI-FONTANA, M. G; DINIZ, L. R. A. Declinando a língua pelas injunções do mercado: institucionalização do português língua estrangeira (PLE). **Estudos linguísticos**, São Paulo, vol. 37, n. 3, p. 89-119, set./dez. 2008.

WEIGEL, V.A.C.M. **Escolas de branco em malocas de índio**. Manaus: EDUA, 2000